



**UFRRJ**

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE FLORESTAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS EM  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**O LEGADO DE GRAMACHO: A MISÉRIA SOB O MANTO DA  
INVISIBILIDADE E O PAPEL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO  
ENFRENTAMENTO DESSA CRISE**

**BÁRBARA OLIVEIRA DE MORAIS**

**RIO DE JANEIRO - RJ  
2020**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE FLORESTAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS EM  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**O LEGADO DE GRAMACHO: A MISÉRIA SOB O MANTO DA  
INVISIBILIDADE E O PAPEL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO  
ENFRENTAMENTO DESSA CRISE**

**BÁRBARA OLIVEIRA DE MORAIS**

*Sob a orientação*

**Dr. Alexandre Ferreira Lopes**

Docente Efetivo – ITR/UFRRJ

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre, no Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração Práticas em Desenvolvimento Sustentável sob orientação do Prof. Alexandre Ferreira Lopes, Ph.D.

**RIO DE JANEIRO - RJ**

**2020**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M8271 MORAIS, BARBARA OLIVEIRA DE, 1988-  
O Legado de Gramacho: A miséria sob o manto da invisibilidade e o papel da educação ambiental no enfrentamento dessa crise / BARBARA OLIVEIRA DE MORAIS. - Duque de Caxias, 2020.  
148 f.

Orientador: Alexandre Ferreira Lopes.  
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável, 2020.

1. Impactos socioambientais. 2. Impactos socioambientais. 3. Catadores de Materiais Recicláveis. 4. Oralidade. 5. Memória. I. Lopes, Alexandre Ferreira, 1980-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável III. Título.

**BÁRBARA OLIVEIRA DE MORAIS**

**O LEGADO DE GRAMACHO: A MISÉRIA SOB O MANTO DA  
INVISIBILIDADE E O PAPEL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO  
ENFRENTAMENTO DESSA CRISE**

Dissertação submetida como requisito parcial para  
obtenção do grau de Mestre, no Programa de Pós-  
Graduação em Práticas em Desenvolvimento  
Sustentável, área de concentração Práticas em  
Desenvolvimento Sustentável sob orientação do Prof.  
Alexandre Ferreira Lopes, Ph.D.

**Aprovada em 28 de janeiro, 2020.**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Alexandre Ferreira Lopes, Dr.**  
**DCMA/ITR/UFRRJ**

---

**Prof. Carlos Frederico Bernardo Loureiro, Dr.**  
**FE/CFCH/UFRRJ**

---

**Prof<sup>a</sup>. Ana Paula Perrota Franco, Dr<sup>a</sup>.**  
**DCAS/ITR/UFRRJ**

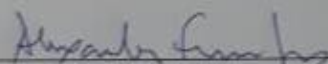
**RIO DE JANEIRO - RJ**  
**2020**

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS EM DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL

BÁRBARA OLIVEIRA DE MORAIS

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre**, no Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável da UFRRJ.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 28/01/2020.



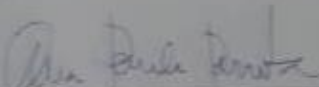
---

Alexandre Ferreira Lopes . Prof. Dr. - UFRRJ  
(Orientador)



---

Carlos Frederico Bernardo Loureiro, Prof. Dr. - UFRJ  
(Membro Externo)



---

Ana Paula Perrota Franco, Prof.ª Dr.ª - UFRRJ  
(Membro Externo)

*Isabella (in memoriam) tenho certeza que de onde  
você estiver seu olhar é para me reconfortar. Espero  
que você se orgulhe de sua mãe.*

## EPÍGRAFE

*“Temos de acabar com os silêncios. Dos outros e de nós mesmos. E por essa necessidade da ruptura do silêncio, reivindico que a História é diálogo. É como uma opção política, porque nos obriga a mudar os parâmetros equivocados e introduz a esperança do presente no passado”.* (Mercedes Vilanova, 1994).

## AGRADECIMENTOS

Muito mais importante do que a chegada é o percurso, mas caminhar até aqui não foi uma etapa fácil, acumulei muitos não e durante muito tempo não compreendia as razões do “quase lá”, mas Deus sempre esteve comigo. E por essa razão as primeiras linhas são dedicadas a ELE, que é meu sustento e fortaleza.

Sem os catadores e ex-catadoras de Jardim Gramacho esse trabalho não poderia ser iniciado e embora por questões éticas (para preservá-los) não possa descrever o nome de cada um que contribuiu para essa dissertação, quem colaborou direta ou indiretamente com essa pesquisa me levou a lugares inimagináveis, me permitiu chegar até aqui e sou eternamente grata a tudo o que vocês fizeram por mim. Gratidão a S., J., S., R., D., A., P., T., M., L., P., D., pois vocês dedicaram seu tempo dividindo comigo suas histórias e minha gratidão é infinita. Sem vocês não haveria razão dessa dissertação existir, sem vocês esse trabalho não seria o mesmo, vocês são resistência, são guerreiros, são meus exemplos de seres humanos incríveis e batalhadores!

No processo de escolha desse programa, meu orientador Prof. Dr. Alexandre Ferreira Lopes me acolheu e frente a sua generosidade, experiência e compromisso em me guiar pelo caminho menos tortuoso é que hoje tenho a chance de escrever essas páginas e concretizar um sonho. Não tenho palavras suficientes para agradecê-lo, espero que as utilizadas aqui possam de alguma forma expressar toda minha Gratidão por aceitar caminhar comigo até aqui. Um processo de orientação não precisa ser desgastante ou conflituoso e foi graças a você que hoje posso dizer que realizar um mestrado com uma grande pessoa te orientando permite que qualquer um chegue longe, obrigado por todo o incentivo e por todo o encorajamento. Espero um dia poder fazer por alguém o mesmo que você fez por mim, Gratidão eterna!

A minha família, especialmente na figura de minhas avós, que em todos esses anos fizeram sacrifícios, me educaram e ocuparam espaço de pai e mãe, e mesmo sem estudos me deram a chance de ocupar lugares que elas não ocuparam. A minhas meninas Denilce e Hercília, meu muitíssimo obrigado. Muitas foram às vezes que eu não pude compartilhar momentos de lazer com vocês devido ter que estudar e trabalhar. Pode parecer que não, mas eu sei que vocês também sofriam com as minhas lágrimas e é por isso que eu as agradeço todos os dias pelas renúncias que vocês fizeram para me darem o melhor, por serem as melhores para mim, por mim e comigo. As amo muito!

Ao meu esposo Adalberto, que me suportou nas horas que eu mesma não me aguentaria e por ser meu apoio nos momentos de dúvida e tristezas. Obrigada por respeitar meus silêncios, por me dar



puxões de orelha, incentivos, compreensão, estímulo e suporte. Sou muito grata a Deus por ser sua parceira, pois sem sua colaboração não teríamos conquistado tantas metas em comum.

Durante seis anos da minha vida trabalhei em uma empresa multinacional e lá conheci pessoas incríveis, assim como outras não tão incríveis assim. Uma das pessoas mais incríveis se chama Carlos Henrique, meu gestor e amigo, que possibilitou que eu chegasse até minha primeira graduação, me cedendo horário, me permitindo estudar utilizando os recursos da empresa, gerenciando minhas folgas, me dando tudo o que muitos não possuem: apoio e motivação. Uma vez ele me disse “Baixinha, ninguém caminha sozinho”. E eu guardei isso pra minha vida e replico por aonde vou, na certeza que podemos fazer algo por alguém enquanto fazemos também por nós mesmos. Obrigada pelas portas que você me abriu e principalmente pelo suporte em minha carreira profissional. Chegar até aqui tem sua grande contribuição e sou eternamente grata!

Em minha segunda graduação tive verdadeiros anjos e não vão caber todos aqui, mas Hugo, Silvia, Mônica, Érika, Fanny, Davi, José, Alice, Wagner, Fernanda, Edu, David, vocês são o melhor grupo de amigos que eu poderia ter. Inclusive, eu não posso deixar de agradecer ao Evandro, por ter me ajudado há ir um pouco mais longe. Sei que sem você, a minha briga com algumas fórmulas seria solitária, além disso, em seminário eu não teria conseguido vencer meus medos das publicações e teria desperdiçado oportunidades.

Ao Professor Dr. Rodrigo Marques, que ciente das minhas dúvidas na última etapa do meu processo seletivo me ligou e ficou longos minutos compartilhando suas experiências, sugestões e me dando força. Você é incrível e nunca me esquecerei do seu apoio nessa caminhada.

Ao Professor Dr. Márcio Abdalla, que me encorajou nesse percurso desde o compartilhamento de conhecimento, escuta ativa, referências e até permitiu que caminhássemos juntos por um semestre de Análise Crítica do Discurso na UFF. Muito obrigada pelas oportunidades e portas abertas sempre!

As professoras Dr<sup>a</sup>. Flávia Galindo e Márcia Cova, que foram incríveis e me auxiliaram durante a disciplina cursada no PPGE para que meu conhecimento em metodologia de pesquisa qualitativa se ampliasse. Vocês são maravilhosas, obrigada por tudo!

Aos professores Dr. Fábio Freitas e Marcelo Duncan que participaram em momentos distintos do meu mestrado, um na banca de Defesa de Projeto e o outro na tão esperada Qualificação. Gratidão pelas considerações e apontamentos!

Ao meu Professor e amigo Paulo Santos, que desde meu Ensino Fundamental e Médio se mantém como minha referência de pessoa e de educador. Obrigada pelas longas conversas, conselhos

e acolhidas em todos esses anos, você sempre me encorajou a ser uma pessoa melhor e uma estudante assídua.

Durante as especializações fiz amizades valiosas e ainda descobri uma irmã de alma, Flavia. Obrigada amiga por sua cumplicidade, por me acompanhar em muitas etapas sendo ouvinte, irmã, incentivadora.

A Rayannie, minha “mermã” que o PROFPET me deu e que dividia com Flavia o peso de aturar meus áudios gigantes. Compartilhamos nesse tempo muitas coisas e eu não poderia deixar de agradecer-la pelas nossas longas conversas e conselhos.

A minha amiga Nathalia, que durante esses mais de 15 anos compartilha comigo tantas emoções, dúvidas, alegrias e tristezas. Obrigada por entender minhas ausências e ainda sim me amar. Muito obrigada por cruzar comigo tantas fases, desde as boas como as ruins nesses quase 31 anos.

Aos meus amigos Carol, Tays, Herivelt e Igor, obrigada pela compreensão por todas as vezes que desmarquei algo em prol da dissertação. Foram milhares de vezes que eu estive (re)marcando encontros, que deixei de visitá-los e de compartilhar momentos significativos. Obrigada por torcerem por mim ainda que eu tenha sido muito “furoa”. Nesses 16 anos vivemos muitas coisas e tenho absoluta certeza que a minha conquista é tão de vocês, é tão nossa que é por isso que minhas desculpas e ausências valeram a pena, né?

As minhas super amigas Nathali e Ellen, vocês são pessoas incríveis e essa caminhada ficou mais leve após compartilhar tantos momentos com vocês. Obrigada por cruzarem meu caminho, com vocês a experiência no PPGPDS foi mais leve, divertida e confortável. Produzimos inúmeras risadas, abraços reconfortantes e confidências.

Ao PPGPDS, que foi minha segunda casa ao longo desses meses e a secretaria do PPGPDS, na pessoa da Thais Santos, que sempre foi prestativa, parceira, humana. Aos professores do programa pelos conhecimentos compartilhados em especial aos professores Thiago e Fabíola, seres humanos incríveis e admiráveis!

A CAPES, visto que o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Aos membros da banca de Defesa, uma vez que as considerações nunca são finais, são provisórias, e que a partir dessas contribuições novos olhares e perspectivas serão explorados por mim, Gratidão!

## RESUMO

MORAIS, Bárbara Oliveira de. **O Legado de Gramacho: A Miséria sob o manto da invisibilidade e o papel da Educação Ambiental para o enfrentamento dessa crise**. 2020. 148p. Dissertação (Mestrado em Práticas em Desenvolvimento Sustentável). Instituto de Florestas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

No momento socioambiental que vivemos com a ausência de políticas públicas específicas voltadas aos catadores de materiais recicláveis, é essencial analisar as implicações decorrentes da desativação do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho (AMJG). Apontado como uma das conquistas ambientais dos jogos olímpicos, o fechamento do AMJG trouxe uma série de promessas que visavam à recuperação da área do mangue, a revitalização do bairro, coleta seletiva, qualificação profissional de milhares de catadores e Educação Ambiental. Diante desse contexto, o objetivo geral dessa dissertação foi analisar através da oralidade os impactos do fechamento do Aterro de Jardim Gramacho e suas consequências percebidas pelos catadores que sobreviviam e ainda sobrevivem da venda dos materiais recicláveis. As narrativas de catadores de materiais recicláveis, construídas a partir de entrevistas apoiadas na história oral, que é uma metodologia do diálogo, potencializaram o trabalho de memória desses sujeitos que sofreram e ainda sofrem as consequências de um desenvolvimento insustentável. Essa pesquisa possui abordagem qualitativa, descritiva e exploratória, cuja coleta de dados utilizou da triangulação de dados via análise documental, entrevistas e observação participante. Nesse território de lutas sociais e espaço de sobrevivências, tem-se ao longo dos anos não apenas o recebimento de resíduos de diversas naturezas, mas a propagação da miséria e da pobreza. É com esse entendimento que no decorrer dessa dissertação são discutidas e problematizadas a questão, portanto, da desigualdade e da pobreza que “empurrou” homens e mulheres para o AMJG. A partir disso, justifica-se, portanto, essa pesquisa devido à necessidade de se oportunizar o empoderamento de indivíduos e grupos que em grande parte são esquecidos pela história pública e oficial, trazendo à tona perspectivas sobre os múltiplos discursos dessas histórias e das contradições que norteiam os conflitos existentes entre o universo do lixão/aterro, os (des)interesses da gestão pública e da sociedade. Assume-se o pressuposto de que só garantindo que os excluídos do sistema tenham voz, é que se pode dar início a uma reflexão crítica desses espaços.

**PALAVRAS-CHAVE:** Impactos socioambientais; Injustiça ambiental; Catadores de Materiais Recicláveis; Oralidade; Memória

## ABSTRACT

MORAIS, Bárbara Oliveira de. **Gramacho's Legacy: Misery under the cloak of invisibility and the role of Environmental Education to face this crisis.** 2020. 148p. Dissertação (Mestrado em Práticas em Desenvolvimento Sustentável). Instituto de Florestas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

In the socio-environmental moment that we live with the absence of specific public policies aimed at the collectors of recyclable materials, it is essential to analyze the implications arising from the deactivation of the Jardim Gramacho Metropolitan Landfill (AMJG). Pointed out as one of the environmental achievements of the Olympic Games, the closing of the AMJG brought a series of promises aimed at the recovery of the mangrove area, the revitalization of the neighborhood, selective collection, professional qualification of thousands of collectors and Environmental Education. Given this context, the general objective of this dissertation was to analyze orally the impacts of the closing of Jardim Gramacho Landfill and its perceived consequences by the collectors who survived and still survive the sale of recyclable materials. The narratives of collectors of recyclable materials, built from interviews based on oral history, which is a methodology of dialogue, enhanced the memory work of these subjects who suffered and still suffer the consequences of unsustainable development. This research has a qualitative, descriptive and exploratory approach, whose data collection used data triangulation via document analysis, interviews and participant observation. In this territory of social struggles and survival space, over the years there has been not only the receipt of waste of various natures, but the spread of misery and poverty. It is with this understanding that throughout this dissertation is discussed and problematized the issue, therefore, of inequality and poverty that "pushed" men and women to the AMJG. From this, therefore, this research is justified due to the need to empower the empowerment of individuals and groups that are largely forgotten by public and official history, bringing out perspectives on the multiple discourses of these stories and the contradictions that they guide the conflicts between the landfill universe, the (dis) interests of public management and society. The assumption is that only by ensuring that those excluded from the system have a voice can a critical reflection of these spaces be initiated.

**KEYWORDS:** Socioenvironmental impacts; Environmental injustice; Collectors of recyclable materials; Orality; Memory

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

ACAMJ - Associação de Catadores do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho

AMJG – Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho

CBO - Classificação Brasileira de Ocupações

CEDAE - Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

COHAB – Conjunto Habitacional

COMLURB - Companhia Municipal de Limpeza Urbana

COOPERGRAMACHO – Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Jardim Gramacho

COOPERCAXIAS - Cooperativa de Trabalho dos Catadores de Material Reciclável do Polo de Reciclagem

COOPERJARDIM - Cooperativa de Trabalho dos Catadores de Material Reciclável de Jardim Gramacho

COOPERCAMJG - Cooperativa de Trabalho dos Catadores de Materiais Recicláveis do Polo de Reciclagem do Jardim Gramacho

CRAS - Centro de Referência da Assistência Social

EA – Educação Ambiental

EBEC - Empresa Brasileira de Engenharia e Comércio S/A

ECO-92 - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

HO – História Oral

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IETS - Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MNCR - Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis

MTE - Ministério do Trabalho

ONG - Organização Não Governamental

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNRS - Política Nacional de Resíduos Sólidos

SEA – Secretaria do Ambiente

TAC - Termo de Ajustamento de Conduta

TCLE - Termos de Consentimento Livre e Esclarecido

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 - Breve histórico dos avanços em logística reversa e reciclagem.....	39
Figura 2 - Visão de Jardim Gramacho por satélite.....	47
Figura 3 - Áreas com assentamentos precários no bairro de Jardim Gramacho .....	47
Figura 4 - Novas áreas precarizadas em Jardim Gramacho .....	48
Figura 5 - Linha do tempo e as configurações de Jardim Gramacho.....	49
Figura 6 - Layout do Polo de Reciclagem de Jardim Gramacho .....	55
Figura 7 - Polo de Reciclagem de Jardim Gramacho em 2019.....	56
Figura 8 - Pacto pelo saneamento Lixão Zero e Recicla Rio.....	57
Figura 9 - Ausência de asfalto nas ruas do bairro .....	58
Figura 10 - Condições precárias de moradia.....	59
Figura 11 - O improvisado como referência de lar .....	60
Figura 12 - Falta de água potável no bairro .....	61
Figura 13 - Armazenamento de água no parque planetário .....	62

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Relação dos colaboradores entrevistados .....	70
--	----

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>1.1 Situando o estudo .....</b>	<b>19</b>
<b>1.2 Problema de pesquisa e Suposição .....</b>	<b>23</b>
<b>1.3 Objetivos do trabalho .....</b>	<b>23</b>
1.3.1 Objetivo geral.....	23
1.3.2 Objetivos específicos .....	23
<b>1.4 Justificativa.....</b>	<b>23</b>
<b>1.5 Delimitação da pesquisa .....</b>	<b>25</b>
<b>1.6 Estrutura da dissertação .....</b>	<b>26</b>
<b>2. OS EFEITOS DA DESIGUALDADE E DA POBREZA .....</b>	<b>28</b>
2.1 A desigualdade e a pobreza como efeito de um Desenvolvimento insustentável.....	28
2.2 Injustiça ambiental como desdobramento da desigualdade ambiental .....	32
2.3 O papel da Educação Ambiental para a promoção da Justiça Socioambiental .....	36
<b>3. PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E A EXCLUSÃO SOCIAL ATRAVÉS DA CATAÇÃO .....</b>	<b>39</b>
3.1 Discussões sobre logística reversa, reciclagem e a questão da informalidade do catador nesse processo .....	39
3.2 O olhar descartável sobre o papel dos catadores de materiais recicláveis .....	41
3.3 Disparidade e desigualdades socioambientais na atividade de catação .....	42
3.4 Cooperativismo: subsídios para o enfrentamento aos interesses do capital?.....	45
<b>4. JARDIM GRAMACHO E O ESTIGMA DA EXCLUSÃO .....</b>	<b>47</b>
4.1 Caracterização de Jardim Gramacho.....	47
4.2 A situação do Aterro de Jardim Gramacho ao longo dos anos .....	50
4.3 Criação do Polo de Reciclagem: um retorno ao passado e um olhar para o presente.....	54
4.4 A vida fora do Polo de Reciclagem: Pobreza incorporada à Paisagem .....	58
<b>5. HISTÓRIA ORAL COMO TEORIA PARA RECONSTRUIR HISTÓRIAS DE VIDA .....</b>	<b>64</b>
<b>6. METODOLOGIA DE PESQUISA.....</b>	<b>67</b>
6.1 Tipificação da pesquisa.....	67
6.2 Coleta e Análise dos dados .....	68

6.3 História Oral para o resgate de memórias esquecidas e silenciadas .....	70
6.4 Aspectos éticos.....	72
6.5 Limitações metodológicas.....	72
<b>7. AS VOZES DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: UMA HISTÓRIA EM PARTES.....</b>	<b>74</b>
7.1 Os usos do passado: revisitando memórias de lideranças da ACAMJG.....	74
7.1.1 Memórias da Rampa .....	75
7.1.2 Memórias de um desobediente.....	81
7.2 As vozes dos catadores que atuam no Polo de Reciclagem: memórias de luta e esperança..	
.....	90
7.2.1 Memórias de enfrentamento e superação .....	91
7.3 Ser/Estar catador: memórias de sobrevivência .....	100
7.3.1 Memórias de uma vida de sacrifícios.....	101
<b>8. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>116</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>119</b>
<b>APÊNDICE 1.....</b>	<b>129</b>
<b>ANEXO 1 - APROVAÇÃO PELO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA.....</b>	<b>131</b>
<b>ANEXO 2 - CRIAÇÃO DA COOPERGRAMACHO A PARTIR DA COMLURB/ QUEIROZ GALVÃO E DOCUMENTOS COM PROMESSAS DE MELHORIA PARA OS CATADORES NA DÉCADA DE 90.....</b>	<b>132</b>
<b>ANEXO 3 - LISTAS REALIZADAS EM 96 E 98 PARA LEVANTAMENTO DO QUANTITATIVO DE CATADORES NO AMJG .....</b>	<b>142</b>
<b>ANEXO 4 - SOBRE A PROPOSTA DE LEGADO PARA GRAMACHO ATRAVÉS DA REVITALIZAÇÃO DO BAIRRO .....</b>	<b>145</b>



## 1. INTRODUÇÃO

*“Por toda a parte, estar distante é sinônimo de ser prejudicado. (...) não é uma questão de distância física, mas de acessibilidade”.* (Santos, 2004, p. 292).

A questão da desigualdade ambiental é indissociável da desigualdade social e por essa razão a problemática ambiental nos últimos anos se tornou uma discussão necessária, urgente e imprescindível, visto que é preciso reestabelecer o diálogo acerca dos riscos ambientais que os mais pobres estão suscetíveis.

Para se entender essa relação entre desigualdade ambiental e social, parte-se da premissa levantada por Santos (2000, p. 39), que atribui à localização o peso para que haja eficácia nas ações, reservando-se primeiramente os melhores pedaços de território aos mais poderosos, enquanto que os demais sejam atendidos com o que sobrar. Portanto, a lógica do capital pouco se importa acerca do efeito do favorecimento de alguns poucos em prol da vulnerabilidade social de muitos.

O título dessa dissertação busca explicitar as consequências das decisões em relação às escolhas (e também da ausência de) que geraram conflitos e injustiças socioambientais, uma vez que as escolhas políticas e econômicas ao longo dos anos desencadearam atividades e instalações precárias no entorno de Jardim Gramacho.

Ao passo que grupos sociais como os catadores de materiais recicláveis ganharam notoriedade e a percepção de risco ambiental e social se propagaram afetando a imagem da cidade que viria a ser sede de grandes eventos como Copa do mundo, Olimpíadas, Rio +20 e outros, a projeção nacional e internacional evidenciaram as condições de precariedade e pressionaram para que mudanças pudessem ser efetivadas no antigo Lixão de Gramacho, descrito como o maior da América Latina.

Entretanto, o legado prometido de Gramacho entregou aos mais pobres apenas a esperança de dias melhores, a miséria foi ainda mais mascarada e essas pessoas agora sem o foco midiático foram envolvidas em um novo processo de invisibilidade. E como confrontar o cenário brevemente exposto sem que o ecologismo das quantidades, economicista, absorvido pelo capitalismo fosse então criticado? Através da Educação Ambiental crítica, que traz a questão ambiental para o centro da questão, permitindo que a desigualdade, a pobreza e a injustiça ambiental sejam discutidas e que esforços para a reflexão dessa crise possibilite seu enfrentamento.

Inicialmente ao pensar em Gramacho, havia em mim uma preocupação de não falar sobre o que muitos já disseram, pensava eu: “o que mais ainda tem para ser dito?”, sendo que a pergunta que eu silenciava era: “como dar voz e representatividade aos catadores já que o aterro está fechado e eles continuam esquecidos?”.

Cabe, portanto, esclarecer que minha ideia de investigar o impacto do fechamento do Aterro de Jardim de Gramacho vai além de simplesmente expor os fatos que ocorreram seguindo a ordem cronológica dos eventos, dado que diferentes trabalhos acadêmicos já o fizeram com fôlego, mas de dialogar sobre a exclusão daqueles sujeitos, da injustiça ambiental perpetuada durante décadas e que ainda persiste, tal como a necessidade de promovermos uma participação voltada à redução das desigualdades através de uma educação ambiental crítica.

E qual o papel da Educação Ambiental (EA)? Esse é um dos diálogos que pretendo estabelecer no decorrer dessa dissertação, pois parto do pressuposto de que a EA efetivamente pode contribuir para o despertar da consciência crítica e mediante o estímulo desta criticidade, é possível contemplar a transformação socioambiental, que se efetivará através da ruptura da reprodução dessa sociedade que ainda é voltada à lógica do consumo segundo os moldes capitalistas e que deve ser combatida através da articulação de ações voltadas para a redução das desigualdades. E devido às desigualdades persistirem é que problematizá-las soa oportuno.

Essa dissertação em seu sentido mais amplo visa mais do que apresentar as reflexões conceituais sobre as questões que embasam as discussões sobre o tema, mas visa também romper os silenciamentos que durante anos propositalmente foi reservado aos catadores dando voz aos excluídos.

Para problematizar será utilizado ao longo desta dissertação dos acervos bibliográficos e documentais produzidos ao longo dos anos acerca da participação dos catadores de materiais recicláveis na busca pelo reconhecimento de sua categoria e pelo direito ao trabalho digno ainda que as condições de marginalização, doenças e insalubridade tenham-nos acompanhado ao longo de suas jornadas. Aliado a esse conjunto de registros, utilizarei das memórias e da oralidade desses catadores do Aterro de Jardim Gramacho para revisitar o espaço de disputa, conflitos e histórias que fizeram e ainda fazem desse local um território que necessita do enfrentamento das injustiças socioambientais.

Durante mais de trinta e cinco anos o bairro localizado na Baixada Fluminense de Duque de Caxias, estado do Rio de Janeiro, foi o local escolhido ainda que precariamente para receber diariamente cerca de 8.000 toneladas de lixo provenientes dos municípios da Baixada (Duque de Caxias, Mesquita, Nilópolis, Queimados e São João do Meriti) e da capital (Rio de Janeiro).

No decorrer desses anos, o cenário de infraestrutura sanitária inadequada e de saneamento básico quase inexistente movimentou a indústria da reciclagem no local, subsidiando entre autônomos e cooperativados, o trabalho de aproximadamente cinco mil catadores de materiais recicláveis e de toda uma rede que sobrevivia desse comércio, a de donos de depósitos e de seus trabalhadores, comerciantes, oficinas mecânicas e borracharias que realizavam a manutenção de automóveis que trafegavam pelo aterro, além das fábricas que se instalaram no local se beneficiando dos materiais recolhidos.

Em 2012, devido o discurso de sua incapacidade de funcionamento, o aterro foi fechado. E, embora a intervenção dos catadores tenha lhe dado sobrevida – resultado da retirada de aproximadamente 200 toneladas de materiais mensalmente - a minimização do impacto ambiental garantida pela intervenção do trabalho dos catadores ao longo dos anos no aterro foi insuficiente para sensibilizar o poder público acerca das consequências que a desativação poderia desencadear.

Passados mais de sete anos, a realidade que se estabeleceu no local é a de um Jardim Gramacho dividido em sub-bairros, em que a insalubridade, o abandono, a falta de limpeza pública, depósitos e vazadouros clandestinos se expandiram, demonstrando que a ausência de apoio aos catadores e principalmente à reciclagem, são fatores primordiais para que a desigualdade e a marginalização desses sujeitos se expandam.

Para dar voz aos catadores que tanto sofreram com a insuficiência de um planejamento pós-fechamento do Aterro de Jardim Gramacho, alicerço-me em Guedes-Pinto (2002, p. 95) que define a história oral como a que se preocupa em criar a possibilidade de manifestação para que os excluídos da história oficial tenham essa oportunidade de enfrentamento (GUEDES-PINTO, 2002). Através da oralidade colhendo os testemunhos, depoimentos e narrativas será possível acessar as histórias dentro da história. (THOMPSON, 1992; ALBERTI, 2005), dado que as fontes orais não se limitam a divulgação de informação, mas do conhecimento sensível, que implica compromisso. (ALMEIDA, 2016).

## **1.1 Situando o estudo**

O contexto em que a sociedade atual está inserida é o reflexo do modelo de desenvolvimento econômico vigente e dos hábitos de consumo da população. Atualmente, seguindo a lógica hegemônica de produção e consumo, nunca se teve tanto e ainda sim, nunca se esteve tão insatisfeito. Os discursos e o imaginário de uma população “com necessidades criadas”, que precisam ser

satisfeitas, tem contribuído para a imersão em um círculo vicioso de produção, consumo e descarte que parece interminável.

Devido a esse cenário, sociedades marcadas pelas injustiças e desigualdades ambientais necessitam estar no centro das discussões e é através da educação ambiental que é possível que esse tema ressurgja, possibilitando transformações sociais. (LAYRARGUES, 2009).

Os resíduos, assim como os sujeitos que sobrevivem deles são “vistos” pontualmente, através de uma preocupação reativa com os problemas imediatos, sem que haja um conjunto de atitudes individuais e coletivas de maneira preventiva que permanentemente assegure inserção social, pois na maior parte do tempo, os catadores sobrevivem à margem, afastados e muitas vezes comparados ou associados ao próprio rejeito da sociedade. (GOTHARDO, 2015).

Layrargues (2009, p. 2) aponta que a “desigualdade é uma questão eminentemente comparativa, colocando lado a lado grupos ou estratos sociais distintos da mesma sociedade” e afirma “(...) que muito pouco tem sido feito para combater a desigualdade”. Ao questionar então as razões dessa inércia rumo ao combate da pobreza e da desigualdade, tem-se como pano de fundo o consumo, em que o “(...) lixo é tido como algo inerente à existência humana e uma consequência do desenvolvimento”. (OLIVEIRA, 2011).

Ao citar que o lixo é uma consequência do desenvolvimento, há a dúvida: de que tipo de desenvolvimento está sendo falado, ou melhor, para quem? Através da intensificação da pobreza urbana os indivíduos são submetidos ao processo de exclusão econômica e social. Reunidos através da metropolização e periferação numa massa de pessoas entregues à própria sorte, a grande maioria possui baixa escolaridade e devido à catação estão inseridos em áreas de risco com condições precárias que lhe são oferecidas pelo ambiente em que foram “empurradas”. (ALVES, 2017).

Por essa razão, a desigualdade só se expande, uma vez que a fome e a vulnerabilidade são sua companheira, e que o investimento em uma rede de assistência, acolhimento e proteção mínima aos mais pobres e aos extremamente pobres é completamente inexistente. Ou seja, ao longo dos anos, desde o pensamento social brasileiro até a representação das elites e do povo em geral naturalizou-se a questão da desigualdade e da pobreza, em que o espaço reservado a esses indivíduos é o da criminalização, da marginalização e de deslocamentos populacionais em busca de condições um pouco mais dignas para sobrevivência. (SOUZA, 2003).

Santos (1993, p. 96) argumenta que há um círculo vicioso que fortalece os grandes centros em detrimento das periferias, pois o capitalismo se alimenta do processo especulativo imobiliário

agravando a diferenciação quanto à dotação de recursos que a cidade econômica recebe em detrimento da cidade social.

Devido à especulação criar esse distanciamento entre grandes centros e áreas estrategicamente destacadas para serem reservadas aos mais pobres, criam-se sítios sociais que impactam no funcionamento da sociedade, pois há uma transformação seletiva que cria pontos mais acessíveis, com áreas mais valorizadas e que devido ao mecanismo do mercado atribuem a diversas parcelas ganhos ou perdas de valor. (SANTOS, 1993, p. 96-97). Na cidade de Duque de Caxias não é diferente e em Jardim Gramacho muito menos. Há diversas “cidades” dentro de uma mesma cidade.

Nas últimas décadas, classes menos privilegiadas foram submetidas a viver em condições de extrema vulnerabilidade socioambiental, nos chamados territórios indesejáveis, que na visão de Rodrigues (1998), manifesta-se no espaço habitado, produzindo “ao mesmo tempo mercadorias em territórios desejáveis e vendáveis e mercadorias e territórios indesejáveis”. Segundo a autora, o termo indesejável é usado porque não foram planejados pelo capitalismo como mercadorias.

Certo é que, através dessa apropriação desigual do solo urbano grupos desfavorecidos são contemplados com áreas desvalorizadas pelo mercado urbano. Sendo assim, resta-os esse afastamento proposital dos grandes centros para que através dessa reserva, os mais pobres sejam afetados nessas áreas e se mantenham no lugar que fora reservado a eles: a periferia das cidades, a ocupação por invasões, favelas e loteamentos clandestinos (JACOBI, 2006), pois nessas áreas a injustiça socioambiental pode ser reproduzida (ROSA *et al.*, 2015).

Por isso, concordo com a visão de Herculano (2008) que aponta que esses riscos ambientais se referem à injustiça ambiental devido à carga dos danos ambientais serem empurradas para que grupos vulnerabilizados, marginalizados e invisibilizados paguem essa “conta do desenvolvimento”.

Essa combinação de “cenário de disputa entre atores sociais favorecidos e desfavorecidos” (Rosa *et al.*, 2015), com a busca por um modelo de desenvolvimento que está a serviço da acumulação de riqueza (ALMEIDA; GURGEL, 2018, p. 129), é o que me leva a concordar com a compreensão de Higuchi e Theodorovitz (2018, p. 229) que reconhece que “a distribuição e o movimento das pessoas são ditados por uma macroestrutura social de poder que determina o lugar certo para a pessoa certa” (HIGUCHI; THEODOROVITZ, 2018).

Em geral, há muitas definições para a palavra desenvolvimento, inclusive há autores que visam demonstrar a confusão entre crescimento e desenvolvimento, tal como: Lowy (1995); Boyer (1999); Frey (2001); Siedenberg (2004); Santos *et al.*, (2012). Inclusive, destaca-se a percepção de Veiga (2006) que tem como ideia de desenvolvimento um conceito totalmente vazio de sentido, posto

que o “desenvolvimento” tem assumido roupagens como “humano” e/ou “sustentável” para através do que o autor chama de manobra fraudulenta apresentar uma novidade ao modelo desenvolvimentista (VEIGA, 2006).

Sendo assim, somos levados a compreender o desenvolvimento segundo a proposta de um modelo que através de adjetivos complementares, seja ele “humano, solidário ou sustentável”, se esforça na tentativa de se apropriar de um termo cuja função é a de amenizar as tentativas destrutivas em relação ao gênero humano, tentativa essa fadada ao fracasso (GÓMEZ, 2002, p. 9).

No caso de Jardim Gramacho, o local é o espaço de (sobre)vivência de milhares de pessoas que estão envolvidas em áreas de descarte indiscriminado de resíduos que servem como fonte de renda para os mais pobres e que se tornou uma área segregada, cada vez mais distante das áreas urbanizadas.

Santos (1993, p. 10) alertava que essa divisão entre centro e periferia é o que faz dos mais pobres ainda mais pobres e justifica que “a pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas também do modelo espacial”. Quanto mais distantes do centro, mais esquecidos e silenciados se tornam.

Nessa perspectiva, o Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho (AMJG) se mantinha em operação há mais de três décadas e seu fechamento suscita discussões não apenas ambiental, mas também de questões sociais. É como se todas as questões pendentes há tantos anos para aquelas pessoas simplesmente se cessassem diante do seu fechamento.

Em meio a uma série de compromissos assumidos pelos gestores públicos do Rio de Janeiro e do município de Duque de Caxias para a sequência de eventos que sediaríamos houve a esperança de revitalização do bairro, da promoção de saúde e educação, mas estas infelizmente ficaram apenas nos discursos. Na prática, o fechamento interrompeu a permanência do trabalho da catação (ainda que em condições precárias) no aterro e trouxe de volta o total desemprego para os moradores que ficaram desamparados.

Diante deste cenário, essa dissertação visa romper os silenciamentos que durante muitos anos se fez presente no aterro devido à marginalização e exclusão dos catadores. Através do resgate das memórias (ainda que o evento não seja mais tão recente, uma vez que o aterro está fechado há mais de 7 (sete) anos), pretende-se que através de entrevistas com os catadores, os eventos, conflitos e transformações de suas vidas e do espaço ocupado sejam lembrados. (BOSI, 1992).

Rememorar é uma situação de reflexão que possibilita a quem fala a oportunidade de refletir sobre si mesmo e o passado que viveu. (ALVES, 2016). Portanto, dar visibilidade a narrativa dos

catadores não significa apenas integrá-los a história pública e oficial, mas permitir que sejam ressignificadas as experiências e emoções de vida desses sujeitos.

Além disso, através da memória dos catadores (re)construiremos através da contribuição de suas lembranças e vivências, aliada a uma revisão de literatura, as transformações no modelo de trabalho, da percepção da importância da presença das associações e cooperativas para ter ou não voz junto ao poder público e o impacto do encerramento do AMJG em suas vidas além do valor financeiro.

Visa-se discutir esses fatos através de uma perspectiva antropológica e etnográfica, a que Frehse (2011) chama de voz dialógica, pois ao trabalhar com pessoas, dialogando pacientemente com elas, (re)conhece-se a vida social dando voz às pessoas não por caridade, mas pela convicção de que elas têm algo a nos dizer.

Muitas publicações nesses últimos anos abordaram as condições gerais do bairro de Jardim Gramacho enquanto o aterro estava em funcionamento, descrevendo como se dava a condição de vida e trabalho das pessoas, abordando sobre os riscos a saúde e as condições precárias de subsistência. Muitos outros discutiram acerca do papel de exclusão que os catadores passaram após o encerramento do AMJG e as repercussões negativas da desativação.

É o caso das pesquisas elaboradas pelos autores: Gomes (2008); Gonçalves e Freitas (2013); Rodrigues (2014); Dos Santos Alencar, Rocha e Da Silva (2015); Gothardo (2015); Bastos e Magalhães (2017); Lutinski *et al.* (2017) e Lima (2018). Entretanto, as vozes que contaram sobre as transformações do AMJG se limitaram ao olhar do pesquisador e ainda que sejam pesquisas relevantes e significativas, as possibilidades de pesquisas no local não se esgotaram, visto que há lacunas a serem preenchidas e a metodologia que este trabalho se propõe a executar ainda não foi explorada em trabalhos anteriores.

Sendo assim, a relevância desta dissertação relaciona-se a escassez de reflexões teóricas acerca da invisibilidade de determinados grupos, considerando que apesar da atualidade das discussões acerca de um “desenvolvimento sustentável”, esse empoderamento de catadores contando sua própria história e os desdobramentos do impacto do fechamento de um grande aterro como o AMJG em suas condições de vida, pouco tem sido colocada como objeto de análise.

## **1.2 Problema de Pesquisa e Suposição**

Após estudo sobre o tema e observações pessoais surgiram indagações e reflexões sobre a desativação do AMJG, tais como: Melhorias, para quem? Quem foram os verdadeiros beneficiados

com o fechamento? Como está a vida das pessoas que eram envolvidas na catação? Quais as propostas apresentadas para a população do AMJG foram cumpridas e quais não saíram do papel? Essas pessoas foram plenamente ouvidas?

A suposição que norteia este estudo é que o fechamento do AMJG foi uma estratégia política dos governos da época e que havia o interesse de fechamento do aterro devido à pressão do Rio de Janeiro sediar o maior lixão da América Latina.

Por trás do “legado” prometido, buscou-se silenciar os catadores visto que estes ganhavam espaço tanto na mídia quanto nas políticas públicas, vide a Política Nacional dos Resíduos Sólidos, o documentário de Vick Muniz e até sua indicação ao Oscar.

### **1.3 Objetivos do trabalho**

#### 1.3.1 Objetivo Geral

Analisar através da oralidade os impactos do fechamento do Aterro de Jardim Gramacho e suas consequências percebidas pelos catadores que sobreviviam e ainda sobrevivem da venda dos materiais recicláveis.

#### 1.3.2 Objetivos Específicos

- Destacar a pobreza e a desigualdade socioambiental que invisibilizam determinados grupos e indivíduos;
- Compreender a origem da exclusão social dos catadores de materiais recicláveis no contexto de Jardim Gramacho;
- Acentuar o papel e a participação dos catadores em Associações e Cooperativas no AMJG.

### **1.4 Justificativa**

Esta pesquisa foi motivada pelo olhar sensível e ao mesmo tempo crítico em relação ao pós-Gramacho. Considerado o maior lixão da América latina, durante mais de três décadas o AMJG foi



um território de lutas sociais, espaço de sobre(vivências) e não se restringiu, portanto, ao recebimento de resíduos de diversas naturezas.

Apontado como uma das conquistas ambientais dos jogos olímpicos, o fechamento do aterro trouxe uma série de promessas que visavam à recuperação da área do mangue, a revitalização do bairro, coleta seletiva, qualificação profissional de milhares de catadores e Educação Ambiental.

Desprovidos de valor para muitos, o “lixo” era matéria-prima de milhares de catadores, que com o fechamento do aterro ficaram desamparados, desassistidos e tiveram suas vozes caladas, posto que a principal reivindicação era pelo direito de ter dignidade. O aterro fechou, mas as demandas não foram solucionadas, como se o simples fechamento garantisse que todas as políticas públicas saíssem do papel.

Sete anos se passaram e tais observações fizeram surgir este trabalho, que nasceu a partir de algumas inquietações que surgiram da identificação de um conjunto de notícias divulgadas na mídia nas quais o fechamento do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho é retratado. Salienta-se que diante das muitas notícias, chamou-me a atenção a quantidade de referências de cunho positivo feitas na imprensa, sem que as notícias fossem construídas levando-se em consideração o passivo social que até hoje compõe o cenário de extrema pobreza e desigualdade no local.

Dessa forma, justifica-se, portanto, esta pesquisa devido à necessidade de se oportunizar, e também de empoderar indivíduos e grupos que em grande parte são esquecidos pela história pública e oficial. Buscar-se-á trazer à tona perspectivas sobre os múltiplos discursos das histórias e das contradições que norteiam os conflitos existentes entre o universo do lixão/aterro, os (des)interesses da gestão pública e da sociedade. Assume-se o pressuposto de que só garantindo que os excluídos do sistema tenham voz, é que poderemos dar início a uma reflexão crítica desses espaços.

Deste modo, debruicei-me sobre o estudo da imagem construída através das décadas de funcionamento enquanto lixão (a partir de 1978), das condições, estereótipos e bolsões de pobreza que o envolveram, perpassando pela operação como um aterro remediado e/ ou controlado (a partir de 1996), até seu fechamento (2012) que envolveu a criação do Polo de reciclagem (2014).

Almeida (2016, p. 10) afirma que o trabalho de história oral permite que os atores sociais construam e reconstruam suas histórias. Por essa razão, cumpre salientar que embora diferentes estudos já tenham tratado sobre Jardim Gramacho, não é facilmente encontrado o uso teórico-metodológico da História Oral com ex-catadores do Aterro. Considerando esses apontamentos, esta pesquisa se faz importante por romper com a invisibilidade e o silenciamento proposital que esses atores sociais receberam ao longo dos anos.

Em relação ao objeto de pesquisa tratado neste estudo, grande parte das pesquisas anteriores limitou-se a estudos enquanto o AMJG estava em funcionamento, sem considerar os impactos socioambientais que perduraram durante décadas de funcionamento do AMJG. O fechamento do aterro garantiu a expansão da pobreza, pois a maioria dos catadores não foi absorvida pelo Polo de Reciclagem, além disso, as desigualdades socioambientais continuam sendo perpetuadas e o fechamento da maneira que foi conduzido tem contribuído para que essas pessoas continuem vulneráveis, expostas a riscos e submetendo-se a uma exploração que serve ainda de manutenção de suas condições precárias de vida.

Sendo assim, em sua maioria, as pesquisas anteriores estiveram focadas no impacto ambiental e pouco se discutiu a respeito das possíveis causas do abandono da região pós-fechamento, gerando uma lacuna teórica. Deste modo, a presente pesquisa pretende contribuir com a academia ao trazer o a consequência do desenvolvimento não sustentável, que perpetua a injustiça ambiental, mas sobre outra perspectiva, sobre o olhar do catador.

### **1.5 Delimitação da pesquisa**

A presente pesquisa possui como delimitação o estudo sobre a oralidade de catadores e ex-catadores que construíram e reconstruíram suas histórias durante o funcionamento por mais de três décadas do AMJG e que após o fechamento do aterro estão desempregados, desamparados e esquecidos em um processo de exclusão econômica e social.

Como recorte temporal, buscar-se-á lembrar através da realização de entrevistas com catadores e ex-catadores, os fatos ocorridos entre os anos de 1978 até os dias atuais, que permitirá a reunião de contribuições através dos depoimentos colhidos em busca de respostas sobre a compreensão acerca do impacto do fechamento do AMJG na vida deles.

Este marco temporal se inicia com o ano de 1978 que é quando o lixão tem seu início de funcionamento e finda-se no ano de 2019 para que fosse possível a apresentação dos resultados parciais no mesmo ano.

A delimitação do período terá foco em três momentos: a década de 70 enquanto o AMJG existia enquanto lixão, seu funcionamento enquanto aterro remediado e/ ou controlado na década de 90, os efeitos do fechamento, pós-fechamento e criação do polo de reciclagem entre o ano de 2012 e 2014, e por fim, a compreensão dos envolvidos acerca do legado prometido para Jardim Gramacho. Buscar-se-á uma discussão entre passado e presente, visto que essa parcela de trabalhadores sofreu e

ainda sofre profundos silenciamentos advindos do processo de reestruturação produtiva, cujas atividades os expuseram a riscos e vulnerabilidades socioambientais.

De modo específico, pretendeu-se detectar as relações que foram rompidas entre os catadores e o espaço antes ocupado pelos resíduos sólidos no AMJG que eram sua principal fonte de renda - quando a maioria das vezes a única- e as (in)ações e/ou políticas públicas –insuficientes - da gestão pública municipal e estadual para mitigar os problemas sociais decorrentes do fechamento do aterro.

## **1.6 Estrutura da dissertação**

Para melhor compreensão do leitor construí este trabalho em oito partes sendo a primeira esta introdução, que apresenta uma breve contextualização do tema trabalhado, o problema de pesquisa, os objetivos deste estudo, justificativas e os resultados que espero alcançar. Em seguida, apresento a revisão da literatura, dividida em quatro capítulos que embasaram a proposta deste trabalho.

O segundo capítulo é composto de conceitos e teorias acerca do entendimento sobre desigualdade, pobreza e desenvolvimento sustentável. O principal objetivo deste capítulo foi demonstrar os efeitos da injustiça ambiental e da (in)sustentabilidade uma vez que a exclusão e a pobreza crescem cada vez mais, provocando distanciamentos e o aprofundamento das desigualdades em diferentes dimensões (social, ambiental e econômica).

O terceiro capítulo trata da precarização de trabalho dos catadores de materiais recicláveis. Tratou-se da exclusão social através do trabalho de catação, cuja função é desempenhada em condições inadequadas e cuja remuneração dentro da cadeia econômica de reciclagem é a pior possível. Breves considerações acerca do olhar descartável da sociedade, tal como as desigualdades e disparidades na catação, e as visões positivas e negativas acerca do cooperativismo também foram contempladas nessa etapa.

No capítulo seguinte, visou-se apresentar a partir de um breve histórico de Jardim Gramacho - do surgimento do “lixão” ao nascimento do aterro, seu fechamento e a criação do polo de reciclagem. Apontamentos fruto da observação participante, visando atender aos objetivos definidos para este estudo também foram contemplados nesse tópico.

No quinto capítulo foi descrita a característica teórica da história oral. Nesta parte o foco é apresentar a história como aporte teórico uma vez que oportunizou a reconstrução das histórias de vida dos catadores de materiais recicláveis.

O sexto capítulo expôs a metodologia de pesquisa utilizada, minhas escolhas epistemológicas, tipificação da pesquisa, como os dados foram coletados, a técnica empregada para a análise dos dados e as limitações metodológicas.

No sétimo capítulo foram apresentadas as análises e interpretações realizadas a partir do conteúdo extraído das entrevistas com as lideranças da Associação de Catadores do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho - ACAMJG e das entrevistas realizadas com os catadores do Polo de Reciclagem e ex-catadores do AMJG.

O último capítulo reuniu as considerações provisórias acerca desse trabalho, finalizando-o com apontamentos relacionados aos capítulos aqui apresentados e com sugestões para pesquisas futuras.

## **2. OS EFEITOS DA DESIGUALDADE E DA POBREZA**

*“(...) o mundo real é formado por recursos finitos, as disparidades estão se intensificando e as relações de poder que as acompanham condicionam a exclusão pura e simples dos mais pobres do acesso aos recursos*

*considerados essenciais à sua sobrevivência”.*  
(LAURENT, 2009, p. 154).

## **2.1 A desigualdade e a pobreza como efeito de um Desenvolvimento insustentável**

De acordo com o Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano 2017 (PNUD, 2017) para a promoção do desenvolvimento é necessária à redução da desigualdade – destacando a de gênero e de raça – para que dessa forma seja possível a erradicação da pobreza. Embora pobreza e desigualdade caminhem de mãos dadas, cumpre esclarecer que pobreza e desigualdade são questões distintas.

No trabalho de Layrargues (2009) o autor evidenciou as características da desigualdade e da pobreza, enfatizando que a desigualdade possui diferentes desdobramentos como o acesso ou falta de acesso a serviços públicos básicos como saúde, educação, transporte e outros, em que grupos ou estratos sociais distintos da mesma sociedade são comparados. Já a pobreza, é uma dimensão da desigualdade, a desigualdade econômica. Portanto, a desigualdade pode se referir não apenas ao aspecto econômico, mas sim a múltiplas manifestações sociais. (LAYRARGUES, 2009).

A compreensão de pobreza para Lavinias (2003) é definida como:

Ser pobre é ter, portanto, sua humanidade ameaçada, seja pela não satisfação de necessidades básicas (fisiológicas e outras), seja pela incapacidade de mobilizar esforços e meios em prol de tais necessidades. (...) inicialmente, pobreza e fome são quase sinônimos e se confundem na identificação de quem é pobre. Nesse enfoque, as necessidades humanas aparecem limitadas as necessidades da sobrevivência física desconsiderando o social. (...) Necessidades são uma convenção sujeita a evolução. (LAVINAS, 2003, p. 29-34).

É certo que ao tratarmos de pobreza e de desigualdade há confusões. Na pesquisa de Escorel (1999) o autor definiu que a desigualdade social possui um conceito relativo, segregando a pobreza em duas partes: a relativa e a absoluta. Na primeira, esta se deve a falta de recursos ou de consumo. Na segunda, é a falta de acesso aos bens e serviços. Por essa razão, na literatura há diversas produções que ao se referirem à pobreza absoluta se referem à desigualdade, compreendendo que devido às questões desiguais tanto sociais, econômicas e ambientais é que um indivíduo permanece pobre. (BARROS; MACHADO; MENDONÇA, 1997).

Para entendermos a questão de desigualdade social no Brasil é necessário refletirmos sobre as transformações sociais realizadas ao longo da história em que poucas foram às mudanças nas formas de distribuição de riqueza e que poucas políticas sociais foram consolidadas. Isso se deve principalmente ao avanço do projeto de industrialização e de mercadificação social que apoiado no discurso neoliberal de globalização, concebeu socialmente uma ilusória imagem do conceito de

desenvolvimento, com promessas de melhoria social por meio da geração de renda e do pleno e digno emprego. (ABDALLA; FARIA, 2014).

A década de 60 a 80, por exemplo, foi marcada por um modelo desenvolvimentista-conservador-autoritário, que visava à promoção de um “desenvolvimento” sem que houvesse transformações nas relações da sociedade, da maneira como diferentes classes sobreviviam principalmente devido ao projeto de desenvolvimento industrial do país.

Até o final da década de 80, por exemplo, havia a vinculação dos direitos sociais ao sistema previdenciário, sendo assim, existia uma tensão entre a manutenção da estrutura de privilégios e a necessidade de extensão de direitos sociais. Com a promulgação da Constituição de 1988, as políticas sociais ganharam maior força e a partir de então há uma correlação histórica em relação às mudanças e ampliação do acesso e garantia dos direitos.

Muito embora a constituição cidadã de 1988 tenha de maneira formal e exposto previsto o direito a um meio ambiente saudável e ecologicamente equilibrado, e tenha expressado a defesa de um conjunto de direitos sociais que deveriam ser efetivados através de políticas sociais, na prática muitas conquistas não saíram do papel com a qualidade necessária.

Já a reforma do Estado que ocorreu na década de 90, condenou à pobreza largas parcelas da população. Não é de hoje que temos uma complexa relação entre democracia política e democracia social. Cohn (1999) há mais de duas décadas questionava como compatibilizar democracia e desenvolvimento, demonstrando que o desenvolvimento desigual é resultado inevitável do livre mercado.

Muitos associam à desigualdade a escassez, mas na verdade o que existe é a miséria e as leis do mercado se tornam inoperantes visto que sua racionalidade supõe a igualdade de oportunidades para que haja a competição e esse pressuposto não é gerado pelo mercado, sendo, portanto, uma relação desfavorável aos mais pobres, uma vez que propaga a privatização da área social baseado em um modelo de desenvolvimento que privilegia a oferta produtiva em detrimento das demandas sociais prejudicando os mais pobres.

A exclusão que expõe indivíduos a um projeto de desenvolvimento baseado em um modelo precário, instável e marginal de vida é fruto do modo de operacionalização do capitalismo “um modo de vida do excluído que não consegue ser reincluído” (PAUGAM *et al.*, 1999, p. 30). Nesta perspectiva, no que diz respeito à exclusão social, Nascimento (2000) entende que o processo de exclusão se refere a uma ruptura dos vínculos sociais, elencando as três variáveis desse processo.

Primeiramente tem-se uma concepção ampla aproximada as diferentes formas de discriminação ou rejeição social no quais indivíduos e grupos vivenciam - é o caso dos negros, nordestinos pobres, minorias sexuais e religiosas, sem-terra, catadores de materiais recicláveis - que são grupos excluídos; em seguida, compreende-se a exclusão social como a que prolifera a exclusão dos direitos, visto que trabalhadores pobres, sem trabalhos formais ou desempregados, não são integrados ao mundo de trabalho, sobrevivendo em condições mínimas de vida, e que não são inseridos socialmente; e por último, a terceira e última concepção trata de um novo modelo de exclusão social: além da exclusão de direitos para a recusa ao espaço de direito, grupos como indígenas e moradores de rua, passam a não ter direitos, sendo objeto de extermínio (NASCIMENTO, 2002).

Para Vieira (2009), as desigualdades sociais tem sido uma das características predominantes no Brasil, são estruturais no modo de produção capitalista resultando em uma profunda concentração de renda no país. De acordo com o autor, a análise das desigualdades sociais é fundamental para a compreensão do processo de exclusão social, isto porque as desigualdades são banalizadas, o que permite o processo de exclusão social.

De acordo com Cohn (1999), a qualidade das políticas sociais se relaciona ao conteúdo proposto enquanto ferramenta para a construção da cidadania e da autonomia desses sujeitos que fazem parte de programas e políticas sociais, ou seja, não se dimensiona políticas sociais em relação ao custo/efetividade, mas busca-se a dimensão da desigualdade visando à satisfação de necessidades básicas exatamente dos segmentos mais pobres da população.

Scalon (2011), analisando a questão da desigualdade, da pobreza e das políticas públicas destacou que a desigualdade não é um fato natural, mas uma construção social, que por sua vez é o resultado das escolhas políticas feitas ao longo da história de cada sociedade. Por essa razão, ao se pensar em desenvolvimento sustentável é necessário primeiramente refletir quanto à importância da formulação e a implementação de políticas sócio-econômica-ambientais, posto que há áreas distintas e subpopulações envolvidas nessas decisões “rumo ao desenvolvimento” que se restringem a aliviar a pobreza ao invés de superá-las.

Cumprido esclarecer que o alívio da pobreza se volta para políticas com caráter imediatista, assistencialista e de forma focalizada, sendo emergencial. Já a superação da pobreza envolve um modelo de desenvolvimento que se sustenta ao priorizar o crescimento econômico com equidade social (COHN, 1999).

Desde o relatório de Brundtland (1987) países desenvolvidos e subdesenvolvidos como o Brasil resolveram adotar um discurso voltado as preocupações com o meio ambiente aliando tais preocupações a um desenvolvimento econômico “sustentável” – ainda que na maior parte das vezes a intenção e o discurso se refiram a crescimento econômico.

Entretanto, na prática, a busca pelo desenvolvimento tem sido insustentável, uma vez que se subsidia em três pilares: desenvolvimento como crescimento econômico, desenvolvimento como satisfação das necessidades básicas e desenvolvimento como elemento de sustentabilidade socioambiental. Como visto, a preocupação principal é o de crescimento econômico, e no modelo econômico que vivemos, a questão está centrada no lucro baseada em uma sociedade industrial, urbana e detentora de riqueza. (SANTOS *et al.*, 2012).

Santos *et al.* (2012) reiteram que o modelo capitalista trabalha o desenvolvimento como um slogan de avanço, em que sociedades atrasadas serão conduzidas para modelos de sociedades avançadas. Em que primeiramente se acumula e posteriormente se distribui. E é aqui que o crescimento econômico e o desenvolvimento no modelo capitalista se apresentam como insustentáveis (BARONI, 1992), visto que se ambos não levam à proteção dos recursos naturais, a superação das desigualdades, a minimização da pobreza por qual razão então adotamos o discurso de busca por um desenvolvimento sustentável?

Diegues (1982) acredita que houve um desgaste do termo desenvolvimento e uma banalização do “sustentável”. Em sua pesquisa, o autor apresentou as principais críticas à concepção de desenvolvimento sustentado e sua aplicabilidade, enfatizando a necessidade de se pensar nos problemas globais através da perspectiva de sociedades sustentáveis, em que cada sociedade poderá ser estruturada conforme suas características próprias como padrões de produção e consumo, tradições, bem-estar a partir de sua cultura e outros.

A partir dessas considerações defende-se que as causas de um desenvolvimento insustentável estão atreladas a busca por um modelo de crescimento econômico que não leva em consideração as características próprias de cada sociedade e do conjunto de indivíduos que a compõem. O crescimento a qualquer custo, sem a preocupação com as questões sociais, ambientais e econômicas – nessa ordem – reproduzem as condições de vulnerabilidade social e econômica que atinge diariamente os mais pobres.

Ao estipular o desenvolvimento econômico como o norteador para que os outros pilares – sociais e ambientais – sejam promovidos, evidencia-se a ausência de preocupações com políticas públicas, sociais e de renda que sejam implementadas de maneira indissociáveis. Caracterizando-se,



portanto, como mais uma apropriação do capitalismo a um discurso de proteção e “avanço” que visa perpetuar sem maiores modificações as relações de poder já existentes.

Para Ambivero (2016) o capital e o discurso desenvolvimentista assumiram o papel de reproduzir na sociedade as injustiças socioambientais. Soa necessário, portanto, uma ruptura de tais práticas para que as desigualdades e injustiças sejam superadas. Visto que, locais com alto índice de pobreza viram zonas de sacrifício, acentuando as discriminações, não só do ponto de vista social, mas também ambiental (LOPES, 2015).

## **2.2 Injustiça ambiental como desdobramento da desigualdade ambiental**

Almeida e Gurgel (2018) defendem que para compreendermos a justiça ambiental é necessário um entendimento da importância do meio ambiente, mas não apenas pela parte ecológica e sim sob uma perspectiva da inter-relação pessoa-ambiente, que em linhas gerais significa que o indivíduo é parte integrante e inseparável do meio, e não apenas nele se encontra.

Sendo assim, a justiça ambiental traz a noção de que há a busca pelo tratamento justo, da participação de todos no processo de elaboração, desenvolvimento, implementação e adequação de projetos, políticas e legislações ambientais, mas não se restringem a essas questões. A justiça ambiental abrange questões sociopolíticas, culturais, jurídicas, econômicas, de direitos humanos e ética ambiental. (DE ALMEIDA; GURGEL, 2018).

O problema ambiental está associado ao modo de produção capitalista, uma vez que a exploração do homem pelo homem e da natureza pelo homem é inerente ao sistema. O problema da degradação ambiental não pode ser resolvido apenas com mudanças políticas ou/e morais. Para se ter uma mudança efetiva, não só paliativa, precisa-se de uma mudança nas relações sociais e materiais.

Na visão de Herculano (2002) justiça ambiental representa a oportunidade de tratar as questões de desigualdades sociais no campo ambiental. Sendo assim, justiça ambiental não se trata apenas da instituição de leis ambientais, mas da discussão e articulação de temas voltados à justiça social. (HERCULANO, 2002; ACSELRAD (2005); LAYRARGUES, 2009; ALMEIDA; GURGEL, 2018).

Em relação aos impactos da exploração ambiental desenfreada e dos efeitos sociais desencadeados, percebe-se que quem mais os sentem são os sujeitos mais vulneráveis, como os catadores de materiais recicláveis fruto dessa dissertação. A formação de comunidades periféricas submete-os a níveis significativos de riscos, a uma exploração socioambiental em troca de condições precárias de trabalho e moradia.

Em nome do progresso e do desenvolvimento houve a expansão da destruição ambiental no Brasil e no mundo, numa concepção autoritária que piorou as condições de vida dos mais pobres gerando, portanto, a injustiça ambiental.

Para se entender a relação entre justiça ambiental e desigualdade ambiental, parte-se da premissa levantada por Layrargues (2009), tal que:

Os efeitos da crise ambiental já são sentidos na vida cotidiana dos seres humanos, e uns são mais vítimas dos danos ambientais do que outros, a ponto de terem sido cunhados novos conceitos definidores desse fenômeno: fala-se de risco e vulnerabilidade ambiental a que determinados grupos sociais são submetidos. Quando suas condições de vida ou de trabalho são ameaçadas em função da degradação ambiental, que por sua vez, provocam conflitos socioambientais polarizados entre sujeitos sociais que se beneficiam de geração de riqueza a partir da exploração dos recursos ambientais, demandando então, justiça ambiental para que as coletividades que normalmente já se encontram em condições de vulnerabilidade social, econômica e política, também não se encontrem em condições de vulnerabilidade ambiental, (...) como trabalhadores de empreendimentos produtivos que são vítimas de riscos tecnológicos e das condições de insalubridade do trabalho, entre outros. (LAYRARGUES, 2009, p. 5).

Percebe-se pela exposição de Layrargues, que tanto a injustiça ambiental quanto a desigualdade ambiental decorrem do conflito de interesses individuais e coletivos. Sendo assim, tais conflitos são o pano de fundo das questões ambientais, visto que desencadeiam decisões que devido um conjunto de valores, crenças e interesses comerciais, econômicos e ambientais geram impactos para o coletivo.

Conforme Almeida e Gurgel (2018) a injustiça ambiental expõe sujeitos vulneráveis a condições precárias de sobrevivência, em que fatores como as incertezas de desemprego, da desproteção social, da precarização do trabalho e da manutenção da desigualdade e pobreza os expõem a riscos socioambientais.

No que se refere aos riscos socioambientais, observa-se que as populações de baixa renda, os grupos raciais que constantemente sofrem discriminação, os povos originários, quilombolas, moradores de bairros operários, populações marginalizadas e vulneráveis, são as que recebem a maior carga de danos ambientais. Isso se deve as práticas adotadas em nome de um modelo de desenvolvimento insustentável que se propõe a acumulação de riquezas de uns em prol do detrimento da preservação socioambiental de outros. Essa é a compreensão de Loureiro; Layrargues (2013), tal que:

Para o movimento de justiça ambiental, uma situação de injustiça ambiental caracteriza-se quando na sociedade se destina a maior carga dos danos ambientais a grupos sociais de trabalhadores ou grupos étnicos discriminados, entre outros segmentos em estado de maior vulnerabilidade social e econômica, ameaçando a integridade da saúde ambiental e comprometendo a sua reprodução social. (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013, p. 63).

Observa-se, portanto, que os conflitos socioambientais são disputas derivadas dos tipos de relações variadas que determinados grupos possuem com o meio natural em que estão inseridos, englobando desde estruturas sociais e ambientais instáveis, até a clivagem entre esses dois mundos. (LITTLE, 2001).

Enquanto ao longo desses mais de trinta anos o ambiente de catação no aterro lhes propiciava atividades laborais, os efeitos do fechamento sobre as condições de vida desses sujeitos expandiram a desigual distribuição dos riscos socioambientais, visto que o fechamento do aterro partiu da premissa que seu funcionamento gerava danos ambientais que precisavam ser interrompidos.

Durante todos esses anos a desigualdade ambiental devido à exposição dos catadores a condições insalubres e precárias não foram razões suficientes para que políticas públicas e sociais fossem elaboradas para acolhê-los no período de transição. Como resultado dessa exposição constante, têm-se os catadores de materiais recicláveis, que devido às mudanças que ocorreram em Jardim Gramacho ficaram mais suscetíveis aos efeitos da injustiça ambiental.

Sendo assim, corrobora-se com o pensamento de Layrargues (2009) que afirma que a questão ambiental dentre outros fatores se relaciona a questão de justiça distributiva, uma vez que há a possibilidade da eliminação das desigualdades que são desencadeadas pelos conflitos socioambientais. Para o autor, há uma ponte que liga a justiça distributiva para a eliminação da desigualdade. E ao pensarmos em justiça distributiva é necessário frisar o papel dos movimentos sociais pela luta desses direitos e pela promoção dessa pauta.

Entretanto, a luta por direitos muitas vezes é silenciada, visto que o processo de luta está ligado ao território e se relaciona às diferentes formas de apropriação, uso e significação do mesmo. (VILAÇA, 2017).

No trabalho de Acselrad (2006) o autor salientou o surgimento da justiça ambiental, justificando que graças à criatividade dos movimentos sociais é que foi possível a proposição de mudanças nas pautas socioambientais, no aparelho estatal e regulatório responsável pela proteção ambiental. (ACSELRAD, 2006, p. 223).

Já na compreensão de Loureiro e Layrargues (2013) a justiça ambiental é caracterizada por ser opor a corrente conservadora do pensamento ambientalista da modernização ecológica, uma vez que essa corrente compreende:

(...) a) a natureza como composta apenas por recursos naturais (destituída de componentes socioculturais); b) a existência de problemas ambientais (e não de conflitos socioambientais); c) o enfrentamento de tais 'problemas' por meio de medidas administrativas e tecnológicas (e não por meio de processos políticos), uma vez que se considera tratar de desperdício ou escassez de recursos ambientais (e não do acesso e uso desigual dos bens ambientais). (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013, p. 64).

Tais reflexões acerca da importância da justiça distributiva, ao enfrentamento da desigualdade, da redução da pobreza e a melhorias ambientais devem ser reconhecidas através da vulnerabilidade a que grupos como os catadores de materiais recicláveis estão expostos, posto que a vulnerabilidade assim como a desigualdade possui múltiplas faces, em virtude das diversas situações e condições históricas, locais, políticas que são estabelecidas ao longo do tempo entre diferentes atores e grupos sociais.

Neste sentido, é preciso garantir que a justiça ambiental seja promovida para que a desigualdade ambiental seja minimizada, sobretudo para que haja interação entre temas sociais e ambientais, visto que a problemática socioambiental é fruto de uma modernidade danificada. (GIDDENS, 2002).

Para que os espaços sejam ocupados pelos que foram injustiçados ambientalmente é preciso que as classes menos privilegiadas - que todo esse tempo foi submetida a riscos e vulnerabilidades socioambientais - sejam incluídas em um projeto social que priorize a efetiva melhoria de vida desses sujeitos.

Nesse sentido, é preciso que o processo de construção da cidadania seja primeiramente reconhecido pelos vulneráveis, para que estes possam se reconhecer como sujeitos sociais ativos, aliando-os a uma sociedade preocupada com as transformações de vida dessas pessoas, sendo fruto de um processo de convivência com esses cidadãos que se recusam a permanecer nos lugares que lhe foram definidos sociais, cultural e ambientalmente. (DAGNINO, 1994).

Como já referido, o modelo de desenvolvimento adotado, mascarado pelo modelo de crescimento, embora seja produto das mudanças globais ambientais e socioeconômicas está relacionado também ao que se faz e ao que se deixa de fazer, determinando condições de vida desses sujeitos. Portanto, percebe-se que a ação e a inação da sociedade, a intervenção ou a falta de intervenção social são questões inerentes à perpetuação ou a ruptura dos processos intensos de submissão de classes menos privilegiadas ao modelo de produção e consumo do e no espaço. (ALVES, 2017).

### **2.3 O papel da Educação Ambiental para a promoção da Justiça socioambiental**

De acordo com Copetti e Lottermann (2010) a educação ambiental pode servir de alicerce para a formulação de ações voltadas a solução dos conflitos ambientais da atualidade, fornecendo subsídios para a promoção da justiça ambiental.

Neste sentido, a educação ambiental sob um olhar crítico e transformador tem a possibilidade de ser ferramenta para a promoção e estímulo da participação social. Uma vez que esta ocorra, há o exercício da cidadania, ingrediente fundamental para que a justiça ambiental seja alcançada.

Para Loureiro e Layrargues (2013, p. 67) tanto a educação ambiental crítica, quanto a justiça ambiental e a ecologia política atuam como contrapontos das interpretações hegemônicas do senso comum acerca do fenômeno socioambiental.

Outro aspecto relevante é o levantado por Carvalho (1995), que indica o protagonismo da educação ambiental como a que possui um elemento estratégico, devido o “ambiental” ser capaz de estimular o diálogo entre educação e movimentos sociais, mobilizando assim os atores para que o processo de democratização da sociedade seja pautado em soluções de fato sustentáveis.

Na perspectiva de Jacobi; Tristão; Franco (2009) vivemos em uma sociedade de risco, crescentemente ameaçada e afetada pelos agravos socioambientais. Para os autores,

(...) as práticas educativas ambientalmente sustentáveis nos apontam para propostas pedagógicas centradas na criticidade e na emancipação dos sujeitos, com vistas à mudança de comportamento e atitudes, ao desenvolvimento da organização social e da participação coletiva. (JACOBI; TRISTÃO; FRANCO, 2009).

Embora pareça utópico pensar nas contribuições da educação ambiental para a redução das desigualdades, salienta-se que os riscos socioambientais que a maior parte da população está submetida se deve exatamente a ausência de escolha que os indivíduos possuem. Marx (1999) sinalizou a ausência de livre escolha que a classe operária possui e em que a maior parte das atividades é determinada pelas condições sociais, ambientais e históricas vivenciadas.

No tópico 2.2 apresentado anteriormente, o papel da justiça ambiental para a minimização da desigualdade ambiental foi discutido. Entretanto, para que haja a interação entre temas sociais e ambientais como proposto por Giddens (2002), é primordial que a educação ambiental entre em cena sensibilizando os indivíduos para que a partir destes sejam questionadas a ausência da elaboração de políticas públicas que garantam a redução da desigualdade e a superação da pobreza.

No entanto, a articulação entre educação e meio ambiente no Brasil ainda é cercada por desafios a serem superados e embora as limitações pedagógicas existentes sejam fruto do modelo de alienação da prática capitalista de ensino, Loureiro (2004) afirma que é através de uma educação ambiental crítica é que poderemos transformar a realidade.

Transformar a realidade está relacionado ao encurtamento das distâncias entre escola e comunidade, em que a problemática socioambiental permite que o sujeito enxergue a crise existente ao seu redor e compreenda sua parcela de contribuição ao meio em que faz parte, das alternativas disponíveis para a quebra de paradigmas e principalmente para a articulação de processos colaborativos de resolução de problemas locais.

Layrargues (2002) ao descrever o papel da educação ambiental crítica citou a importância do processo educativo como o que visa o desenvolvimento de uma consciência crítica acerca dos atores e fatores sociais que são geradores de riscos e conflitos socioambientais.

Já na visão de Loureiro (2007) conceituar a educação ambiental crítica é uma questão complexa, pois o entendimento de natureza, sociedade, ser humano e educação precisam ser vistos não apenas através de uma só base como as ciências sociais ou naturais, mas também da filosofia, uma vez que o diálogo será construído a partir de saberes transdisciplinares.

Autores como Porto; Freitas; Barcellos (2004) compreendem que articular as discussões da associação da vulnerabilidade com a justiça ambiental permite que os riscos e situações perigosas moralmente inaceitáveis por serem evitáveis, que acabam sendo impostos aos grupos socialmente mais vulneráveis e discriminados sejam expostos. E a partir disso, estratégias de enfrentamento podem ser articuladas através da educação ambiental. (PORTO; FREITAS; BARCELLOS, 2004).

Nesse sentido, portanto, as lutas do movimento de justiça ambiental se relacionam com a educação ambiental crítica (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013), posto que:

(...) representam possibilidades de luta política por outro modelo societário, na medida em que suas vertentes críticas se alinham numa possível e desejável aliança teórica, garantindo que, do ponto de vista da questão ambiental, as condições de superação das contradições do capitalismo estejam estrategicamente na direção do realizável. (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013, p. 68).

Para isso, é necessária a sensibilização dos sujeitos para que a visão crítica do sistema possa propiciar ao ser humano a oportunidade de enfrentamento das forças hegemônicas, reflexão sobre o sistema no qual a sociedade está imersa e a proposição de soluções para a quebra do ciclo de produção e consumo que tem aprofundado a segregação social. A partir dessa sensibilização, Loureiro (2007) afirma que a ampliação na compreensão do mundo e o repensar das relações eu-eu, eu-outro, eu-nós no mundo poderá ser efetivada.

Na perspectiva de Freire (2005) é a partir de uma consciência crítica empenhada com a superação da inferioridade que os seres humanos em sociedade se libertam. Ainda de acordo com o educador, “a realidade não pode ser modificada senão quando o homem descobre que é modificável e que ele pode fazê-lo” (FREIRE, 1980, p. 22).

E para isso, é indispensável segundo Ambivero *et al.*, (2015) que ações sejam propostas para que a promoção da participação dos cidadãos nas decisões que são tomadas em espaços públicos ocorra. Na visão dos autores, a contínua reflexão sobre as condições de vida dos sujeitos deve ser fortalecida na prática, visto que é parte inerente do processo social e elemento indispensável para a promoção de novas atitudes e relações que estruturam a sociedade (AMBIVERO *et al.*, 2015).

Ao citar a Educação ambiental como ferramenta para o enfrentamento da crise socioambiental em que a pobreza, a desigualdade, a vulnerabilidade e a invisibilidade se fazem presentes, é preciso ter em mente que a educação ambiental não deve ser desvinculada da educação, tampouco deve ser vista como ferramenta atrelada única e exclusivamente as técnicas e instrumentos utilizados no processo pedagógico de ensino-aprendizagem, mas sim representando o processo educativo escolhido desde as escolhas ideológicas, pedagógicas e, metodológicas (LOPES; AMBIVERO, 2017).

Como se pôde verificar na apresentação dos autores supracitados ao longo deste segundo capítulo, foram ressaltados os principais aspectos relativos aos problemas de um modelo de desenvolvimento que culmina na inocuidade das políticas públicas, em que os problemas socioambientais acarretam as injustiças ambientais, provocando desigualdades sociais, ambientais e econômicas.

Acerca do papel da educação ambiental, é preciso um esforço maior para defendê-la, uma vez que ao ser negligenciada a oportunidade de se debater as questões socioambientais há um prejuízo para a sociedade em termos do despertar da consciência crítica e mobilização social.

### **3. PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E A EXCLUSÃO SOCIAL ATRAVÉS DA CATAÇÃO**

*“(...) o catador de materiais recicláveis é incluído ao ter um trabalho, mas excluído pelo tipo de trabalho que realiza: trabalho precário, realizado em condições inadequadas, com alto grau de periculosidade e insalubridade; sem reconhecimento social, com riscos, muitas vezes, irreversíveis à saúde e com a ausência*

*total de garantias trabalhistas*”. (DE REZENDE MEDEIROS; MACÊDO, 2006).

### 3.1 Discussões sobre logística reversa, reciclagem e a questão da informalidade do catador nesse processo

Embora o surgimento da atividade de catação de materiais não possa ser precisado, acredita-se que catar materiais seja consequência do alto índice de desemprego gerado pela crise do trabalho nas últimas décadas do século XX. (BOSI, 2008; LIMA, 2018).

De acordo com Tadeu (2014) é possível compreender os principais tópicos abordados acerca da logística reversa e da reciclagem ao longo da história. O discurso sobre a importância da reciclagem tomou forma a partir da década de 70, com Zikmund Stanton e suas impressões sobre a Distribuição Reversa. A década de 80 foi marcada pelo início das discussões da importância da reciclagem para os negócios, sendo debatido por Barnes.

Observa-se que na década de 90 a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento serviu de pontapé para que pautas em prol da reciclagem e da valorização do trabalho do catador ganhassem espaço, principalmente devido às condições de vida e trabalho desses sujeitos. Sendo assim, o discurso da organização dos catadores por meio de cooperativas e associações começava a ganhar força. Se individualmente não lhes fora garantido voz, através de uma organização coletiva transformações poderiam ser idealizadas.

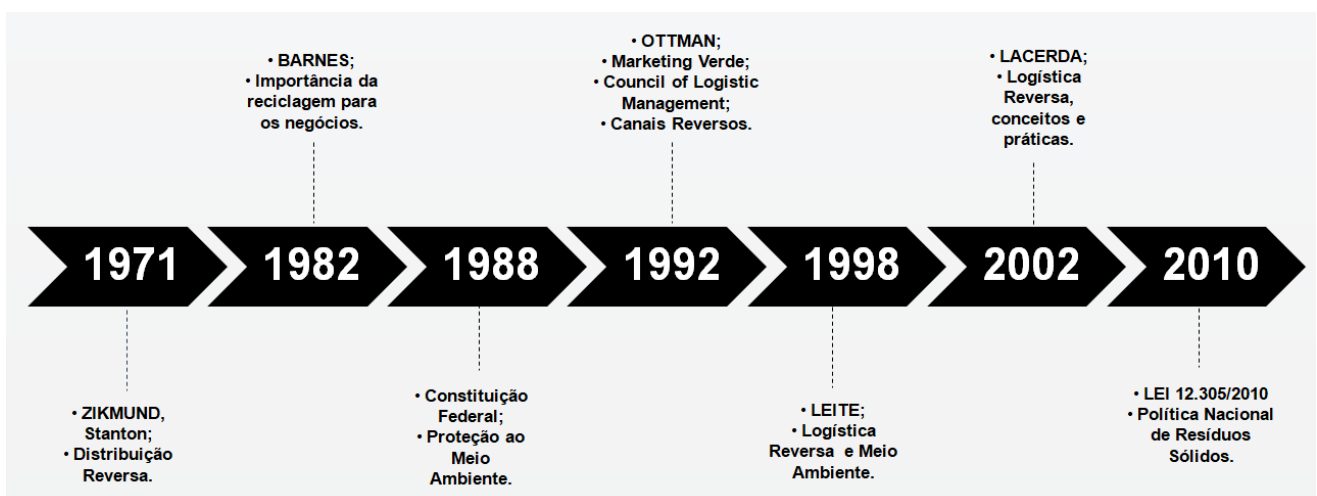


Figura 1 - Breve histórico dos avanços em logística reversa e reciclagem  
Fonte: Adaptado de Tadeu (2014)



Através da Lei 12.305/2010, intitulada como Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), o legislador abordou sobre o papel das cooperativas de materiais recicláveis como organização que poderá junto aos catadores desenhar novos projetos de gestão de resíduos sólidos. Conforme o art. 8º buscou-se “o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis” (BRASIL, 2010).

Embora a PNRS tenha promovido algumas ações de cunho compensatório e residuais, a questão da sensibilização ambiental no que tange o papel que as catadoras e os catadores desempenham na gestão dos resíduos sólidos ainda estão distantes do ideal.

Apesar de Tadeu (2014) não ter citado a organização dos catadores de materiais recicláveis nos anos 2000 através do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), salienta-se que a PNRS foi influenciada diretamente pela luta do MNCR. Devido à aproximação política do movimento com o partido dos trabalhadores na figura do presidente Lula, de 2003 a 2010 um conjunto de esforços do então presidente permitiu a abertura do debate para a inserção da categoria em políticas públicas específicas. Ao reconhecer os catadores converter-se-ia a situação de marginalização e vulnerabilidade para um movimento reconhecido, pautado na cooperação, solidariedade e igualdade (LIMA, 2018).

Graças ao MNCR em 2002 foi incluída na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) a categoria “catador de materiais recicláveis”.

Baseado no levantamento do IBGE de 2010 existe no Brasil aproximadamente 398.348 pessoas ocupadas como “Coletores de lixo” – código de subgrupo 961 da CBO Domiciliar do IBGE. Desse total, 226.795 eram “Coletores de lixo e material reciclável” (subgrupo 9611), 164.168 declararam-se “Classificadores de resíduos” (código 9612) e 7.385 eram “Varredores e afins” (código 9613). Nove anos após esse levantamento estima-se que mais pessoas estejam envolvidas na catação (DAGNINO, JOHANSEN, 2017). Embora em 2002, a categoria catador de materiais recicláveis tenha sido incluída no CBO, percebe-se que a identificação dos catadores é principalmente como coletores de lixo, demonstrando que a identificação desses sujeitos ainda é depreciativa.

### **3.2 O olhar descartável sobre o papel dos catadores de materiais recicláveis**

Embora a atuação dos catadores frente ao aumento da geração de resíduos tenha contribuído para que as consequências ameaçadoras para o meio ambiente sejam minimizadas, na sociedade esse

reconhecimento é pouco difundido, as condições de trabalho são precárias e o fortalecimento desses atores sociais ainda está longe do que merecem. (GONÇALVES *et al.*, 2013).

Reciclar materiais se tornou uma saída para que pessoas de baixa renda pudessem buscar seu sustento. Entretanto, os catadores vivenciam uma situação paradoxal: ao mesmo tempo em que realizam a transformação de materiais descartáveis em matérias-primas que retornam ao mercado como mercadoria para que as grandes indústrias utilizem novamente desses recursos, os catadores se encontram na base da pirâmide, sobrevivendo em meio a inúmeras carências, à margem social e de políticas públicas que burocratizam suas atividades desamparando-os e discriminando-os, visto o processo conflituoso e excludente da presença de catadores em aterros sanitários, por exemplo.

Se, por um lado, as políticas sociais possuiriam o papel de amenizar os impactos negativos da concentração de riquezas – que são inerentes às sociedades capitalistas, consistindo em um sistema redistributivo – por outro lado, na prática, a marginalização social permite que haja uma socialização dos custos de reprodução precária da força de trabalho sem que haja a necessidade de maiores investimentos do capital para a expansão da pobreza. (ANDRADE, 2017).

Na visão de Bastos (2017) a coleta e a separação dos resíduos sólidos realizados pelos catadores contribuem não apenas ambientalmente, mas socialmente. Na visão da autora, o caráter de auxílio à natureza é incontestável, entretanto, a parte social não promove a inclusão dos catadores no processo produtivo, as mãos que se dedicam ao trabalho de catação são desvalorizadas e as condições de trabalho são precárias. Infelizmente, o substantivo precariedade ainda é indissociável a condição de vida dos catadores.

Em termos de riscos à saúde, não há nenhum catador que ainda não tenha trabalhado em condições de decomposição do lixo, animais mortos, manipulando materiais perfuro cortantes (SILVA, 2006).

Devido a tais condições, muitos são expostos frequentemente a doenças infecciosas, respiratórias e ligadas ao sistema digestivo (FERREIRA; ANJOS, 2001). Em meio à fome, há uma oportunidade de saciá-la, uma vez que na busca de materiais que possam ser vendidos, há também a busca por recursos que possam alimentar o corpo cansado e a alma sofrida.

A dura realidade é que as pessoas que sobrevivem da catação mesmo sendo um elo importante para a cadeia de reciclagem foram marginalizadas e invisibilizadas ao ponto de serem vistas como sem importância (MELIM NEVES *et al.*, 2017). De acordo com Gomes (2008) a sociedade enraizou o catador como malandro e marginal, como no máximo pessoas que devem receber esmola. No

exercício de suas atividades esses trabalhadores são visto como números, reconhecidos por coletes, uma ficha ou um adjetivo que o qualifica como desqualificado (GOMES, 2008).

Sendo assim, frente à desqualificação sofrida por serem mais pobres os catadores de materiais recicláveis dificilmente são respeitados em seus direitos. Muito embora nos últimos anos o movimento de catadores tenha conseguido maior espaço na mídia, a estratificação social ainda demarca as posições sociais que são regidas pela divisão social do trabalho em um sistema de classe social.

### **3.3 Disparidade e desigualdades socioambientais na atividade de catação**

Na abordagem da temática das desigualdades socioambientais pretende-se sob uma perspectiva ampliada dialogar acerca do processo de exclusão social que afeta a vida dos catadores e catadoras de materiais recicláveis, tendo como ponto de partida o mapeamento das discussões dos temas de produções acadêmicas em diversos campos. (FERREIRA *et al.*, 2016).

Não são recentes as discussões acerca das condições de vida desses sujeitos, pesquisas anteriores reforçam a baixa remuneração e a reprodução diária das condições de pobreza que acompanham os catadores em sua trajetória de vida, vide as pesquisas de (RODRIGUES, 2014; ROSA, 2015; BRAGA; LIMA; MACIEL, 2016; GALON; MARZIALE, 2016; BASTOS, 2016; SANTOS, 2018; DE SOUZA, 2018).

Em trabalhos anteriores como o de Braga, Lima e Maciel (2016), os autores ressaltaram a precariedade do exercício da atividade de catação, uma vez que estes possuem condições mínimas de segurança e de salubridade.

De acordo com as pesquisas de Gattai (2014), Lopes (2014), Zeelan (2016), Andrade (2017) e Britschgy (2018), a configuração do trabalho dos catadores e catadoras de materiais recicláveis é precária, e na maior parte das vezes proporcionam rendas e condições de trabalho insalubres. Esses dados não são nenhuma novidade, basta que seja observada a ausência de incentivo e fomento a melhorias de suas condições de trabalho.

Em virtude de muitas cooperativas não conseguirem ter em seu quadro um número maior de cooperativados restam aos catadores ausentes do modelo cooperativista revirar o “lixo” descartado sem nenhuma separação, expondo-os a riscos muito maiores do que no universo das cooperativas.

A questão da economia solidária - tão explorada nos últimos anos - foi amplamente discutida na tese de doutorado de Zeelan (2016). Segundo a autora, grandes partes dos empreendimentos

econômicos solidários em relação à sustentabilidade econômica estão em situação precária, tal como as atividades exercidas pelos catadores.

Para Zeelan (2016), é preciso primeiramente o fortalecimento das políticas públicas, da construção de arranjos institucionais que promovam a programas governamentais e não governamentais condições de continuidade e incremento em suas práticas.

Ao longo de seu trabalho Britschgy (2018) dedicou-se a discussões acerca da economia solidária. Segundo a autora, é através de uma economia mais solidária que os sujeitos serão empoderados, alcançando sua cidadania em virtude do alcance de sua autonomia, do acesso a vias democráticas de direito e da justiça social. Cooperativar-se, em sua percepção, constitui a expressão livre de associação, sendo uma alternativa que deve ser explorada nos âmbitos social, econômico e político uma vez que, a partir das relações sociais que se pautam em igualdade, solidariedade e democracia podem ganhar maior força e representatividade para a categoria (BRITSCHGY, 2018).

Entretanto, tal como há defensores do modelo solidário de economia através do cooperativismo há os que discutem as ambivalências e ambiguidades que norteiam a economia solidária, é o caso da tese de Andrade (2017). O autor aponta questões que merecem ser respondidas ao evidenciar que há mais do que emancipação do trabalhador, mas também a possibilidade de inserção em uma relação precária de trabalho atendendo a lógica de acumulação do capital.

Há ainda o destaque para o efeito apassivador que a economia solidária possui cujo propósito é o de desviar a atenção existente entre o conflito capital versus trabalho. Ao mesmo tempo em que mantém a aparência de um movimento contra hegemônico, se apoia nos princípios capitalistas. Sendo assim, ao invés de abolir a lógica de reprodução capitalista colabora para uma fragmentação e precarização do trabalho consolidando estar auto-empregado como benéfico ao combate à desigualdade social (ANDRADE, 2017).

Na tese de Gattai (2014), a autora defendeu a diferença existente entre os modelos capitalistas de produção e os empreendimentos solidários. Sua percepção é de que por não visarem lucro se distanciam dos modelos de produção convencionais, ressaltando o papel das cooperativas para que haja melhoria de vida dos cooperativados.

Embora essa seja a visão da autora, é preciso trazer à tona que não é porque há na economia solidária o cooperativismo que este não possa ter fundamentos capitalistas. No trabalho de Da Costa; De Almeida Silva; Correia (2017) foi ressaltado que o cooperativismo dentro do sistema capitalista embora não tenha sido pensado por ele é fomentado e apropriado pelo mesmo.

Nessa mesma direção, alguns autores expuseram como se deu o movimento cooperativista no Brasil, trazendo uma concepção menos romantizada, em que indicaram como se deu seu nascimento: de cima para baixo da sociedade e apoiado pelo governo através de um discurso desenvolvimentista (PEREIRA; SOUZA, 2013).

Devido à maioria dos trabalhos já citados enfatizarem a questão da precariedade, Lopes (2014) se debruçou acerca da discussão das condições de vida dos trabalhadores enfatizando a morosidade que o Estado de bem-estar social possui e das ameaças a existências do indivíduo que são promovidas pelo capitalismo.

Nesta perspectiva de ameaças, salienta-se que quando se trata das questões de gênero na catação, originariamente esse era um trabalho de mulher - ainda que as fragilidades de seus corpos existissem. Foram apontadas em trabalhos como o de Lopes (2014) as diferentes situações de limitações, desvantagens e restrições que as mulheres enfrentaram e enfrentam ainda na questão de renda e na condição de exclusão, reforçando a divisão segregacionista do trabalho entre os gêneros.

No que tange as questões de gênero, Paiva (2017) e Nascimento (2018) reforçaram acerca da presença feminina no trabalho de catação, em que mais de 80% estão presentes em cooperativas e associações. No Relatório do Desenvolvimento Humano de 2016 (PNUD, 2017) foram mencionadas as necessidades de superação das questões de desigualdade de gênero. Assumiu-se que o desenvolvimento humano da metade da humanidade tem sido ignorado e que a promoção do empoderamento de mulheres deve ser um desafio a ser enfrentado para que o progresso das regiões, grupos e da nação ocorram.

Considerando dados mais atuais disponibilizados no Relatório do Desenvolvimento Humano de 2018 (PNUD, 2018) em todo o mundo, o IDH médio para as mulheres é 6% menor do que para os homens, devido à menor renda e escolaridade das mulheres em muitos países.

Devido à catação de materiais recicláveis ser um trabalho que requer muito desgaste e muitas horas de dedicação para que a coleta e a separação dos materiais renda uma quantia equivalente ao esforço empregado, observa-se que embora a maior parte dos catadores autônomos seja formada por homens, âmbito de catadores organizados de forma associativa/cooperativista há aproximadamente 80% de mulheres, que são em sua maioria negras e que possuem baixa escolaridade. (IPEA, 2011). No processo de catação, há aspectos invisíveis no discurso ambiental, um deles se refere exatamente aos aspectos relacionados ao trabalho realizado pelas mulheres e sua remuneração.

### **3.4 Cooperativismo: subsídios para o enfrentamento aos interesses do capital?**

Devido à literatura apresentar polêmicas e dissensos acerca do cooperativismo e associativismo, com visões otimistas e pessimistas, de maneira resumida serão descritos brevemente alguns apontamentos que surgiram no levantamento teórico que compõe esse trabalho.

Em virtude da maior parte dos trabalhadores que sobrevivem da reciclagem viverem em estado de extrema pobreza, algumas questões se tornam relevantes. Uma delas se refere à preocupação com a organização produtiva através do cooperativismo/associativismo. Há autores que reforçam a necessidade de inclusão desses sujeitos em organizações cooperativistas para que enquanto cidadãos nos processos de trabalhos tenham como cooperativados condições para em conjunto alcançarem direitos de ter lazer, moradia, educação, qualidade de vida, acesso à saúde e outros (COSTA; CHAVES, 2012; BASTOS, 2017).

Nesse sentido, o primeiro passo é o reconhecimento da população e do governo acerca dos benefícios das atividades de coleta seletiva de lixo, o segundo é a experiência social emancipatória. Devido à exclusão no mundo do trabalho, muitos catadores para alcançarem a emancipação desejada se inserem no ambiente de cooperativas e associações. Tal organização visa quebrar o ciclo vicioso de extrema pobreza a que esses sujeitos estão submetidos.

O ato de se organizar em cooperativa e associações tem como objetivo a valorização da profissão do catador (GOMES, 2008; BASTOS, 2017; LIMA, 2018), o reconhecimento de seus direitos (BRAGA; LIMA, 2016), a aquisição de legitimidade (ANDRADE, 2017; SANTOS, 2018), mudanças de vida e a melhoria de renda (SANTOS, 1993; RODRIGUES, 1998; ALMEIDA, 2016).

Para Gonçalves (2011), o cooperativismo se constitui como um caminho possível para que o alcance da garantia dos direitos daqueles que estão excluídos, ao mesmo tempo em que são a via de fortalecimento de valores como solidariedade, autoestima e autonomia. Ou seja, ao se organizarem em cooperativas e associações são criadas possibilidades para que os catadores possam romper com a lógica perversa do capital que empurra esses trabalhadores para o desemprego e a informalidade.

Mas seria o âmbito das cooperativas capaz de reduzir a pobreza e a precariedade das condições de trabalho dos catadores? Na visão de Lima (2009), os resultados decorrentes das cooperativas de catadores estão voltados à acumulação de capital na Indústria de Recicláveis, principalmente porque “situações pontuais de sucesso apontam para a viabilidade da autogestão como forma de gestão no mercado e para o mercado, mais do que uma alternativa a ele” (LIMA, 2009, p. 129).

Sobre esses efeitos, autores como Meireles (1981) acreditam que em virtude das cooperativas estarem inseridas em um modelo empresarial que visa o lucro o sucesso na opinião dos dirigentes da

cooperativa passa a ser percebido devido o aumento do patrimônio. Sendo assim, estes são levados a um comportamento semelhante de empresas privadas, relegando a um segundo plano os aspectos sociais das organizações.

Bosi (2008) descreveu em sua pesquisa que as cooperativas são um modelo de organização em que o trabalho é ditado pelos interesses do capital, visto que a compra, a reciclagem e a comercialização dos materiais recolhidos pelos catadores são determinadas pelo preço pago pelos recicláveis.

Não é o objetivo dessa dissertação criticar o modelo cooperativista, porém, romantizar o modelo sem explicar acerca das críticas recebidas seria fechar os olhos para os apontamentos que foram realizados ao longo de pesquisas anteriores e das práticas que fazem parte da realidade dos catadores de materiais recicláveis.

#### **4. JARDIM GRAMACHO E O ESTIGMA DA EXCLUSÃO**

*“Nós podemos limitar os danos (embora talvez seja impossível eliminá-los completamente) se aprendermos mais sobre a importância do bem-estar das pessoas e o quanto elas podem sofrer com o resultado de nossas ações”.* (BAUMAN, 2009).

##### **4.1 Caracterização de Jardim Gramacho**

Em virtude do conflito de informações sobre Jardim Gramacho, em que há inconsistência de dados, destaca-se que o objetivo desse capítulo não foi o de apresentar detalhadamente cada data desde o início do funcionamento do AMJG, mas o de situar o leitor quanto o funcionamento do aterro ao expor sua importância para o desenvolvimento da atividade de catação e o impacto de seu fechamento.

A cidade de Duque de Caxias faz parte da baixada fluminense do Rio de Janeiro. Administrativamente é dividida em quatro distritos (Duque de Caxias, Campos Elíseos, Imbariê e Xerém), e o bairro de Jardim Gramacho localiza-se no primeiro distrito. Em relação à extensão geográfica, Duque de Caxias possui uma área territorial de 467,072 km<sup>2</sup> e população estimada de 919.596 pessoas (IBGE, 2019).

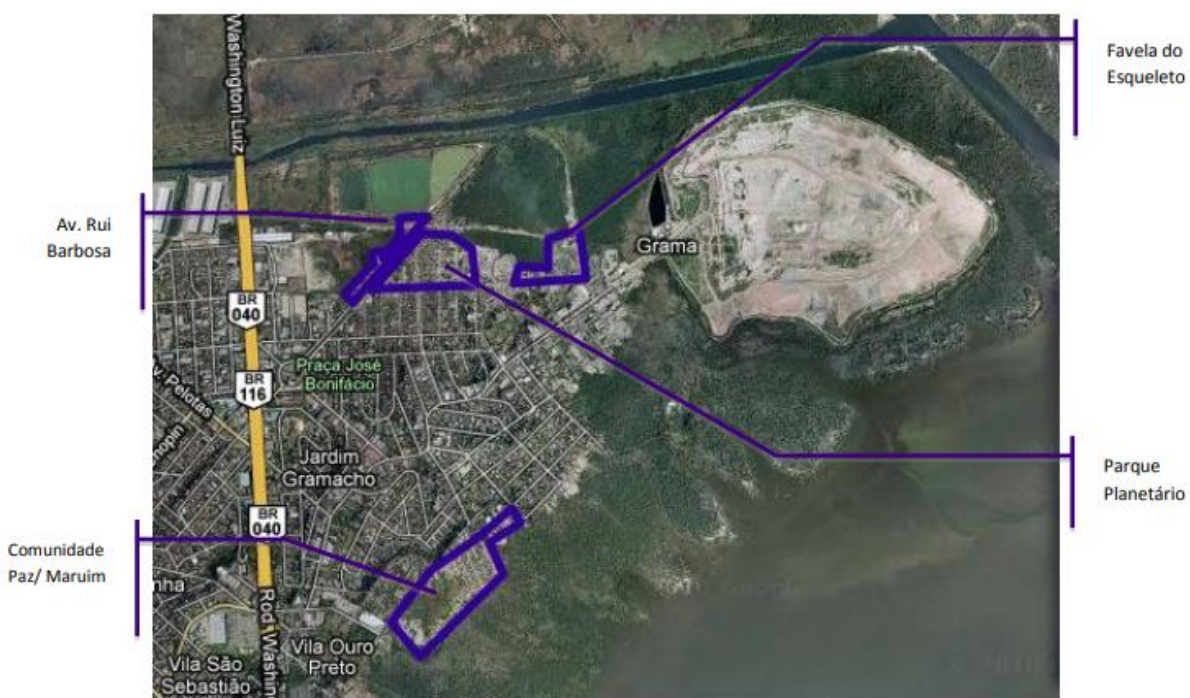
Segundo o documento produzido pelo Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS) - e que será amplamente utilizado nesse capítulo - o universo para Jardim Gramacho em 2011, eram de 13.703 moradores distribuídos em 5.863 domicílios, sendo o número de catadores residentes no bairro totalizando 1.217 catadores distribuídos em 841 domicílios (IETS, 2011). Atualmente, estima-se que aproximadamente 20 mil pessoas residam em Jardim Gramacho (ONG TETO, 2019).





Imagens ©2019 Google, Imagens ©2019 CNES / Airbus, Maxar Technologies, Dados do mapa ©2019 200 m

Figura 2 – Visão de Jardim Gramacho por satélite  
 Fonte: Google Maps (2019).



Fonte: Google Images ©2011; Marcações: IETS, 2011.

Figura 3 – Áreas com assentamentos precários no bairro de Jardim Gramacho  
 Fonte: Google Maps (2011) e marcações do IETS (2011).



Figura 4 – Novas áreas precarizadas em Jardim Gramacho  
Fonte: Google Maps (2019) marcações próprias conforme visita ao bairro.

De acordo com as figuras 2, 3 e 4 é possível ter uma noção da divisão de Jardim Gramacho pela precariedade de alguns locais tanto em relação há oito anos, quanto a partir de dados mais atuais.

Conforme o diagnóstico realizado pelo IBASE (2005), o bairro foi dividido da seguinte forma: as ocupações mais antigas compostas por infraestruturas adequadas à demanda são COHAB (conjunto habitacional), o Morro do Cruzeiro, o Triângulo e o Morro da Placa. Entre as ocupações recentes tem-se: a Chatuba, a Favela do Esqueleto, o Beco do Saci, a Cidade de Deus, a Avenida Rui Barbosa, o Parque Planetário, a comunidade da Paz/Maruim, Quatro Rodas, Remanso, Aquipapá, Juriti, Retão e Valão que são consideradas as áreas mais pobres e em geral com saneamento básico precário (IBASE, 2005; IETS, 2011; ONG TETO, 2019). Visitando o bairro foi possível identificar outras áreas não citadas nesses estudos, mas que são bem precárias conforme marcação na figura 4 e não possuem asfalto como a da Rua Tocantins, Oriental, Imperatriz e Ibiabapas.

Os assentamentos precários se encontram em grande parte em cima do manguezal, em áreas que foram aterradas pelos próprios moradores com o lixo que foi disposto clandestinamente e terra, como é o caso de alguns casebres na Comunidade da Paz/Maruim e na Favela do Esqueleto. Dos assentamentos precários o Parque Planetário e a Comunidade da Paz/Maruim são os maiores em área e dispõem de energia elétrica, mas permanecem carentes dos demais equipamentos básicos como sistemas de saneamento e água canalizada (IBASE, 2005, p. 9).

#### 4.2 A situação do Aterro de Jardim Gramacho ao longo dos anos

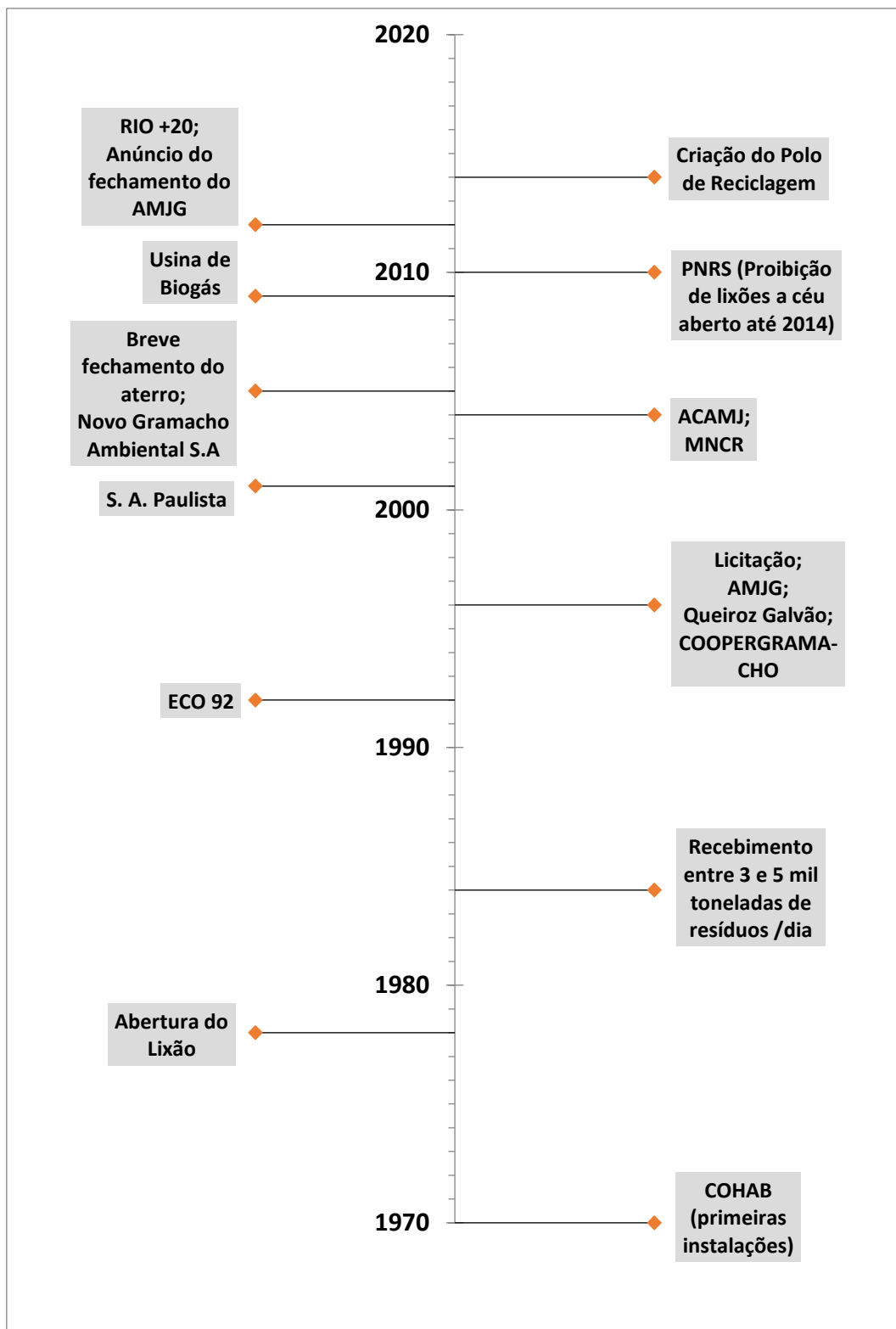


Figura 5 – Linha do tempo e as configurações de Jardim Gramacho  
 Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa.

Dados do IETS (2011) descrevem que na década de 70, Jardim Gramacho teve sua primeira área loteada através de um Conjunto Habitacional (COHAB) que a época se propagou como um

modelo de moradia popular que se expandiu em todo o Rio de Janeiro. Por decisões ditas “estratégicas” do governo foi tomada a decisão de se instalar no bairro um aterro que passaria a receber os resíduos da cidade.

Coincidentemente ou não, é nesta década que o governo decide instalar na periferia do bairro um aterro para qual seria destinado o lixo da região. Na época, Jardim Gramacho era habitado por poucas famílias de baixa e média renda e abrigava escassas e pequenas indústrias. (IETS, 2011, p. 7).

Ainda segundo o IETS (2011) o impacto da abertura do aterro no bairro influenciou na organização do comércio local e industrial que se voltava à reutilização e reciclagem dos resíduos. Além disso, as construções de casebres próximas ao aterro serviam de abrigo para catadores que vinham de outros aterros desativados ou de outros vazadouros.

O ano de 1978 foi um marco para o que viria ser um local de degradação ambiental e desigualdades sociais. Localizado próximo aos rios Sarapuí e Iguaçú, e a beira da Baía de Guanabara, o local ao receber o aterro se tornou ponto de lançamento de lixo nos cursos de água e em suas proximidades imediatas (RODRIGUES *et al.*, 2014).

De acordo com dados disponibilizados pelo IETS (2011), Jardim Gramacho foi escolhido para sediar o aterro devido à distância entre os municípios que despejariam diariamente os materiais em seu solo, a extensão do terreno e sua disponibilidade, e a distância do local para o centro da cidade de Duque de Caxias, o que garantiria em tese que os moradores ficariam distantes do lixo armazenado.

As sucessivas mudanças de destino para o lixo, portanto, acompanharam a evolução histórica da cidade do Rio de Janeiro e de sua região metropolitana, sendo repetidamente empurradas em direção ao fundo da Baía de Guanabara, mas sem sair de cima dos manguezais. (IETS, 2011, p. 6).

Dados estimados pelo IETS (2011) e pela liderança do Fórum Comunitário de Jardim Gramacho (2019) descrevem que diariamente entre 1978 e 1988 o aterro receberia entre 3 (três) e 5 (cinco) mil toneladas de lixo, tendo como parâmetro uma vida útil até o ano de 2002.

No que tange as questões ambientais em decorrência do funcionamento do aterro, fez parte do projeto de sua fundação que os municípios que participassem do despejo do lixo deveriam se organizar através de consórcios para que melhorias e minimização dos impactos pudessem ser realizadas. Entretanto, logo nos primeiros anos o aterro funcionou como um lixão.

Na primeira década da existência do aterro, que funcionou desde o princípio como um lixão, não eram feitos o recobrimento regular do lixo, a captação das águas pluviais, a fiscalização dos caminhões, o monitoramento do solo e do entorno do aterro, entre outras exigências mínimas legais e de bem-estar socioambiental. Assim, nestes anos ocorreram rupturas do solo e vazamentos de chorume nas águas da baía e dos rios Iguaçú e Sarapuí e surgiram roedores, aves e insetos nas cercanias. Com o passar do tempo, o aterro passou a receber cada

vez mais tipos de lixo de caráter prejudicial ao meio ambiente e à saúde pública, como os resíduos industriais e hospitalares. (IETS, 2011, p. 10).

Segundo Rodrigues *et al.*, (2014) esses fatos foram agravados principalmente porque a COMLURB não tinha recursos suficientes para manter o aterro funcionando da maneira adequada e os municípios não custeavam os resíduos que despejavam em Jardim Gramacho. Ou seja, o descaso público por parte dos municípios envolvidos, da gestão pública municipal de Duque de Caxias, dos Ministérios Público e do Meio Ambiente, influenciou diretamente na ausência de gestão dos resíduos sólidos de Gramacho, com impactos que se arrastaram por anos. Em paralelo aos problemas descritos, o número de catadores aumentou consideravelmente ao longo dos anos, devido em grande parte a ausência de políticas de inclusão social.

No ano de 1992, devido o Rio de Janeiro sediar a Eco-92, tanto a COMLURB quanto os municípios ligados ao despejo de lixo em Jardim Gramacho foram pressionados para intervirem na despoluição causada e para promoverem a minimização dos danos ambientais causados pelo aterro e sua má gestão, posto que o talude de lixo metropolitano já media aproximadamente 32 metros de altura antes do final da década de 1990 (IETS, 2011).

Em 1996, foram investidos cerca de R\$150 milhões de reais na recuperação do aterro – que passou a ser oficialmente chamado de Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho (AMJG) e a funcionar como um aterro controlado, dentro dos mínimos padrões legais exigidos. Sobre as diferenças entre aterro sanitário e aterro controlado destaca-se que no aterro controlado a presença do catador é permitida (BASTOS, 2008).

Sob a supervisão da COMLURB, em virtude da constante destruição dos manguezais e da poluição que se expandiu na Baía de Guanabara devido o funcionamento do lixão, foi tomada a decisão de terceirização da gestão do aterro que passou a ser realizada pela empresa Queiroz Galvão (1996 a 2001).

Nesse mesmo ano, foi iniciada a criação de uma cooperativa de reciclagem, a COOPERGRAMACHO, sendo influenciada diretamente pela COMLURB, pela Queiroz Galvão e pela Assistente Social da época que prestava suporte aos catadores a época<sup>1</sup>. A iniciativa não surtiu o êxito esperado devido à baixa adesão dos catadores – menos de cem catadores - que até então possuíam remuneração à vista, diária e sem a necessidade de taxaço de impostos. Aderir à

---

<sup>1</sup> Durante o levantamento documental e nas entrevistas verificou-se que em Jardim Gramacho a criação da cooperativa não foi motivada pela união dos catadores, mas sim pelo interesse da COMLURB e da Queiroz Galvão. No anexo 2 constam registros acerca da criação da cooperativa e das promessas de melhorias prometida aos catadores desde a década de 90.

cooperativa, portanto, significava se submeter a regras e perder a autonomia do quanto se trabalha e quanto se ganha (IETS, 2011; ONG TETO, 2019).

O projeto com a terceirização da gestão do aterro seria transformar o Lixão em um Aterro Sanitário com o tratamento do chorume e do biogás provenientes do lixo, recuperação da área, controle da poluição na Baía de Guanabara e a implementação de uma organização social voltada ao credenciamento dos catadores que atuavam no Aterro (BASTOS, 2008; RODRIGUES *et al.*, 2014). E embora os planos fossem promissores, os problemas foram “empurrados” de uma gestão a outra. Em 2001 a Empresa Brasileira de Engenharia e Comércio S/A – EBEC passa a operar o aterro através de um contrato de emergência com prazo até agosto de 2002. Devido à finalização do contrato, a gerência, manutenção e fiscalização passaram a ser responsabilidade da Empresa S. A. Paulista, responsável pelo aterro até o ano de 2006 (IETS, 2011).

Em meio a constantes disputas políticas e judiciais, de 2004 a 2007 percebem-se grandes mudanças em Jardim Gramacho. Em 2004, cita-se a ação da COMLURB e da Prefeitura do Rio de Janeiro que em conjunto iniciaram levantamentos para substituir o Aterro. Nessa fase, haveria uma ação em conjunto entre ambas as instâncias para viabilizar a transferência do aterro.

Devido conflitos no âmbito da COOPERGRAMACHO e da saída de um de seus membros, a representatividade dos catadores ganha nova força com a criação da primeira associação de catadores, a – ACAMJG<sup>2</sup>, e até 2010 outras três cooperativas foram criadas devido às notícias de um possível fechamento do aterro, a COOPERCAXIAS, a COOPERJARDIM e a COOPERCAMJG, que foi fundada como um braço econômico e produtivo da ACAMJG. (XEREZ, 2013).

No ano de 2005, o aterro foi brevemente fechado por questões de cobrança da Taxa de Recomposição Ambiental e devido os municípios e a COMLURB não estarem cumprindo com os pagamentos. Cumpre esclarecer que o aterro foi fechado pelo prefeito e as disputas entre catadores, COMLURB e Prefeitura de Duque de Caxias ganhou força devido esse contexto de conflitos.

Já no ano de 2006 a CAENGE Ambiental passa a realizar a gestão do aterro até 2008 e a partir desse ano o Consórcio Novo Gramacho Energia Ambiental S.A, passa a operar seu funcionamento. Salienta-se que o consórcio venceu o processo de licitação mais pela participação na venda dos créditos de carbono e exploração do biogás de quase 30% que foi oferecido a COMLURB, do que efetivamente pelo seu custo-benefício aos cofres públicos.

Em 2011, o Aterro de Jardim Gramacho totalizava entre 8 (oito) e 9 (nove) mil toneladas de lixo recebidos diariamente, sendo que desse total 80% eram provenientes do Rio de Janeiro, 13% de

---

<sup>2</sup> Mais a frente, devido relatos coletados em entrevista com a liderança da associação esse fato será mais bem exposto.

Duque de Caxias, 4% de São João do Meriti, 2% Mesquita, 1% de Nilópolis e 1% de Queimados. O talude de lixo e do material de recobrimento ultrapassava os 40 metros de altura (IETS, 2011).

Em junho de 2012, o aterro foi desativado e grandes repercussões foram provenientes desse fechamento, a primeira envolve o projeto para a criação do Polo de Reciclagem, que foi fruto de um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC assinado no ano anterior, em 2011. De acordo com esse termo seria possível à reinserção de catadores que atuavam no AMJG. Foram estimados mais de R\$5 milhões a serem repassados pela Petrobrás e pelo Fundo Estadual de Conservação Ambiental – FECAM (2013).

### **4.3 Criação do Polo de Reciclagem: um retorno ao passado e um olhar para o presente**

Se tratando dos efeitos do fechamento do aterro é preciso se debruçar um pouco mais nas discussões acerca dos paradoxos que desencadearam essa fase. No ano de 2012, buscava-se o enquadramento normativo devido a PNRS. Foi nesse período que se iniciou a mobilização política para que houvesse a eliminação e recuperação dos lixões, tal como a compreensão da necessidade da promoção do trabalho do catador juntamente a sua inclusão social e emancipação econômica. Sendo assim, no que se refere à formalização de seu trabalho, a legislação foi um marco (BRASIL, 2010).

Ainda acerca da formalização, na pesquisa de Lima (2018) afirma-se que esse processo seria uma contraposição ao modelo precário e informal de trabalho no lixão, uma vez que a informalidade fomenta vulnerabilidades, marginalização social e invisibilidade diante do Estado. Nesse prisma, associar-se ou cooperativar-se seria uma das formas de se ganhar espaço e voz, visto que submetidos a essas organizações tinha-se a impressão de força junto ao poder público (LIMA, 2018).

Nesse prisma, o modelo de coleta seletiva do município e as políticas públicas deveriam estar associados ao tema para que de fato pudessem promover transformações na vida desses catadores e no desempenho das atividades das cooperativas (CÁRCAMO; DE OLIVEIRA; DA CUNHA, 2018; LIMA, 2018; BASTOS, 2019). Infelizmente, as necessidades dos catadores no processo de elaboração das ações para a desativação do aterro não fizeram jus a essa inclusão dos sujeitos, desconsiderando-os e enfraquecendo-os inclusive em seus direitos, visto que nem todos receberam a indenização fruto do fechamento do aterro.

A proposta de inclusão socioeconômica dos catadores que atuavam no aterro passou a ser implementada de fato no ano de 2014 - e ainda sim, de maneira parcial, gerando uma lacuna temporal que devastou a vida dos catadores que dependiam da renda gerada pelo aterro. Até hoje, a construção

de creches, unidades de processamento e transformação de resíduos, centro administrativo para realização de cursos de qualificação profissional, unidades de triagem, galpão e área de lazer do tão sonhado complexo de reciclagem não saiu do papel.

No trabalho de Bastos (2015) a autora apresentou algumas das principais atividades que foram promovidas a fim de consolidar as ações de encerramento das atividades no aterro. Tais atividades incluíram reuniões, assembleias e projetos de ação social.

Dentro dessas atividades foram realizados dois recadastramentos dos catadores para que pudessem ser quantificados e identificados o número de catadores e catadoras que pudessem ser atendidos pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Jardim Gramacho. Devido grande parte dos catadores não possuir documentação, a promoção de ação social visou à emissão de documentos como Registro Civil de Nascimento, Carteira de Identidade, Carteira de Trabalho e Previdência Social, e outros.

De acordo com os dados da ACAMJG e do Fórum Comunitário de Jardim Gramacho (2019) havia aproximadamente 1700 catadores listados para receber em dinheiro a indenização de maneira individual, estipulada em aproximadamente R\$14.700,00.<sup>3,4</sup> Assim, o período de fechamento do aterro foi marcado pelas transformações e tensões acerca do futuro reservado a esses catadores, principalmente no que se refere às oportunidades de trabalho, uma vez que as promessas provenientes do fechamento do aterro e da construção dos galpões do Polo de Reciclagem só saíram do papel após dezessete meses de encerramento do lixão, e com um grupo de apenas 30 catadores efetivamente trabalhando no espaço – um número bem abaixo do quantitativo de catadores que atuavam no AMJG. Em um primeiro momento pretendia-se empregar 110 catadores dos 500 que manifestaram interesse em continuar na catação de materiais (BASTOS, 2015; 2019).

Um projeto técnico elaborado pela PANGEA – Centro de Estudos Socioambientais reuniu em 245 páginas diferentes informações acerca do trabalho que viria a ser desenvolvido visando à inclusão social dos catadores de Jardim Gramacho, através da criação do Polo Metropolitano de Reciclagem de Jardim Gramacho.

---

<sup>3</sup> Dados acerca da indenização, sua divisão e os conflitos provenientes em virtude dos catadores selecionados para recebê-la serão discutidos mais a frente, com a riqueza dos detalhes contada diretamente pelos catadores entrevistados e fruto de alguns apontamentos da observação participante.

<sup>4</sup> As duas primeiras listas foram realizadas em 96 e 98. Na primeira listagem pretendia-se conhecer o número de catadores atuantes no lixão. Já na segunda listagem sondava-se o interesse dos catadores para serem transferidos para a central de reciclagem. Em 98 as opções era trabalhar na COOPERGRAMACHO, ser recolocado no mercado de trabalho ou continuar no rampão. As imagens referentes ao levantamento documental que se referem a esses dados estão disponíveis no anexo 3.





LEGENDA

01	EDIFÍCIO - 1000 m <sup>2</sup>	08	GALEÃO METALÚRGICO - 1.000,00 m <sup>2</sup>
02	GALEÃO DE ABRIGAÇÃO - 800,00 m <sup>2</sup>	09	GALEÃO PL. ESTÓFIO DE PRODUÇÃO - 2.000,00 m <sup>2</sup>
03	GALEÃO DE ABRIGAÇÃO - 800,00 m <sup>2</sup>	10	ESPAÇO PARA TROCA DE ÓLEO
04	GALEÃO COM REFRIGERADOR / REFEITÓRIO - 1.000,00 m <sup>2</sup>	11	PÁTIO DE UNIDADE DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTO E VEÍCULOS
05	GALEÃO PLÁSTICO - 1.000,00 m <sup>2</sup>	12	ESTACIONAMENTO DE CAMINHÕES
06	GALEÃO PLÁSTICO - 1.000,00 m <sup>2</sup>	13	CAÇIMBAS PARA VÍDEO E SACATA FERROSA
07	GALEÃO PAPELÃO - 1.000,00 m <sup>2</sup>	14	MESA DE JOGOS
08	GALEÃO PAPELÃO - 1.000,00 m <sup>2</sup>	15	CAFETERIA E BANHEIROS MISC. / TCM
09	GALEÃO PAPELÃO - 1.000,00 m <sup>2</sup>	16	CAMPO DE FUTEBOL



Figura 6 – Layout do Polo de Reciclagem de Jardim Gramacho  
Fonte: Projeto Técnico do PANGEA (2012) e Bastos (2013).

Na figura 6, há a ilustração do que viria a ser o “Legado de Gramacho”, que se iniciaria a partir da criação do Polo de Reciclagem. Mas em visita ao Polo e em imagens captadas por satélite pelo Google Maps, a situação é bem diferente das construções prometidas conforme ilustra a figura 7, a seguir:



Figura 7 – Polo de Reciclagem de Jardim Gramacho em 2019  
Fonte: Google Maps (2019).

O trabalho do PANGEA foi iniciado em 2012, e visou dar suporte à criação do Polo com o propósito de oferecer melhores condições técnicas, financeiras, sociais, estruturais, seguindo as normas estabelecidas pela Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS). Esse documento, que deveria ter ampla divulgação e transparência, foi construído sem a exposição das referências que subsidiaram seu embasamento. E, em virtude dessa ausência das referências utilizadas é que não será aprofundada a discussão desses dados.

Em virtude da celebração de parceria entre a Secretaria Estadual do Ambiente, Petrobras, PANGEA e a Associação de Catadores do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho – ACAMJG, foi idealizada a construção do Polo de Reciclagem para que as atividades de catação tivessem prosseguimento (BASTOS, 2015).

Durante o levantamento documental, com o apoio das lideranças de Jardim Gramacho foi possível resgatar documentos como demonstra a figura 6 a seguir:

**POLO DE RECICLAGEM DOS CATADORES DE GRAMACHO**

- TAC REDUC: Convenio Reduc, SEA e PANGEA - Centro de Estudos Socioambientais.
- Rede das Cooperativas de Gramacho (ACAMJG, COOPERGRAMACHO, COOPERJARDIM, COOPERCAMJG e COOPERCAXIAS).

**Meta:** Implantar infraestrutura para cooperativas de catadores de materiais recicláveis e capacitá-los para operarem em rede (comercialização).

**Implantação de:** 6 galpões;  
2 unidades de processamento de resíduos;  
1 prédio para a administração;  
1 prédio para creche.

**Público beneficiário:** 300 catadores

**OBS:** A SEA articulou os atores para o encerramento do aterro de Jardim Gramacho, que teve como desdobramentos: o Polo, o Centro de Treinamento/Canteiro Escola FAETEC - com cursos de formação para os catadores, e o Plano Urbanístico para o bairro de Jardim Gramacho.

Figura 8 – Pacto pelo saneamento Lixão Zero e Recicla Rio  
Fonte: Apresentação do Pacto Pelo Saneamento Lixão Zero e Recicla Rio, SEA (2012).

Observa-se nas figuras 6 e 7 que o projeto para o Polo de Reciclagem faz a citação de dados já apresentados no decorrer dessa dissertação, mas que infelizmente foram parcialmente realizados e/ou que não saíram do papel, como a construção da creche que atualmente ainda não existe. Para minimizar essa ausência do Estado e da implementação de tais programas, há ações realizadas por iniciativas de ONGs e voluntários em parceria com a ACAMJG no Polo de Reciclagem que viabilizam o ensino e a formação de crianças e adolescentes filhas de catadoras e ex-catadoras para que possam ter acesso à complementação de estudos e capacitação como cursos de beleza, informática, balé, contação de histórias e outras atividades<sup>5</sup>.

#### 4.4 A vida fora do Polo de Reciclagem: Pobreza incorporada à paisagem

No trabalho de Cárcamo, De Oliveira, Da Cunha (2018) foram apresentadas pelas autoras as características espaciais de Jardim Gramacho, em que foi descrita a precariedade da área nos três eixos analisados: em relação à estrutura social, a infraestrutura e a situação de saneamento. Devido o relato da vulnerabilidade socioambiental do bairro, foram motivadas visitas aos locais que desde o ano de 2005 foi descrito como precário pelo IBASE (vide tópico 4.1 deste capítulo).

<sup>5</sup> Tais práticas puderam ser percebidas a partir das visitas realizadas ao Polo e anotadas no caderno de campo devido a observação participante.

Sendo assim, os assentamentos precários Chatuba, Favela do Esqueleto, Beco do Saci, da Cidade de Deus, Avenida Rui Barbosa, Parque Planetário, comunidade da Paz/Maruim, Quatro Rodas, Remanso, Aquipapá, Juriti, Retão e Valão puderam ser registrados e serão apresentados a seguir:



Figura 9 – Ausência de asfalto nas ruas do bairro  
Fonte: Acervo da autora (2019). Imagens captadas através de caminhada no bairro.

Tendo em vista as condições de vida dos moradores e as promessas de revitalização do bairro, observa-se que a questão de asfalto nos bairros é péssima e que a pavimentação é incipiente. A partir das visitas guiadas no bairro não foi possível o registro de outras situações ainda mais precárias devido à presença do poder paralelo que tomou conta do bairro. Entretanto, é perceptível que há muito a ser feito no local.



Figura 10 – Condições precárias de moradia

Fonte: Acervo da autora (2019). Imagens captadas através de caminhada no bairro.

São diversos os modelos de residências nas áreas mais precárias de Jardim Gramacho. Ao longo da caminhada é possível ver construções com restos de madeira, papelão, lona e casas de madeira doadas por ONGs como a Teto. Observa-se que construções de casas de tijolo são raras e a grande parte das casas é revestida por tecidos para que os moradores não possam pisar sobre lama e lixo.



Figura 11 – O improvisado como referência de lar  
Fonte: Acervo da autora (2019). Imagens captadas através de caminhada no bairro.

Desde o trabalho de Xerez (2013) as condições das moradias em alguns bairros foram retratadas como improvisadas, não reconhecidas pela autora como de fato uma moradia. Ao se

deparar com essa triste realidade a sensação do que vem a ser moradia de fato é conflitante, mas para aquelas pessoas um espaço ainda que improvisado é o mais próximo do que podem chamar de lar.



Figura 12 – Falta de água potável no bairro  
Fonte: Acervo da autora (2019). Imagens captadas através de caminhada no bairro.

No decorrer das visitas ao bairro milhares de metros de mangueiras fizeram parte da caminhada e ao indagar os guias (catadores, membros de ONGs, Assistente Social do CRAS) sobre o funcionamento e a distribuição da água, infelizmente o bairro não conta com o recebimento formal pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE) de água encanada. Desse

modo, são improvisadas mangueiras que levam a água aos moradores quando a mesma está disponível de onde é distribuída – local não descrito. Diariamente a população conta com o apoio de doações de água potável, pois a ausência de água no local é constante.



Figura 13 – Armazenamento de água no parque planetário  
Fonte: Acervo da autora (2019). Imagens captadas através de caminhada no bairro.

O objetivo de trazer a situação atual do bairro nesse tópico foi a de demonstrar brevemente que passados 14 (quatorze) anos do relatório IBASE, a situação de exclusão social, vulnerabilidade e precariedade do local não foi modificada, ao contrário, se expandiu. E para retratar os impactos do fechamento do AMJG e de como essas pessoas resistem nessas condições de sobrevivência em Jardim Gramacho é que o próximo capítulo traz a fundamentação teórica da escolha da História Oral para dar voz a esses sujeitos.



## 5. HISTÓRIA ORAL COMO TEORIA PARA RECONSTRUIR HISTÓRIAS DE VIDA

*“A história oral devolve a história as pessoas em suas próprias palavras. E ao lhes dar um passado, ajuda-as também a caminhar para um futuro construído por elas mesmas”.* (THOMPSON, 1998, p. 337).

Para dar maiores subsídios teóricos para essa dissertação, neste capítulo são apresentadas as contribuições da História Oral – HO. Apresenta-se brevemente o que é a HO e de que maneira esta embasou teoricamente e metodologicamente essa dissertação.

Sendo assim, as duas vertentes serão apresentadas de maneira separada. Nesse capítulo será apresentada a HO como pressuposto teórico para a investigação da memória dos catadores e ex-catadores de Jardim Gramacho. Nessa pesquisa optou-se pela HO pela possibilidade de ao se conhecer e resgatar as histórias dos catadores - tão marcados pela pobreza, desigualdade, marginalização, vulnerabilidade e trabalho precário – oportunizá-los a reconstrução das histórias de suas vidas não apenas divulgando informação, mas como forma de expressar as duras e belas lembranças, esquecimentos e silêncios em suas múltiplas dimensões. (ALMEIDA, 2016).

No trabalho de Da Silva; Rolkouski (2004), obras clássicas sobre HO foram analisadas: Thompson *versus* Joutard em que se discutiu como as visões desses autores clássicos se entrelaçavam. Foram destacadas as implicações do uso de fontes orais para a história e para a sociedade. Segundo a análise das obras, notou-se que durante o trabalho do historiador havia um afazer elitista, que protegia e se interessava apenas nos valores das classes superiores.

Durante os séculos XVI até meados do século XIX o enfoque era na história das classes gerenciadoras, em que historiadores se submetiam a uma era burocrata, frente ao poderio estatal e escrever com um foco ligado as fontes orais, voltado a culturas populares, dialetos e suas relações com a história da comunidade através de entrevistas era um desafio. (DA SILVA; ROLKOUSKI, 2004).

Por muito tempo, segundo Louro (2004) a reconstituição de histórias através da oralidade foi uma abordagem abandonada e desprezada devido à concepção positivista que até o século XIX tomou conta das pesquisas, dando maior importância aos documentos escritos do que aos relatos orais.

Joutard (1999) atribui o surgimento da HO através da valorização da fonte oral em relação à fonte escrita. Para esse autor, a HO é denominada de História Oral Moderna, enquanto que para Thompson (1992, 1998) a HO teve uma ascensão a partir da segunda Guerra Mundial, na América

do Norte e sendo utilizada apoiada em métodos variados (entrevista direta, observação participante, pesquisa documental, mapeamento e estatística), sendo instituída em 1948 como técnica moderna de documentação histórica.

A partir da década de 70 passa então a ser uma ferramenta para oportunizar que índios, negros e mulheres possam se relacionar com o seu passado, preservando através da oralidade sua história, lutas e reconstituam sua história. Nessa perspectiva, Neto; Machado; Montenegro (2007) descreveram a HO como a que no Brasil esteve voltada principalmente para os grupos excluídos dando-lhes livre expressão, voz e oportunidade de serem vistos.

A História Oral esteve voltada, principalmente no Brasil, para grupos excluídos, se preocupando em lhes dar oportunidade de livre expressão, de serem vistos e ouvidos. Os autores destacaram o uso da técnica e da metodologia da HO ao longo da história brasileira como a que coincidiu com o momento político do fim do regime militar e da necessidade das lutas pelos direitos plenos dos cidadãos. (NETO; MACHADO; MONTENEGRO, 2007).

Salienta-se que a HO possui correntes distintas acerca do seu uso. A primeira se baseia na ideia de que os relatos orais devem servir de subsídios aos documentos escritos, devendo os depoimentos orais ser objetivos e comprováveis. Já a segunda corrente, valoriza o papel das memórias e da relação entre memória e história e o conjunto dessas representações. (NETO; MACHADO; MONTENEGRO, 2007).

É oportuno defender que não há neutralidade nesta pesquisa (ORLANDI, 2015) e, por essa razão, discorda-se da primeira corrente, visto que os documentos escritos podem propositalmente não registrar as histórias de pessoas vulnerabilizadas exatamente para que sua história seja esquecida e para que seja possível a reconstrução dos fatos conforme os interesses da narrativa adotada.

Desse modo, optou-se nesse trabalho pela corrente que valoriza as memórias e as histórias de vida dos catadores, posto que a HO permite que uma nova versão da história seja contada. Para Da Silva; Rolkouski, (2004) o grande mérito da HO é trazer a luz realidades que seriam talvez encontradas diluídas na imensidade do escrito, mas que sem a sensibilidade necessária seria impossível distingui-las.

Na pesquisa de Vilaça (2017) foi apontada a necessidade de ao se discutir HO ser levada em consideração as questões da memória. Essa preocupação corrobora com estudos anteriores de autores como Vilanova (1994); Thompson (1992,1998); Guedes-Pinto (2002); Meihy (2002); Almeida (2016), Alves (2016) e Ambivero (2016).

Segundo Pollak (1992), as memórias individuais e coletivas se destacam pelo seu aspecto fluante, mutável, mas que há marcos na maioria das memórias que são invariantes e imutáveis. Para o autor, a memória é em partes herdada e não se refere apenas à vida física das pessoas. Isso significa que na reconstrução das memórias pode haver interferências relacionadas ao momento que ela é articulada e está sendo expressa.

Na visão de Louro (2004) a autora acredita que:

(...) a história oral pode e deve ser realizada não só para pesquisar sujeitos ou temas aos quais não se teria outra forma de acesso, mas também e, com destaque, para responder a novas perguntas sobre antigos temas, provocar novos temas, abrir outras perspectivas de análise, estabelecer relações e articulações entre fatos, sujeitos e dimensões de um estudo. Estas preocupações podem, algumas vezes, ser atendidas através do exame de registros escritos, mas ainda assim a análise de fontes orais representará um enriquecimento significativo. (LOURO, 2004, p. 23).

Observa-se que dentro do enfoque dessa pesquisa a HO subsidia que novas questões sejam evidenciadas e que antigos temas sejam revisitados, uma vez que o cenário de invisibilização do espaço de Jardim Gramacho ainda tem muito a contribuir para os efeitos críticos e transformadores desse mesmo espaço.

No trabalho de Alberti (2005) foram citadas as contribuições da HO para o desenvolvimento teórico e metodológico das pesquisas. A descrição apresentada se referiu ao esforço de se interligar narrativa e memória com o compromisso político com a história dos grupos oprimidos e marginalizados.

Ao se referir a essas questões, Portelli (2001, p. 10) afirma que:

(...) a história oral é uma forma específica de discurso: história evoca uma narrativa do passado, oral indica um meio de expressão. (...) podemos definir a história oral como o gênero de discurso no qual a palavra oral e a escrita se desenvolvem conjuntamente, de forma a cada uma falar para a outra sobre o passado. (PORTELLI, 2001, p. 13).

Acerca da História Oral de Vida, Meihy (2002) cita que esta técnica trata da narrativa do conjunto da experiência de vida de uma pessoa em que se permite apreender as suas subjetividades.

Portanto, tendo em vista as considerações feitas acerca da perspectiva teórica da HO assumida nesse trabalho, compreende-se amparado em Voldman (2005), que os depoimentos orais podem revelar aspectos insuspeitados da pesquisa, modificando as questões norteadoras iniciais ou alterando a hierarquia estabelecida. Por outro lado, é inerente a HO subsidiar procedimentos que visem compreender, interpretar e explicar o processo histórico-social proporcionando uma nova visão da história das sociedades e sujeitos investigados. (MORAIS, 2016).

## **6. METODOLOGIA DE PESQUISA**

*“(...) o fenômeno ou processo social tem que ser entendido nas suas determinações e transformações dadas pelos sujeitos. Compreende uma relação intrínseca de oposição e complementaridade entre o mundo natural e social, entre o pensamento e a base material. Advoga também a necessidade de se trabalhar com a complexidade, com a especificidade e com as diferenciações que os problemas e/ou “objetos sociais” apresentam”. (MINAYO, 2006, p. 24-25).*

Diante dos objetivos da pesquisa, neste capítulo será descrito o percurso metodológico escolhido para que a investigação fosse realizada. A partir da divisão apresentada no sumário, têm-se cinco seções:

I) **Tipificação da pesquisa, em que há a descrição da classificação da pesquisa e da abordagem utilizada;** II) **Coleta de dados**, que descreve as estratégias de coleta (entrevista aberta, pesquisa documental e observação participante) e os critérios de escolha dos atores; e a **Análise dos dados**, em que há o destaque da técnica utilizada e sua descrição; III) **História Oral como Metodologia**, destacando seu papel para a problematização das memórias dos catadores e catadoras do AMJG; IV) **os Aspectos éticos**, que respeitaram as instruções contidas na resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde; e por fim, as V) **Limitações metodológicas**, reconhecendo as limitações desta pesquisadora e dos métodos e técnicas utilizados na pesquisa.

## **6.1 Tipificação da pesquisa**

Anteriormente foram apresentadas as questões e os objetivos da pesquisa, tal como o referencial teórico. Neste tópico, serão descritos os procedimentos metodológicos adotados para a condução da pesquisa e sua execução. Dessa forma, a presente pesquisa se caracteriza por aplicada, respaldada na afirmação de Fleury e Werlang (2017), cuja visão é de que esta se configura como a que se concentra em torno dos problemas presentes nas atividades das instituições, organizações, grupos ou atores sociais. (FLEURY; WERLANG, 2017).

Quanto a sua natureza, é mista, devido à multiplicidade de maneiras visíveis de se pesquisar, sendo uma maneira natural para a pesquisa (CRESWELL; CLARK, 2015). A parte qualitativa será

realizada através da análise de conteúdo, fundamentado em Bardin (2011), que visa sistematizar de forma objetiva o conteúdo de mensagens.

A pesquisa qualitativa é voltada a análise do indivíduo, tendo como perspectiva o sujeito e o ambiente investigado (MARTINS, 2010). Na parte quantitativa, buscar-se-á apresentar dados tratados através de métodos estatísticos e informações numéricas coletadas a partir dos objetivos específicos.

No que se refere aos objetivos propostos, à pesquisa é exploratória, pois visa prover o pesquisador de maior familiaridade com o problema de pesquisa (MATTAR; BRAULIO; MOTTA, 2014). Quanto a sua finalidade, a pesquisa é descritiva uma vez que se dedica a descrever determinado fenômeno, organizações, populações ou relações entre as variáveis, e explicativa, visto que busca identificar as causas ou motivadores para tais fenômenos, aprofundando-se no conhecimento da realidade (GIL, 2002; SILVA; MENEZES, 2005; CHIZZOTTI, 2018).

Em linhas gerais, esta dissertação foi construída quanto aos meios de investigação utilizados, a partir de um estudo de caso, na medida em que se debruça exaustivamente sobre os catadores e ex-catadores do AMJG e as implicações do fechamento do Aterro Sanitário de Jardim Gramacho.

Para Maffezzoli; Boehs (2008) o estudo de caso possibilita que haja a reflexão e análise da realidade, uma vez que, ao utilizar-se de métodos e técnicas para compreensão do objeto de estudo de forma detalhada vincula o mundo real e o sujeito.

## **6.2 Coleta e Análise dos Dados**

Por vezes, a investigação com sujeitos vulneráveis através da História Oral é complexa, há poucos estudos anteriores que envolvam o mesmo contexto de pesquisa com a mesma técnica utilizada, porquanto, o cuidado é redobrado para que constrangimentos sejam evitados e para que os depoimentos sejam privilegiados como centrais na análise do estudo. (MEIHY, 2002).

Com vista ao exposto, para melhor compreender os diferentes aspectos de uma realidade e para evitar enviesamento, optou-se pela combinação de métodos, uma vez que tal combinação trará múltiplas perspectivas, podendo enriquecer a compreensão sobre o estudo (ABDALLA, 2013).

Desta forma, a coleta de dados foi amparada pela triangulação de métodos – entrevistas, observação participante e análise documental - permitindo que a pesquisa seja robusta, com amplitude de dados e maior profundidade, visto que terá maior rigor metodológico e validade. Para Tuzzo e Braga (2016), ao adotar-se multimétodos busca-se o olhar multifacetado das pesquisas.

Além disso, no que tange aos procedimentos, a pesquisa foi bibliográfica e documental. Segundo Marconi *et al.*, (2002) a pesquisa bibliográfica tem como finalidade aproximar o pesquisador das produções realizadas sobre determinado assunto (MARCONI *et al.*, 2002). Já a pesquisa documental, para Prestes (2007, p. 26), permite ao pesquisador “criar proposições na tentativa de explicar a compreensão de fenômenos relativos às mais diversas áreas do conhecimento”.

Quanto ao método para coleta de dados foi utilizado um roteiro com questões norteadoras para viabilizar através de entrevistas abertas os objetivos desta pesquisa realizada com pessoas-chaves utilizando da metodologia de História Oral.

A análise dos resultados e os procedimentos de tratamento dos dados coletados se deram a partir da análise temática, que faz parte das técnicas de análise de conteúdo e que segundo Bardin (2011), é a partir da análise temática que a análise de conteúdo permite uma análise dos significados emitidos pelos sujeitos, o que justifica a escolha por esta técnica.

A partir da coleta de dados do campo, buscou-se relacionar os dados coletados com os levantamentos bibliográficos, documentais e com os objetivos do estudo, ao passo que a transcrição dos relatos orais permitiu uma leitura aprimorada e a categorização por áreas temáticas, em que através da classificação dos elementos em categorias será possível a partir de um agrupamento identificar partes comuns ou distintas existente entre eles. (BARDIN, 2011, p. 148).

O processo de entrevista foi norteado por três etapas: uma pré-entrevista, a entrevista propriamente dita e a pós-entrevista, para que elementos que suscitasse dúvidas e novos esclarecimentos pudessem compor o corpus documental.

Optou-se pela realização de entrevistas com perguntas abertas, devido esse modelo permitir ao entrevistador a criação de novas questões de acordo com as respostas que são dadas. Nesse modelo os catadores e catadoras tiveram a liberdade de falar sobre suas vidas, suas vivências no aterro, sua relação com a sociedade e as representações que estão implícitas em seus discursos. (CORTES, 1994).

Para Minayo (2006) as entrevistas permitem que conheçamos a abordagem e a reflexão que o entrevistado faz sobre a realidade que o cerca. As informações subjetivas só podem ser fornecidas se ele assim o desejar.

### **6.3 História Oral para resgate de memórias esquecidas e silenciadas**

Motivada pelo incentivo de como moradora de Jardim Gramacho dar visibilidade aos catadores após o fechamento do AMJG, fui estimulada pelo meu orientador a utilizar da metodologia

de História Oral para resgatar a história de vida dos catadores de materiais recicláveis de Jardim Gramacho. Sabendo que é um problema recorrente na vida do catador seu silenciamento, fiz a opção de conhecer a história de vida dos catadores que vivenciaram o fechamento do aterro, buscando uma discussão com o tempo presente.

Ao utilizar da HO busquei compreender as narrativas e a trajetória de vida desses sujeitos, para que fosse possível ampliar a discussão sobre a temática, contribuindo para uma melhor reflexão do problema no local e também no país, uma vez que há muitos catadores espalhados pelo Brasil na mesma situação que a de Jardim Gramacho. Sendo assim, houve a necessidade de se utilizar a memória como instrumento de resistência de homens e mulheres que por serem invisibilizados são esquecidos constantemente pela história oficial.

A partir das entrevistas abertas tem-se um ponto de apoio para essa dissertação, justamente pela configuração que estruturou esse trabalho. Os temas ora abordados no decorrer do referencial teórico foram influenciados pela observação participante, em que assuntos surgiram e foram moldando em campo a condução teórica da dissertação.

A História Oral como metodologia de investigação é uma forte aliada na reconstituição da memória e da história. Frente à escassez de fontes escritas produzidas ou preservadas por grupos sociais como os catadores de materiais recicláveis – principalmente em Jardim Gramacho, é que optou-se pela HO para a descrição do trabalho ao longo do funcionamento do AMJG, da reconstrução das memórias dos catadores e das mudanças na dinâmica da representatividade desses sujeitos ao longo dos anos via associações e cooperativas.

Apesar do movimento dos catadores terem produzido inúmeras fontes escritas, pouco desse material foi preservado ao longo da história. Somada a essas questões, a recuperação da história através dos depoimentos orais pelos atores sociais envolvidos permite o rompimento com o mecanismo proposital de apagamento da memória desses grupos. (SANTANA; ESTEVEZ, 2016).

Para tal, a história oral viabilizou o acesso a memórias dos catadores permitindo o avanço na compreensão da realidade de luta e sobrevivência desses sujeitos, e de sua resistência frente às injustiças ambientais e as desigualdades socioambientais.

No caso da história oral, por acatar eticamente o interlocutor e colocá-lo como centro gerador de visões, por levar em conta além do seu papel de ‘fornecedor de dados’ de ‘transmissor de informações’, ou ‘testemunho’, valoriza-se o conceito de colaboração. Reside aí uma das inovações da história oral mais humanizada. Note-se que colaboração não iguala as partes, mas convida a um trabalho participante em que os dois polos - os entrevistados e entrevistadores - são sujeitos ativos, unidos no propósito de produzir um resultado que demanda convivência. (MEIHY; RIBEIRO, 2011, p. 22-23).

Na descrição dos relatos, foi utilizado o termo colaborador seguido do número correspondente do entrevistado para que dessa forma pudesse ser mantida a menção que Meihy, Ribeiro (2011) fizeram em sua obra de que essas pessoas são colaboradores devido contribuírem com suas histórias para que a entrevista oral ocorresse.

Sobre os colaboradores, o quadro a seguir retrata alguns dados acerca da relação dos entrevistados:

Quadro 1: Relação dos colaboradores entrevistados

SIGLA	PERFIL	IDADE	EXPERIÊNCIA NA CATAÇÃO	ESCOLARIDADE	TEMPO DA ENTREVISTA	BENEFICIÁRIO DE PROGRAMA SOCIAL?	FOI INDENIZADO?
A1	Liderança da ACAMJ	42	20 anos	Ensino médio em andamento	59 min. e 08 seg.	Não	Sim
A2	Liderança da ACAMJ	40	26 anos	Ensino médio completo	118 min. e 12 seg.	Não	Sim
C1	Catadora cooperativada atuante no Polo de Reciclagem	34	8 anos	Analfabeta	45 min. e 16 seg.	Sim	Não
C2	Catadora cooperativado atuante no Polo de Reciclagem	39	10 anos	Analfabeta	41 min. e 20 seg.	Sim	Não
C3	Catadora cooperativada atuante no Polo de Reciclagem	40	14 anos	Ensino fundamental incompleto	44 min. e 35 seg.	Não	Não
C4	Catador cooperativado atuante no Polo de Reciclagem	37	18 anos	Alfabetizado	48 min. e 14 seg.	Sim	Sim
C5	Ex-catadora do AMJG	54	35 anos	Analfabeta	75 min. e 21 seg.	Sim	Sim
C6	Ex-catadora do AMJG	49	25 anos	Analfabeta	69 min. e 40 seg.	Sim	Sim
C7	Ex-catador do AMJG	41	22 anos	Alfabetizado	65 min. e 35 seg.	Sim	Sim
C8	Ex-catadora do AMJG	62	40 anos	Analfabeta	72 min. e 54 seg.	Sim	Sim
C9	Ex-catador do AMJG	44	16 anos	Analfabeto	63 min. e 58 seg.	Sim	Não
C10	Ex-catadora do AMJG	45	19 anos	Ensino fundamental incompleto	60 min. e 42 seg.	Sim	Não



Fonte: Dados da pesquisa em campo (2019)<sup>6</sup>. Elaborado pela autora.

#### **6.4 Aspectos éticos**

O projeto deste estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Plataforma Brasil, CAAE nº 19674619.2.0000.5283, e foi aprovado através do parecer de número 3.592.930.

Todos os aspectos contidos na resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde foram seguidos e respeitados, e a participação dos sujeitos na pesquisa foi formalizada pela assinatura do TCLE (Apêndice 1), após certificação por parte do pesquisador de que todas as informações foram fornecidas de forma clara e completa, e de que todas as dúvidas dos entrevistados foram sanadas.

#### **6.5 Limitações metodológicas**

Inicialmente, a pesquisa se apoiaria na técnica da Bola de Neve, em que um catador indicaria outros catadores para contribuir com o trabalho, mas devido aos conflitos existentes entre alguns catadores e lideranças, além da viabilidade de acesso a alguns pontos do bairro tomados pelo tráfico, às entrevistas foram realizadas de maneira aleatória, buscando-se uma seleção de sujeitos que por deterem de uma vivência significativa para essa dissertação pudessem contribuir para o acompanhamento histórico, das mudanças percebidas ao longo dos anos na catação e principalmente pela maneira como se relacionava com a atividade de catação no antigo lixão ou aterro.

Em posse dos nomes e contatos de alguns catadores disponibilizados pela rede de contato da ACAMJG, do Fórum Comunitário de Jardim Gramacho e do CRAS de Jardim Gramacho foram realizadas algumas visitas nas casas de alguns catadores e realizadas algumas conversas no local de trabalho de alguns entrevistados cooperativados: o Polo de Reciclagem.

Esse contato visou uma maior aproximação com os catadores, potencializado desde visitas realizadas ao Polo de Reciclagem e ao entorno do AMJG no período de setembro de 2018 até o presente momento. Devido à violência no bairro de Jardim Gramacho e por algumas áreas estarem concentradas em locais de acesso tomados pelo tráfico e pela milícia, algumas visitas não puderam ser concretizadas, tampouco imagens puderam ser registradas desses locais, restando a essa pesquisadora a utilização de imagens do *Google Maps*.

---

<sup>6</sup> Em razão das cláusulas estabelecidas no protocolo de ética, foi assegurado o anonimato aos participantes. A descrição presente no Quadro 1 retrata brevemente os aspectos gerais sobre os colaboradores entrevistados para que o leitor possa ter contextualizado quem são os integrantes da pesquisa.

Para a realização das entrevistas foram realizados quatro encontros para acolhimento e formação de vínculos visando à construção de uma relação de proximidade e confiança. No que se refere às visitas ao polo de reciclagem e caminhada no entorno de Jardim Gramacho foram realizados doze encontros, que serão mais bem expostos a seguir conforme as anotações do diário de campo. Além das visitas em Jardim Gramacho foram realizados outros três encontros com ex-catadoras que atualmente trabalham fora do bairro, na Zona Sul do Rio de Janeiro, para que fosse possível conhecer a nova realidade de trabalho de catadores que trabalham fora do Polo de Reciclagem em parceria com mercados de uma grande rede.

## **7. AS VOZES DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: UMA HISTÓRIA EM PARTES**

*“(...) o esquecimento é parte da memória e o interesse pelo testemunho oral é a relação entre a lembrança espontânea, a recordação solicitada e o silêncio. A ausência é tão significativa quanto à presença. Não se deve interpretar o esquecimento como uma falha, mas*

*sim como simples reprodução da realidade passada”.*  
(DA SILVA; ROLKOUSKI, 2004, p. 9).

### **7.1 Os usos do passado: revisitando memórias de lideranças da ACAMJG**

Embora morar em Jardim Gramacho me permitisse ter um acesso mais fácil até a região, foi como se existisse uma barreira, um muro que separasse onde moro e onde durante anos existiu o antigo lixão que posteriormente virou aterro. Acredito que em grande parte isso se deva ao fato de estarmos cercados pelos muros invisíveis que nos separam e nos isolam conforme a nossa realidade social e econômica. Percorrer as ruas até chegar ao Polo de Reciclagem não foi um processo simples, precisei me convencer algumas centenas de vezes que não me deixaria abalar pelo que eu poderia me deparar, afinal de contas, tudo é tão distante quando a gente não está perto e choca menos, dói menos quando estamos fora daquele ambiente, daquela realidade.

Na primeira vez que fui até o Polo de Reciclagem como pesquisadora e não mais como moradora, fui surpreendida pela extensão do Polo e pela quantidade de materiais espalhados logo na entrada, inclusive com alguns materiais sendo queimados. A imagem de alguns catadores nos galpões me deu um misto de nervoso, um peso da responsabilidade de conseguir ou não estabelecer algum vínculo, de ser bem recebida, afinal de contas os contatos ocorreram inicialmente apenas pelo telefone e presencialmente a conversa com o colaborador A1 não havia sido efetiva devido sua agenda cheia de compromissos e atividades no período.

Logo que cheguei até a Associação fui muito bem recebida pelo colaborador A2<sup>7</sup>, que com um sorriso acolhedor, uma calma e olhar atento se mostrou aberto a me auxiliar no que fosse necessário em minha dissertação. Na verdade, demorei a perceber, foi preciso um terceiro encontro para “cair à ficha” que toda vez que eu era recebida era como se fosse uma ocasião muito especial. Somos uma bagagem de preconceitos e embora eu não tivesse ido até lá com um estereótipo criado, me surpreendia por sua educação, formalidade e trajés, além de sua desenvoltura e memória privilegiada. Havia por parte do colaborador A2, um preparo para me receber e lhe causava satisfação contribuir com o trabalho, tornando a conversa mais amistosa e prolífera.

Nas duas primeiras visitas nossas conversas foram na maior parte do tempo gravadas, o que ele não se sentia confortável interrompíamos a gravação e eu prestava atenção para tomar nota, ambos os procedimentos com o consentimento do entrevistado. Ouvir o que ele tinha a dizer permitiu que

---

<sup>7</sup> Colaborador A1 e A2 serão as iniciais utilizadas para identificar as lideranças da ACAMJ.

outros rumos fossem dados a pesquisa, inclusive devido sua pré-disposição de reunir ali mesmo na associação os potenciais colaboradores para o trabalho.

Entretanto, sua participação na associação era recente, havia três meses que ele chegava para assumir seu cargo, então algumas informações sobre a associação o entrevistado não dispunha de imediato, e para aproveitar minha ida já que sua atuação no AMJG tinha durado 22 anos, aproveitei para conhecer um pouco mais de quem ele era, atribuindo importância a sua fala, até mesmo para experimentar um “piloto” do que poderia vir a ser as futuras entrevistas. Por não ter experiência com a História Oral, nossas conversas iniciais permitiram um amadurecimento acerca do uso da técnica, principalmente pelo estabelecimento de laços de confiança que puderam ser criados a partir dali.

O procedimento de ouvir mais de uma vez o mesmo depoente é prática incentivada por Joutard (1999), visto que conforme a frequência dos encontros pode-se construir relações informais e espontâneas que podem auxiliar no confronto dos dados da entrevista com outras fontes (orais ou escritas). Sendo assim, nas conversas iniciais com o colaborador A1 não havia um questionário fixo, mas intenções, questões e temas que se queria abordar.

#### 7.1.1 Memórias da Rampa

Após me apresentar brevemente, contar um pouco do meu trabalho, das minhas intenções de pesquisa e da ida até a associação, o colaborador A1 me levou para uma sala que atualmente é a biblioteca da associação, lá podemos nos reunir com maior privacidade e ele já inicia o assunto me perguntando o que eu sabia sobre o aterro. Para não tendenciar nossa conversa, conto que já tinha lido alguns documentos, mas minha intenção ao ir até os catadores era exatamente de conhecer o retrato de suas memórias, até porque a história oficial poderia não me contar o que eu gostaria de saber. Frente esse “quebra gelo”, o colaborador A1 começa a me relatar como era sua vida profissional antes de trabalhar no aterro, o que o fez chegar até lá:

(...) eu trabalhava como ajudante de pedreiro então o que eu ganhava recebendo por semana, era pouco demais e um amigo meu me perguntou se eu queria trabalhar com ele e eu respondi: aonde? E aí ele: na Rampa.

Aproveitando da oportunidade, questiono como foi mudar de profissão e a convivência familiar, o que mudou ou não mudou a partir dessa nova profissão como catador e é quando o colaborador A1 me relata sua experiência no período que atuou no aterro:

A vida melhorou porque o aterro não me tirava o tempo com a família, eu poderia escolher trabalhar de dia ou na noite, trabalhar um dia e noite e depois ficar uma semana em casa, o aterro me dava o necessário pra eu cuidar da minha família. Nem sempre eu tinha trabalho como ajudante de pedreiro, no meu primeiro contato com o lixo eu mesmo tinha preconceito,

não queria que ninguém soubesse que eu trabalhava no aterro por conta da discriminação, a vaidade não deixava, mas depois quando vi que o aterro tava correspondendo a minha necessidade deixei a discriminação de lado e indiquei pessoas desempregadas pra vir trabalhar, pessoas sem recursos financeiros eu indicava o caminho, no primeiro contato foi à experiência que eu tive eu dizia pra eles, mas se esforçar vai ganhar muito dinheiro, muitas pessoas me agradecem não foi só eu que vim trabalhar no aterro, todos os meus irmãos vieram, construíram casa, conseguiram cuidar dignamente e honestamente da família.

Embora no levantamento teórico eu já tivesse conhecimento do que se tratava a Rampa, nenhuma descrição documental teve tanta riqueza de detalhes quanto à exposta pelo entrevistado, inclusive sua postura foi modificada ao iniciar o relato do que vinha a ser a rampa, sua expressão corporal, seu rosto expressavam um olhar não mais tão alegre.

O Aterro sanitário era conhecido como rampa, porque devido à subida dos caminhões tinham [sic] era um pouco alto, as carretas vinham, subiam pra despejar os resíduos. Mas o que era a rampa? A Rampa era onde todo o lixo da Baixada Fluminense e do Rio de Janeiro era lançado. O meu amigo ganhava 250 cruzados por semana, aí eu fiquei até pasmado! 250 cruzados por semana era muito dinheiro, aí eu peguei e me programei e vim trabalhar com esse amigo. Quando eu cheguei no aterro sanitário, logo na portaria, eu pude observar um cenário de guerra, mais de duzentas pessoas na rua, parecia carnaval, calça de uma cor, sapato de pé trocado, meia e luvas completamente sujas e panos amarrados na cabeça, pra mim era um mundo estranho diferente do que eu vivia. Aí eu peguei e perguntei e essas pessoas aí? Elas trabalham na Rampa daqui a pouco vinha um caminhão, todo mundo subia e iam pro destino do aterro sanitário.

Nesse momento da conversa, foi como se a lembrança do entrevistado fosse ainda mais forte, visto sua maneira de dizer sorrindo que se recordava até hoje daquela primeira vez no aterro.

Aí eu me recordo até hoje, eu cheguei era cinco horas da tarde aí eu peguei e perguntei: nós vamos trabalhar a noite? E cadê sua marmita, vamos trabalhar a noite sem marmita? Aí ele sem marmita, nosso almoço é lá em cima, no aterro. Quando eu cheguei, meu primeiro contato com o aterro eu passei mal, era uma mistura de odor que você não conseguia distinguir que cheiro era ao mesmo tempo era um aroma suave, peixe morto, cheiro de gás, uma mistura que você não conseguia distinguir que cheiro era aquele. Aí no primeiro dia eu não consegui trabalhar e o mais interessante pra mim é que me deu fome e aí eu vi os carros compactadores.

O entrevistado frente ao meu desconhecimento da rotina de um aterro tratou de me explicar o que eram os carros compactadores, que são os caminhões que recolhem diariamente os resíduos domiciliares. Nessa etapa, há uma pausa feita pelo colaborador A1, retratando a cena, muda sua expressão como se estivesse com vergonha de relatar o ocorrido.

Daqui a pouco vem um caminhão desse [sic] de coleta diária e entorna, muitos legumes, muitas frutas, danones, pão, goiabada...aí quando eu vi meu amigo indo pra esses carros pra se alimentar, eu não acreditei. Meu amigo me trouxe pra trabalhar num local muito estranho e 3h da manhã meu estômago roncando... Lá trabalhava em dois períodos, das 7 da manhã até cinco da tarde, mas se quisesse podia ficar até outro dia, mas podia ficar uma semana, um mês, o quanto aguentasse.

Para compreender as condições do trabalho frente essa possibilidade de trabalho ininterrupto, questiono se havia lugar para dormir, e é quando o colaborador A1 responde que não, descrevendo sobre as cabanas de pano que eram confeccionadas com os materiais encontrados no lixão e que serviam de descanso entre as jornadas.

Dormíamos com barata, aranhas, corríamos perigos de fogo, o chão rachava e subia um fogo, um gás... Perdi muito amigo assim.

Visando melhor ilustrar como era a divisão do aterro, o entrevistado pegou um pedaço de papel e caneta e começou a desenhar, descrevendo que muitas vidas foram perdidas devido às carretas passarem por cima dos catadores. Nessa etapa, o colaborador A1 conta um pouco sobre seus colegas de trabalho, descrevendo que o aterro sanitário foi um grande aprendizado, porque tudo o que eles conheciam acerca da vida em sociedade e da valorização do meio ambiente veio através da vivência no aterro.

Num relato sobre a presença de Gaviões e da beleza da Baía de Guanabara, o entrevistado conta o quanto eram bonitos os animais, mas um fato chamou a atenção:

Do lado do aterro tinha a Baía, uma vegetação e ficavam muitos gaviões, caranguejo, lagarto e aí eu saía do trabalho e ia observar os animais, aí eu cheguei lá e vi um gavião com um saco de mercado preso no pescoço, ele tentava voar abria as asas e ele não conseguia voar, ele me bicava e eu consegui soltar ele. Pensei: assim como esse gavião foi embora nessa liberdade, um dia eu vou embora daqui também.

Nesse trecho da conversa, percebe-se a força da liberdade e o quanto ela inspira, sendo esse momento cheio de significados, tanto pela libertação do animal quanto pelo vislumbrar do colaborador A1 de se libertar um dia daquela realidade, da possibilidade e do desejo de mudança de vida.

Quando eu falei do gavião pra você, meu maior sonho era não deixar que tudo o que eu passei no aterro meus filhos passassem, eu queria amenizar um pouco o sofrimento dos meus próximos, o aterro teve momentos bons, mas teve muitos momentos ruins.

Ao falar sobre o aterro, retoma-se o assunto sobre o modelo de trabalho, a possibilidade de ganhos diariamente e o quantitativo de pessoas no local:

(...) bom é que a gente ganhava o nosso sustento, o que uma pessoa ganhava em um mês a gente tirava em 15 dias, eu fiz uma casa bonita com o dinheiro do aterro, o aterro movimentava toda a economia de Gramacho. Quando o aterro foi fechado acabou a economia daqui, o comércio sofreu com o fechamento do aterro, as escolas porque muitas mães trabalhavam no aterro pra comprar os materiais de seus filhos, uniforme, mochila e uma vez as mães não podendo trabalhar pra comprar material dos seus filhos, as crianças deixavam de ir pro colégio [sic] por não ter caderno pra estudar, era difícil. As indústrias sofreram muito, o bairro virou fantasma, o que movimentava o bairro era o funcionamento do aterro, capital de giro dentro do próprio bairro acabou. Diariamente o bairro recebia quatro mil catadores, um pouco mais até.

Nessa etapa da conversa foi descrita a divisão do trabalho no aterro, os principais pontos de catação:

Você passava esbarrando pessoa em pessoa, no entorno de si o aterro não acomodava a quantidade de pessoas, lá em cima era dividido em três partes: aqui trabalhava um tipo de carreta, aqui outro e aqui os compactadores. Os hospitalares eram da “rampa proibida”. A rampa proibida ninguém podia transitar, tinha uma cerca de arame farpado, quando o carro vinha depositar ninguém podia mexer lá pra ninguém se contaminar, já o urubu era um tipo de carreta que tinha um líder e se eu chegasse hoje pra trabalhar no aterro não podia já de cara ir trabalhar nessa área dominada por esse líder, os materiais eram mais pesados, vinham mais materiais e eu tinha que ir pra serragem, todas as pessoas novas tinham que vir primeiro pra cá, e o outro setor vinha restos de alimentos, Varig, mercados mandavam muita coisa pra lá...

Ao falar desse descarte dos alimentos, percebe-se que o aterro era um espaço não apenas da coleta de materiais para venda, mas também para consumo de alimentos. Com um pouco de sorte, até mesmo outros bens poderiam ser encontrados em meio ao montante de materiais descartados.

As pessoas não vinham pro aterro [sic] só pra trabalhar não, as pessoas vinham fazer feira, carnes, legumes, pão, tudo o que era descartado de alimento vinha pra cá e o pessoal não vivia só pra catar o resíduo reciclável não, eram materiais pra se vestirem, se eu for botar pra você sobre a utilidade do aterro sanitário era um comércio inimaginável, tinha comprador de ouro, notas antigas, apólices. Nem tudo o que vinha pro aterro era lixo. Cansamos de ver muitos amigos nossos do nada gritar porque eles vinham com dinheiro achado, alguns sabiam conter a emoção, outros não, aí você imagina o cara vai segregar material reciclável e acha um montante de dinheiro? Grita! Outros sumiam...

Através dessa recordação do colaborador A1 são trazidas à tona lembranças que ele atribui como especiais do aterro, ainda que as experiências ruins tenham sido maiores que as boas:

Eu tenho uma história, passei por alguns momentos difíceis, minha história com ouro foi até engraçada. Logo quando saí [sic] aquelas camas de ferro, minha esposa me pediu pra comprar uma daquela e eu fui trabalhar, logo no final do expediente eu achei um cordão feio, peguei e guardei no bolso, continuei trabalhando. Aí nós descia aqui embaixo com a roupa suja tomava banho no poço e colocava a roupa nossa de casa [sic], aí botei a mão no bolso vi o cordão feio, sujo, aí tinha um rapaz que me pediu esse cordão eu falei que ia limpar e ele falou que se fosse ouro ele vendia e me dava o dinheiro, aquilo ali me despertou, o cordão todo preto, eu limpei e ficou bonito, levei pra fazer o teste, ouro com 2 valores e eu pude escolher com quem queria vender, era um cordão raro e eu comprei guarda-roupa, cama, fogão, o cordão eram 17 gramas de ouro e sem contar as moedas antigas que achávamos. Tenho coleção de moeda antiga até hoje, boto na mesa tem moedas de vários anos guardadas comigo, as lembranças são ruins, mas também boas.

No tocante a boas lembranças da rampa, a amizade foi destacada:

A amizade, lá em cima nós conhecia muitos amigos [sic], a pessoa ia amarrava um pano na cabeça, igual índio você não conhecia a pessoa, mas quando a pessoa saía do aterro tomava banho e se arrumava, cada pessoa bonita trabalhando no aterro, era uma mistura de lixo que acabava com a sua identidade pessoal, de quem você era. Ó tinha meninas que às vezes saíam da própria prostituição pra trabalhar no aterro, rapazes saíam da vida marginalizada e conseguiam se regenerar porque tinha um trabalho, eles faziam as coisas erradas porque não tinha da onde tirar seu sustento e muitas vezes o que ganhava lá era mais do que ganhava na vida errada, foi um grande aprendizado a experiência do aterro.

Sobre o papel dos catadores de materiais recicláveis e a reciclagem, o colaborador A1 descreveu que:

Os catadores não são catadores, são agentes ambientais não reconhecidos porque contribuí muito com o meio ambiente. No carnaval desse ano, tiramos mais de duas toneladas do sambódromo, se a gente não tivesse lá pra trabalhar, pra onde iria esse material? Os pets? Se não fossem os catadores? E o vidro que é eterno, se não fosse o catador? O catador tem uma atuação de grande importância pra sociedade e pro meio ambiente.

Perguntado sobre as lembranças ruins do aterro, se ele se importava em falar de alguma recordação, aí há uma pausa, é quando o colaborador A1 começa a me contar sobre o que chama de valorização da vida:

Confesso pra você que eu passei a valorizar mais a vida, antes do aterro eu não valorizava tanto, vi que pra você se manter de maneira digna é muito trabalhoso e pra manter minha dignidade eu tive que trabalhar muito no aterro, num momento mais difícil, as pessoas me criticaram... Um exemplo: aquele moço saiu dali, a polícia matou porque ele foi roubar, mas imagina um chefe de família com quatro bocas dentro de casa pra sustentar? Hoje eu sei que as pessoas criticam aquele moço que morreu roubando, mas imagina o desespero? Quando acabaram com o aterro sanitário acabaram com o sonho de muitas pessoas, muitos sonhos foram embora junto com o fechamento do aterro sanitário, se eles fechassem o aterro e fizessem um planejamento, não com o aterro fora de controle, mas com o aterro controlado seria diferente. Igual Seropédica, todo resíduo vai pra Seropédica e não tem lá nenhum catador que segrega o material, o catador tirava 500 mil toneladas daqui do aterro, saía de tudo só ficava mesmo o que não dava pra reciclar, então o aterro teve duração maior por conta dos catadores e Seropédica vai saturar rápido porque não tem catadores lá.

Ao longo da entrevista a conversa mudou um pouco o tom, aquele misto de alegria das boas recordações dá espaço a lembranças tristes. É um misto de emoções e brevemente o colaborador A1 me conta um pouco de algumas lembranças que lhe marcaram:

Teve pessoas que era catador e virou motorista da COMLURB, muitas oportunidades do aterro nós tivemos, numa certa oportunidade tinha uma senhora chorando vira e mexe você via alguém perdido tentando se encontrar ou até se esconder porque ali dentro todo mundo podia ser catador, não importava seu passado. O mais interessante é que as pessoas que a sociedade deveria abraçar caíam no aterro e o aterro de uma forma especial deu um suporte a essas pessoas. A gente tinha mania de perguntar a função do outro, se ouvia muita coisa e tem coisas que é melhor esquecer. Mas tem outras, que eu não consigo deixar de lembrar, ó no aterro a gente trabalhava com barrica, quando enchia transportava pro bag e uma vez um menino depois de carregar todo aquele peso, ele disse assim ó essa vida não é pra mim, eu vou mudar de vida, esse homem é hoje reconhecido pela vida dele, por ser determinado, ele chegou longe e esse menino virou um homem, esse menino você conhece é o A1.

Há uma pausa de quase três minutos após esse diálogo, durante esse período percebo que a reflexão sobre a mudança de vida dos catadores é algo que marcou muito o entrevistado e lhe pergunto se ele deseja tomar uma água e retomar posteriormente nossa conversa.

Deixo-o a vontade para interrompermos o diálogo, muitas vezes ao ouvir as palavras “aprendi muito com o aterro”, “as lembranças são boas e ruins”, senti como se o colaborador A1 guardasse



para si algo que lhe machucava e não quisesse compartilhar, talvez pela dor da lembrança ou por outras razões que eu não conseguiria identificar naquele momento afinal de contas como ele mesmo me disse uma janelinha tinha sido aberta e muitas lembranças vinham sem controle em sua memória. Foi então que aproveitei a oportunidade para elogiar as fotos de catadores que estavam emolduradas, eram quadros com mulheres com acessórios feitos de materiais recicláveis e que foram confeccionados na época da novela Avenida Brasil, no qual o lixão de Gramacho foi retratado também.

A partir desse diálogo a conversa foi retomada e o entrevistado me perguntou se já tinha me contado sobre como se alimentavam no aterro e surge a descrição da participação da cozinheira do aterro e que mais a frente também contribuirá para essa dissertação:

O carro do mercado vazava e tinha uma cozinheira, a gente achava uma carne, arroz, feijão e ela fazia a comida. A água você não podia levar de casa a água que consumia lá em cima, tinha uma senhora que levava os barris com água quando você tava com sede pegava duas garrafas de resíduos e ela te dava a água, era uma troca.

Depois de me contar sobre como funcionava a rede de trocas, o colaborador A1 pegou o papel que havia desenhado antes como era a divisão do aterro e começou a contar sobre uma das vezes que quase morreu, sua voz mudou de tom, seu semblante era de gratidão à nova chance de viver.

Uma certa ocasião era pra eu morrer. Olha, pra você conseguir dinheiro você tinha que soar muito, o trator passava empurrando a tonelada de resíduo pra empurrar o lixo e deixar cair aqui embaixo e os catadores vinham pegando os materiais atrás do trator, aí o trator não foi até o final, eu estava atrás pegando material, ele parou em cima da minha cabeça, o trator de esteira que compacta tudo, oh meu deus do céu, como sou grato a Deus por ter vivido. O tratorista desceu falando: você quer morrer? Eu me senti morto, pessoas com menos do que isso perdia a vida, não dava tempo, vi muitas pessoas morrerem, meu Deus do céu tive minha vida ali novamente, vivi novamente.

Sobre as tristezas A1 relata sobre lidar com a morte e os acidentes:

Um menino foi trabalhar no aterro a noite no sábado, os bags cheios, tinha que amarrar eles e as seis da manhã esperando o tratorista descansar, menos movimento de caminhões, trabalhávamos de noite com lanterna, escutamos o gemido, passaram por cima do menino, mas ele sobreviveu, é vivo até hoje. Como te disse, vi cenas de alegrias, um carnaval fora de época com todo mundo alegre, achava uma boneca, tênis, era uma alegria, mas tinha época de tristeza... Uma caixa de papel do tamanho de uma geladeira tava em cima da carreta, quem catava papel a visão era papel, tinha quem catava só um tipo de material e produzia mais, quem apanhava misturado tinha muito trabalho, né? Aí a caixa caiu pesada do caminhão, quando abrimos a caixa eram dois rapazes mortos, abraçado um com o outro, foi um desespero tão grande, isso acabava com o nosso dia, era triste de ver os corpos ali, desde bebezinho até pedaços de gente misturada ao lixo. Nosso setor fechava, tinha que ir pra outro lugar, aí uma vez também entrou um carro de lixo e com montão de polícia atrás esse carro foi desviado pra um canto, todo mundo ficava ali com o objetivo de ver se era material e quando vê daqui a pouco, o rapaz que fez a segurança contou que fizeram um assalto e jogaram dinheiro no carro do lixo, um montante de lixo foi revirado em questões de minutos e só encontramos algumas poucas moedinhas.

Diante da liberdade do depoente de expor suas memórias, corrobora-se com Chizzotti (2018) que afirma que quanto mais o depoente fala por si mesmo, mais temos contato com sua visão, percepção e inserção de mundo. Sendo assim, captam-se as transformações nele contida, tal como os processos sociais vivenciados pelo depoente.

Devido à contribuição do colaborador A1 para o aprimoramento da coleta de dados através da HO, após esses dois encontros houve um espaço de aproximadamente um mês e meio entre o próximo encontro. Essa ausência em campo foi necessária para que novas leituras fossem realizadas, principalmente pelos apontamentos que foram feitos na observação participante desses encontros e que ainda não foram relatados. Por essa razão, na terceira visita ao polo, novas questões foram colocadas tanto para o colaborador A1, quanto para o colaborador A2 e, graças a essas modificações no percurso de construção teórico-metodológica é que a entrevista a seguir foi estruturada.

#### 7.1.2 Memórias de um desobediente

Realmente, pensei que a leitura do livro facilitaria bastante minha conversa com o depoente, pois ao conhecer um pouco mais do entrevistado novas questões em cima do que já tinha sido dito poderia auxiliar na minha aproximação para ouvi-lo. Entretanto, nada é tão simples quanto parece ser. Sua agenda lotada, as atividades na associação e fora dela inviabilizaram por diversas vezes nosso contato olho no olho, eram conversas rápidas, que não passavam de 10 minutos e deixava sempre para depois o melhor que estava por vir.

Porém, em uma das visitas foi possível conversarmos sobre seu passado, tínhamos ido almoçar ali perto mesmo e sem o gravador é quando o colaborador A2 começa a me contar de onde veio, quem era, como sua vida estava e para não perder a oportunidade peço sua permissão e começo a tomar nota, era a primeira chance de finalmente conversarmos sobre as questões dessa dissertação.

Eu disse pra você que eu era desobediente porque minha ida pro aterro [sic] foi desobedecendo minha mãe, ela não me queria lá porque lá não era lugar de criança, mas indo levar a comida do meu tio eu precisava desvendar o segredo que a rampa tinha. Um dia ele não tava lá [sic] e eu saí andando aquilo tudo, precisava descobrir a rampa, a serragem, o urubu... Posso dizer que dos meus 8/9 anos até os meus 12 eu ia mais pra brincar porque quando se é criança tudo é muito inocente, mas como um imã o aterro levou toda nossa família pra trabalhar lá e depois dos meus 13 eu já não ia mais pra escola, trabalhava no aterro só que eu não queria aquela vida, minha mãe me levava pra lá e eu fugia. Com meus 15 anos eu já tinha um pouco mais de assimilação do que era catar lixo, tinha passado por preconceito, exclusão, tudo por conta da vida no lixo e aquilo ferrava a minha cabeça. Só que com o passar do tempo às injustiças e humilhações que a gente passou me ajudou a moldar quem eu sou.

Perguntado sobre sua família e o trabalho de catação, o colaborador A2 me interrompe, dizendo que sua mãe e seus sete irmãos iam para o aterro correr atrás de dignidade, percebo que a

questão familiar envolve alguns traumas, eis que ele me antecipa que falar sobre seu pai lhe emocionava um pouco e aquele não era o momento desse assunto, quem sabe um dia, é o que ele me diz.

Há uma pausa em nossa conversa, não queria lhe causar constrangimentos ou remexer em feridas, pergunto sobre suas filhas e um sorriso novamente toma conta de seu rosto, é a hora de me contar sobre suas meninas, fotos são mostradas no celular, seu orgulho enquanto pai falando sobre esposa e filhas o faz contar sobre como ele lidava com sua vida depois do glamour do lixão. Aproveito esse gancho das atividades chamadas por ele de “glamourosas” e lhe pergunto acerca de sua participação na cooperativa, para saber como tudo começou.

Olha, lá por 96, o lixão passava por algumas situações cabeludas, o que eu puder falar eu vou falar, o que eu achar que não é pra falar eu não vou falar tá? Porque depois vão falar assim ó: o xxx da xxx que falou e eu já passei perrengue de quererem me matar, não vou dar bofeira. Mas então, toda semana naquela época o lixão tinha algumas surpresas desagradáveis, era corpo que desovavam ali, os chefes da segurança que cobravam dinheiro pra gente poder catar lá em cima na rampa, tinha catador que era encontrado morto porque foi atropelado pelo caminhão e aquela falta de regras e leis ditadas por alguns caciques e traficantes foi fazendo que as autoridades comessem a ter que intervir lá. Nessa altura o lixo já tinha invadido a baía e o lixão a céu aberto começava a incomodar, foi aí que um pessoal que nunca tínhamos visto pelo lixão foi lá fazer listinha de quem trabalhava e que a assistente social da época que hoje é minha amiga começou a cadastrar o pessoal e trazer mudanças pro aterro e pra minha vida [sic], ela é uma mãe pra mim e tenho muita gratidão por tudo o que ela fez por mim.

Nesse momento da conversa vários comentários sobre a importância dessa referência para A1 são reveladas e é citado que graças à pessoa de XXX que a primeira cooperativa foi criada em Gramacho, com mais de 20 catadores, a COOPERGRAMACHO. Pergunto sobre o que efetivamente havia mudado depois da criação da cooperativa na maneira de trabalho, sobre essas mudanças tem-se que:

Xiii, você pensa assim ó: não precisávamos mais ter que subir na rampa pra de saco em saco juntar os materiais, agora os caminhões despejariam o lixo numa esteira né? Daí quem tinha o colete da cooperativa pelo menos não tinha mais que subir na rampa, não oficialmente no caso e teria condições melhores de trabalho.

Peço descrição dessas melhores condições de trabalho, de sua rotina.

Então, a gente tinha um colete que meio que organizava quem podia ou não circular dentro da cooperativa e também do aterro, isso deu um pouco de confusão porque trabalhar na cooperativa rendia menos dinheiro pro catador [sic], tanto que a adesão dos catadores foi baixa, ninguém queria ganhar só um salário e na rampa se tirava muito mais. Minha rotina foi interrompida, porque as mudanças quando vieram não permitia que criança, velho, trabalhasse lá em cima e eu só tinha 16 anos foi uma fase difícil da minha vida.

Devido à leitura de seu livro eu me recordava brevemente sobre essa fase da vida do colaborador A2, uma fase que muitos jovens negros, pobres, moradores de favela também passam. É

o conflito entre fazer ou não parte de um grupo de jovens que sem perspectiva entregam sua vida ao tráfico. Perguntei se ele se sentia a vontade de me contar sobre essa fase e logo o assunto foi modificado, retratando a fase de esquemas para catação que muitos catadores afastados do lixão tiveram que enfrentar.

É muita história! A gente tinha que catar na madrugada, no escuro, com lanterna porque velho e criança não podiam estar lá, entende? O lixão sempre teve leis que muitas vezes só atrapalhava a vida do catador. Sem ter como catar eu fiz de tudo um pouco, mas parar em trabalho não foi muito fácil no início não, até que veio a venda de gás e eu aquietei. Só que na crise da virada de 90 pra 2000 eu tive que voltar pro aterro [sic], foi um processo de luta interna, e eu precisava da minha independência. Foi aí que eu voltei pra Gramacho pra trabalhar na cooperativa. Já falei que eles tinham um monitoramento de quem entrava e saía de lá? A cooperativa ficava logo na entrada porque a COMLURB queria evitar que aquele pessoal circulasse lá em cima. Na cooperativa, como eu já falei um pouco a minha vida mudou, comecei a fazer alguns cursos, eu não aceitava aquela vida e eu queria seguir adiante, queria mais que aquilo lá. Já com meus 19 anos eu estava ocupando um cargo na COOPERGRAMACHO e em pouco tempo assumia a sua vice-presidência em 2001.

Em virtude de termos que retornar para a associação, algumas perguntas foram realizadas em outra etapa, em uma nova visita. Passados novas semanas retomo a conversa apresentando as informações que já havíamos conversado e pergunto um pouco mais sobre a COOPERGRAMACHO e sua atuação, uma vez que alguns documentos descreviam com divergência aspectos de sua dissidência e atividades no âmbito da cooperativa.

Na verdade, então, a ACAMJG não foi fundada em 2004, há um movimento porque em 2004 de fato começa a cair a ficha dos catadores, a ficha cai, porque eu já frequentava o movimento nacional dos catadores que hoje não faço mais parte, faço parte de outro movimento, mas a gente tinha fundado o movimento nacional dos catadores e já vinha se discutindo isso que era a erradicação do lixão e a aprovação da política nacional de resíduos sólidos que hoje já foi aprovada. Quem acompanhava isso, sabia do que tava acontecendo [sic] e essas informações era muito centralizada [sic] na COOPERGRAMACHO que foi a primeira cooperativa que existiu e hoje não existe mais, o que acontece, eu era vice-presidente e logo depois eu fui reeleito vice-presidente, mas eu tinha noção de que não era ali. E aí Zumbi, uma grande referência, uma grande liderança começou a fazer parte das reuniões, e começou a criar corpo essa questão e aí eu me lembro perfeitamente, não esqueço dessa cena nunca, eu entrei no quarto, já era o terceiro que eu ia pra esse evento anual lixo e cidadania e eu me deparei com Zumbi com a mochila lotada, falei maravilha neguinho olha vou pegar todos esses folders, tudo e vou levar pras pessoas de Gramacho, elas não tem informação e aí no meio desse vácuo que as pessoas não tinham informação por isso as coisas não aconteciam, a gente vai e cria um jornalzinho chamado só mais um maluco, que aí em uma única folha Xerox, porque a gente não podia botar a cara por segurança então eu tinha uma coluna muito política que era chamada de fica por dentro.

Questiono de onde vem essa força política, essa atuação, no livro do colaborador A2 já havia citação de sua herança familiar para impulsionar suas articulações e no decorrer de nossa conversa o mesmo cita que isso se deve a seus pais, sua avó, que eram muito politizados e nesse momento descreve um pouco mais de seu pai, figura até então oculta em nossas conversas.

Meu pai era muito politizado, embora não fosse filho do meu avô meu pai não teve família né? Ele foi dado muitas vezes então até ele encontrar uma família que adotou ele e na verdade mesmo a família que adotou ele foi a família da minha mãe. O meu pai quando você visse

ele [sic] falando do meu avô você pensava que ele tava [sic] falando do pai dele, mas era do sogro, meu pai tinha uma idolatria pelo sogro dele, era apaixonadíssimo pelo sogro dele e meu pai cresceu nesse meio do sindicalismo, e essa consciência de classe veio do meu avô. Meu avô criou o primeiro sindicato da América Latina que foi o sindicato dos estivadores de Recife. Então é muito forte na minha família essa questão de associativismo, sindicalismo, cooperativismo, vem de família tá no sangue.

E de fato está. Segundo pesquisas anteriores e relatos dos colaboradores A1 e A2 a COOPERGRAMACHO teve a mãe de A2 como a fundadora, além de seus irmãos. Anteriormente em nossa primeira parte da conversa o entrevistado havia ocultado algumas informações que segundo ele lhe machucavam.

Em uma visita a parte externa da associação, devido em uma sala estarem sendo desenvolvidas atividades para um grupo de meninas do bairro, sem gravador ou anotações, percebe sua emoção ao falar de seu pai, é quando me revela que foi muito duro ter que contar em seu livro sobre seu afastamento e aproximação com seu pai, que revirar aquelas lembranças lhe machucavam, mas que agora, falar dele depois que tudo se resolveu entre eles era como se aquela dor fosse necessária. Como nessa tarde seus compromissos na associação já estavam marcados, fui almoçar e depois de suas atividades agendadas terem sido realizadas retomamos nossa conversa.

Ao descrever as motivações que levaram a criação da ACAMJG, foram expostas as primeiras mobilizações que surgiram no lixão para sensibilização dos catadores quanto o que estava acontecendo no país acerca da categoria e sobre a situação de Gramacho.

Sobre aqueles folders, a gente distribuiu tudo o que tinha, acabou distribuindo folder de tudo o que falava de catador. E a primeira coisa que ficou muito claro pra mim é que eu não tava sozinho nesse mundo tem catador da América Latina, e isso deu muita força ver que eu não tava sozinho então distribui tudo e o jornalzinho, começamos a fazer reuniões no aterro aí depois a XXX conseguiu uma tenda e começou a fazer o cadastramento dos catadores na porta do lixão, mesmo a contragosto da COMLURB, da S.A Paulista e de todo mundo, inclusive eles nem gostaram que o Diagnóstico Social sobre Gramacho fosse feito e se você ver [sic] eu rompo com a cooperativa e volto pro lixão.

Nesse ponto da conversa o colaborador A1 cita alguns fatos que ocorreram nos últimos dias daquela semana, descreve, achando engraçado, o quanto suas falas em uma rede social sobre o atual governo têm proporções fortes. Aproveito essa oportunidade e questiono se algo mudou acerca da cobrança das pessoas para com ele. Em algumas entrevistas o depoente já citou que lhe cobravam no aterro mais até do que o governador. Eis que:

Às vezes eu me cobro demais, tenho família pra sustentar, eu queria me dedicar mais, mas como dar conta de tudo isso? Da proporção que representar os outros envolve essa responsabilidade toda. As pessoas reclamam, tem gente que acha que não foi indenizada por minha causa, por culpa minha, eu respondi a 160 processos por conta da indenização. Cara a primeira coisa que aconteceu aqui e aí eu tenho esse documento em casa e posso até te mostrar, foi que em menos de um mês acho uns advogados abriram um escritório lá na Praça de Gramacho pra poder tirar dinheiro dos catadores. Aí usaram de argumento que as lideranças não foram confiáveis. Antes dessa sala aqui de trás ser cedida pro projeto das

meninas e das mães eu me lembro que um dia uma advogada veio aqui e aí você vê que nada era de graça, 160 processos e recolheram 500 reais de cada catador pra poder entrar com os processos pergunta se esses catadores estão aí hoje? Eu me lembro perfeitamente do que ela falou...ah mas eu estou querendo ajudar os catadores disse ela. Isso tudo ocorreu com 15 dias após a indenização eles sabiam, não era 14 mil eram 23 milhões nas mãos das pessoas e uma das coisas que me deixa feliz em dizer é que teve gente que comprou material de construção, comprou TV nas Casas Bahia, mas assim teve gente que gastou o dinheiro com o que não devia? Teve sim, mas acho que também quem sou eu pra dizer com o que a pessoa que trabalhou anos deve gastar seu dinheiro? A indenização é dele é como se fosse um fundo de garantia que ele recebeu e ele gasta como ele quiser, a autonomia chama-se isso, se ele trabalhou ele gasta como quiser, porém muitos desses advogados incentivaram as pessoas a entrar com ação contra mim, contra a ACAMJG, sendo que a juíza sabiamente vocês podem até ter o direito de estarem insatisfeitos com o quantitativo que vão receber, vocês tem todo o direito, porém vocês processem a COMLURB e processem o Estado, porque a associação só fez correr atrás do direito de vocês que foi ganhar pelo menos 14 mil reais e aí foi de pacote em pacote que fui ganhando no judiciário as ações contra mim.

Aproveito a confiança do entrevistado de me confidenciar esses fatos que até então desconhecia e aproveito para citar sobre a questão da indenização e da polêmica envolvendo-a, visto que trabalhos anteriores citaram, por exemplo, que a decisão de quem seria indenizado ou não foi da associação. Apresento esses fatos ao entrevistado inclusive para dar a oportunidade de que o outro lado também seja ouvido.

Esses advogados colocaram na cabeça das pessoas como se eu tivesse um cheque em branco pra dar indenização pra todo mundo, mas não, existiam regras, documentação, comprovação, por exemplo, tinha que ter cadastramento desde 1996, foram feitos três cadastros e você tinha que estar em pelo menos um desses cadastros. Em 1996 foi feito o primeiro cadastro quando eu era menor de idade e tive que sair do lixão. Teve o cadastro de 2000 para o controle que aí surge o colete verde e o colete cor de abóbora. E teve o último cadastro perto do fechamento. Clonavam esses coletes, isso a própria segurança do lixão clonava com o conchavo da COMLURB pra poderem ganhar dinheiro, eles cobravam dos catadores pra que os catadores pudessem trabalhar. Você pagar pra trabalhar! São coisas absurdas! Aqui dentro eu costumo dizer pras pessoas que aqui dentro no lixão se criou uma sociedade paralela com regras diferentes da sociedade que as pessoas conhecem.

Essa etapa da entrevista é uma das que o colaborador A2 se expressa corporalmente e em suas expressões faciais há maior articulação sobre o que me é relatado.

Uma das dificuldades de se organizar os catadores aqui é documento, meu nome é XXXXX, ah tá e como é que comprova? Meu pai nunca me registrou. Essas coisas de documento não existiam aqui. Pra trabalhar no lixão você precisa de documento? Não. Você precisa de boa aparência? Não. Você precisa de grau de estudo? Não. Você precisa de força, ter disposição pra encarar aquilo ali. Então as pessoas cresceram ali num outro mundo, até o colégio era mal frequentado. Oh teve gente que apareceu pra pedir indenização que nem sabia o que catávamos, dizia que catava ursinho de pelúcia. Teve uma mulher aqui que foi tão escancarada, no dia da audiência ela foi com um colete tão limpo, tão novo, foi em outra cooperativa tirou uma foto e apresentou como se tivesse trabalhado lá, me denunciando, tudo isso eu enfrentei aqui, a fúria das pessoas, mas hoje eu tenho totalmente um entendimento que eu não tinha na época, até batia muito de frente de que, velho, querendo ou não, não foi da melhor forma, mas eles viram em mim a possibilidade da garantia do direito deles. Então eu acabei tendo esse papel, só pra você ter uma ideia, a questão das casas, da indenização do bairro que são mais de cem milhões e que não saiu do papel, isso não é favor. São dois fundos. Um fundo do passivo de recuperação socioambiental do bairro que é pra creche, moradia, asfalto, isso não saiu, isso tá condicionado a exploração do gás. E não é tipo ah é um fundo

de favor, nenhum dos fundos são favores, todos os fundos são contratuais, ou seja, essa empresa não tá cumprindo com o contrato. Eles estão explorando o gás, vendendo como energia e parte do edital deixava claro isso, o contrato dizia pagamento pelo tempo que o lixão sofreu com o passivo de ter abrigado o próprio lixão. Então existia o passivo social e o ambiental que a empresa exploradora do gás tinha que sanar. Você viu alguma casa? Alguma creche? Não tem.

Sobre o Legado de Gramacho, das promessas do fechamento, o colaborador A2 cita os projetos sociais que são realizados até hoje por vontades pessoais de alguns articuladores.

A parte educacional, principalmente a primária é feita através de projetos. Quando eu tinha grana, na minha casa antiga eu transformei num colégio pra trazer reforço escolar pra comunidade, como o projeto de A2, das crianças da praça, o IDE e outros projetos pelo bairro porque o Estado mesmo ele não e faz presente. As meninas, as mães daqui, outro dia eu falei sobre o projeto diário que tem aqui de manhã e de tarde, que eram 60 crianças e quando fui ver eram 100 meninas aqui atrás é um projeto de meninas e mães para empoderamento feminino, capacitação, formação, psicóloga, um monte de coisa. Como você vai incentivar as crianças a ler, se as mães não sabem ou não gostam de ler? Eu gosto de ler porque meus irmãos são tudo leitor [sic], não é que a gente é o máximo, mas é que mamãe adorava ler, gosto de ler filosofia, ler todo mundo na minha casa lê pelo hábito de ter visto uma mulher lendo os livros dela de romance então sentava do lado de mamãe e fingia que estava lendo, mas claro tava [sic] lendo nada. Adorava catar os livros no lixão e dar pra ela, mãe esse aqui a senhora já tem? E olha, que eu fui um dos mais atrasados. O primeiro livro que eu li foi o Príncipe de Maquiavel e isso já era 2000 e pouco.

Ao citar mais de uma vez que gosta muito de filosofia pergunto se a realidade vivenciada pode ter influenciado nessa busca por conhecimento, se o entrevistado sentiu a necessidade de nos livros encontrar apoio e referência.

Eu decidi ler Maquiavel porque eu tava puto [sic] com todo mundo e comigo mesmo. Porque tipo assim, eu tava [sic] assim, tinha um grupo de pessoas que acreditavam, mas a grande maioria não. Eu era um cara legal, mas depois que eu comecei a encher o saco das pessoas, vou falar a verdade, com a questão do catador eu me tornei o chato da turma. Pô, lá vem o A2... uuuuh [sic] vai começar esse negócio de mobilização...e os catadores meus amigos não me aguentavam mais. E eu fui meio que ficando deprimido querendo mudar as coisas eu era muito brigão, muito mais Che Guevara e menos Maquiavel. Já tinha lido Che Guevara pela questão do movimento, luta e tal. Quando eu me deparei com Maquiavel eu estava justamente num momento de depressão e como eu já tinha lido um pouquinho de Maquiavel, Rousseau, de cada coisa num curso que eu fiz chamado Jovem Liderança, de uma instituição que hoje eu presido a XXX, eu pô [sic] quando as pessoas falavam fulano é maquiavélico, aquela coisa pejorativa, do mal, eu me sentia uma pessoa má aí pensei, de repente lendo esse cara eu me compreendo. Eu achei o livro, eu tinha catado ele, levei pra casa coloquei pra secar, esperar pra ler e me apaixonei pelo livro. Não vou dizer que tenho raiva, mas tenho um pesar muito grande quando as pessoas falam que eu sou maquiavélico.

Nesse momento de nossa conversa o colaborador A2 me conta sua percepção sobre o livro de Maquiavel e os personagens, descrevendo como trouxe a história lida para sua realidade citando que o Rio de Janeiro é uma Florença, com distintas facções e feudos. Questiono se no aterro também era assim, eis que:

A COLUMRB dividiu os catadores. Uma coisa que me fez sair da COOPERGRAMACHO é que desde a cooperativa eu era muito amado e tal, por 200 pessoas, até o dia que eu desobedeci. Já falei que sou desobediente, né? Os catadores continuaram gostando de mim, mas a COMLURB não, até o dia que eu desobedeci a regra do jogo, foi quando eu passei a

ser proibido mesmo de eu pegar carreta e poder subir pra ficar pregando essas coisas de mobilização lá em cima no lixão. Mas aí depois o jogo virou, na primeira vez que o lixão fechou a galera começou a sentir que o lixão poderia fechar e eu parecia Jesus Cristo pregando e então depois de me proibirem fui ameaçado de morte, fui expulso daqui, tem várias coisas no meu livro. E quem me expulsou daqui não foi o tráfico foi à empresa que cuidava do lixão, junto com os vereadores, junto com o poder político.

Uma visita que estava aguardando na sala para ter reunião com o colaborador A2 cita que sentiu falta dessa parte no seu livro é quando o entrevistado alega que foi a pedido da edição do livro para não gerar conflitos. E continua:

Hoje essas pessoas que me queriam mal, estão desculpe o palavrão f\*\*\* principalmente a pessoa que fez isso comigo, por aqui a pessoa que a gente enganosamente, criamos a ilusão de que um catador que fosse chefe da guarda seria melhor. E aí um catador, que virou chefe da guarda, ele foi o pior capitão do mato que se teve aqui dentro. Eu conheci duas pessoas, primeiro que eu trabalhava com ele durante anos na COOPERGRAMACHO, ele tinha problemas...

Há uma pausa na entrevista, é quando o colaborador A2 diz que é difícil lembrar-se dessas coisas, principalmente por ser o momento do que poderia ter sido seu fim. Ele retoma a descrição de um dia que ele não consegue esquecer:

Virava e mexia eu sempre levava ele até o ponto de ônibus porque eram dois horários, né? Eu trabalhava de 6 da manhã até duas da tarde e ele também, morava em Piabetá. E eu perguntei se XXX queria ajuda pra levar o podrão<sup>8</sup> pra casa. E como ele trabalhava na aranha separava esses alimentos e deixava num cantinho. Na cooperativa eu aprendi desde a mexer no computador até operar maquinário e eu ajudava ele [sic], um cara da igreja, pacífico. Mas quando ele assumiu o poder aí ele mostrou quem ele era. Daí na COMLURB ele assumiu a chefia da guarda pra ter o controle dos catadores e ele foi o primeiro a clonar os coletes.

Nessa etapa da entrevista, o colaborador A2 relata sobre a influência desse chefe da guarda e nos impedimentos dos catadores terem o direito à indenização.

Como XXX era o cão de guarda da S.A Paulista e das outras que vieram, ele de todas as formas tentava impedir a organização dos catadores. A questão da ameaça de morte que eu recebi foi coisa dele, aquele dia era pra me matar mesmo. Ele me chamou pra uma reunião que não existia, quando eu vi, eu tava [sic] dentro do banheiro com um monte de gente pronta pra me matar, junto com o irmão dele. Eu não era mais um perigo só pra COMLURB. Tem eventos patrocinados que se eu estiver não acontece. A Coca Cola, por exemplo, eu sou uma pessoa extremamente desobediente, no sentido de quando a Coca me contratou foi pro uso [sic] de imagem e não pra que eu vendesse o direito da minha categoria. A categoria dos catadores não tem nada a ver com a minha vida pessoal. A coca é uma das maiores poluidoras de embalagem do mundo ela tem por obrigação pagar o serviço dos catadores. E isso não significa que eu tinha que abandonar minhas bandeiras de luta. Ela me queria então pra legitimar as coisas deles. E eu não aceitava, como eu tinha dois anos de contrato eles me aturaram até o final, isso desde 2015. Eu não vou trocar o meu direito por espelho e facão, eles têm que pagar o que tá na lei [sic].

---

<sup>8</sup> Podrão era como os catadores identificavam os alimentos que eram despejados no aterro e que vinham dos mercados.



Outras questões foram expostas no decorrer da conversa que para preservar o entrevistado não serão expostos, mas foram noticiados recentemente sobre as práticas de poluidoras como a empresa citada anteriormente. Ao tratarmos de autonomia dos catadores, chama à atenção a análise que o colaborador A2 faz acerca de como a sociedade reconhece o catador:

Olha, hoje eu não ganho por ser catador, segundo a sociedade defendida por muitos como a da meritocracia eu ganho porque eu fui pro Oscar, palestrei em Harvard, então eu sou merecedor, porque se as pessoas me pagassem pelo que eu sou e pelo fator de ser catador, todos os catadores receberiam o que eu recebo, todos eles seriam valorizados.

Devido seus compromissos, a entrevista foi interrompida, horas mais tarde, podemos conversar um pouco mais sobre essas questões. Sem gravador percebi maior liberdade na exposição dos assuntos, estávamos em frente a um dos galpões de uma das cooperativas que ficam no Polo de Reciclagem e o colaborador A2 me confidencia que durante anos recebeu cobranças de ambos os lados e que essas memórias durante muito tempo o atormentavam, ouvi com atenção seu relato sobre como foi ruim ter ganhado notoriedade, que toda história tinha boas e más lembranças e as piores vinham dos julgamentos e cobranças que recebeu ao longo desses anos.

Segundo o colaborador A2, a sociedade o recriminava por ser quem ele era e por ter vindo do lixão, o que ele fazia ali ao invés de estar catando lixo? Do outro lado, as pessoas do lixão não entendiam o porquê dele se afastar da catação para falar de mobilização, de ir a Brasília pressionar governo, fazer passeatas, afinal catador deveria estar separando lixo, muitos não o reconheciam mais como um dos seus ainda que a luta por eles estivesse sempre presente.

Andar pela sede da associação novamente enquanto conversamos fizeram surgir às lembranças das decepções, o sentimento de se sentir usado por empresas que queriam explorar os catadores. Esses relatos segundo o depoente o entristeciam, pois ele não se sentia pertencente a nenhum lugar e durante muito tempo precisou lidar com seus próprios julgamentos, principalmente os que diziam que ele era culpado pelo que não deu certo em Gramacho após o fechamento do aterro.

Segundo o colaborador A2, a criação do Polo foi um grande sonho, voltamos para a associação lhe pergunto sobre o que de fato foi cumprido dessas promessas da instalação do Polo, ele me diz que eu posso gravar para não esquecer:

A empresa que recebeu pra fazer nascer o polo recebeu pelo serviço [sic], mas não fizeram direito e o contrato foi rompido. O dinheiro está parado no fundo e foi muito blábláblá, as coisas foram direcionadas para coisas não verdadeiras. Eles não ouviram a gente, uma usina pra empregar 260 catadores custa três milhões de reais e aqui no Polo cabe [sic] 10 usinas de reciclagem, com esse maquinário empregaria pelo menos 2600 catadores, 30 milhões pra empregar essas pessoas. Mas aí tem uns meses estavam fazendo audiência pra discutir a compra de incinerador de lixo que custa dois milhões e não dá emprego pra ninguém, projeto baratinho não dá pra roubar.

Acerca do projeto inicial do Polo, o colaborador A2 cita o papel da ACAMJG e o que viria a ser proposta daquele espaço.

A ACAMJG funciona como um grande síndico do espaço e com responsabilidades de zelo do espaço, ordem e tal. Cada cooperativa atua de maneira individual e é presidida por sua diretoria eleita pelos seus associados. Aqui dentro cada um tenta sobreviver com pouquíssima geração de renda além do que cabe porque tudo aquilo que foi prometido, aquele grande projeto que poderia receber na verdade 650 catadores diretamente, e indiretamente quase dois mil empregos que não saíram do papel.

Pergunto-lhe sobre o projeto da OSCIP responsável pela criação do Polo. Em março desse ano A1 me mostrava imagens do projeto do que viria a ser o espaço. No início de novembro revirando seus arquivos o entrevistado encontra o documento completo que foi disponibilizado pela organização que continha o chamado plano de transição de Jardim Gramacho.

Infelizmente esse documento não consta em nenhuma base pública e possui diversos dados que não foram criados pela OSCIP, e em suas mais de 240 páginas não há qualquer menção de como aqueles dados que sustentaram suas decisões foram consultados.

O documento da OSCIP XXX deveria ser o plano de fechamento do lixão, sendo que não houve transição, criaram aqui o galpão, o lixão fechou e se você ver [sic] o tamanho desse terreno, inclusive a gente criou a parceria com uma empresa que trabalha com reciclagem de container e aí sobra sucata e a gente também aproveita, eles ocupam um espaço aqui do terreno e se não ocupassem aqui já tinha virado uma favela, invadiriam aqui. Tem até cinco famílias que moram nessa área que estão os containers e são amigos meus que eu jamais vou tirar eles de lá, são ex-catadores, trabalharam no aterro e eu não posso colocar eles pra fora [sic], mas também parou ali e eu não vou tirar eles dali, pra tirar eles dali tem que dar opção pra eles [sic] e o INEA sabe disso.

Finalizada essa etapa da entrevista, novos encontros surgiram mais a frente, para que a rede de contatos pudesse ser estabelecida tanto com a apresentação e ida a cada galpão para conhecimento das lideranças e maneiras de trabalho de cada cooperativa, quanto para registros fotográficos.

Frente à exposição das memórias dos colaboradores A1 e A2 ao longo desse capítulo percebe-se que passado e presente caminham lado a lado. Embora os relatos tenham sido unificados, cada visita a associação reservou a oportunidade da descrição aqui realizada e as memórias resgatadas permitiram subsídios à pesquisa documental realizada, exposta no referencial teórico e que pautará novas discussões mais a frente.

Nesse sentido, a questão das memórias das lideranças serviu como ponto de partida para que através dos laços de confiança construídos, outros catadores fossem alcançados dentro e fora do Polo de Reciclagem, facilitando a caminhada pelo bairro e no reconhecimento de depoentes chaves.

## **7.2 As vozes dos catadores que atuam no Polo de Reciclagem: memórias de luta e esperança**

Conforme citado no início desse capítulo, minha primeira visita ao Polo me deixou bastante nervosa, devido à incerteza de que os catadores e catadoras ali presentes pudessem se interessar em colaborar com essa dissertação. A cada passo que eu dava até a ACAMJ cumprimentava-os, dava um sorriso e almejava ser acolhida. Após as constantes visitas que se tornaram mais frequentes, tudo foi ficando mais tranquilo e próximo, as conversas começaram a se fazer presentes e o acesso a memória de 4 (quatro) colaboradores puderam ser registradas entre os intervalos de suas atividades.

Devido à abertura da ACAMJ e a aproximação com as lideranças, realizar as entrevistas foi uma das etapas mais tranquilas da pesquisa no Polo de Reciclagem, eles gostavam de conversar, é como se o processo de lhes fazer ouvir fosse algo importante para eles também. Em virtude das atividades de catação, aproveitávamos os intervalos de almoço para que eu não lhes atrapalhasse e para que através do compartilhamento do alimento pudéssemos nos conectar, e assim as descrições de esperança se reuniram nesse tópico.

#### 7.2.1 Memórias de enfrentamento e superação

Cada colaborador foi entrevistado em um momento distinto, mas os relatos se aproximaram em questão de tempo de entrevista, devido o intervalo para o almoço ter sido a oportunidade para que nossa conversa ocorresse. No decorrer da transcrição das entrevistas, o tema “enfrentamento e superação” se fizeram presentes em três das quatro falas, que foram provenientes de três catadoras. Visando a exposição dessas aproximações, ao longo desse tópico suas histórias foram, portanto, cruzadas de maneira intencional.

O contexto periférico das colaboradoras C1, C2 e C3<sup>9</sup> se entrelaçaram em decorrência de suas aproximações enquanto trajetória de vida. As três catadoras trabalham em cooperativas diferentes, em galpões próximos e possuem uma estrutura familiar que de tão similar parecem ser da mesma família.

Na conversa com a colaboradora C1, a mesma me conta envergonhada que não sabe ler, que teve que deixar a escola para cuidar de seus dois irmãos quando tinha 6 (seis) anos de idade e que por não saber ler e escrever logo que completou seus 12 anos já trabalhava realizando faxinas, mas que o trabalho era pesado e ela ganhava muito pouco. Seu pai já era falecido, sua mãe trabalhava fora,

---

<sup>9</sup> Colaborador C1 a C10 serão as iniciais utilizadas para identificar os catadores e catadoras entrevistados atuantes no Polo de Reciclagem e ex-catadores do AMJG.

porém o dinheiro não era suficiente, foi então que aos 14 anos procurou na prostituição uma maneira de ter uma renda melhor para si e para sua família.

Ninguém se orgulha disso, aliás, quem é que sente orgulho de fazer o que eu fiz? Durante muitos anos eu precisei me virar e não tinha escola, né? Daí ia pra beira da estrada pra poder levar 100, 200 reais pra casa no dia, era o melhor que eu podia fazer ali naquele lugar. Quando minha mãe morreu, eu já tinha 24 anos e já não era mais garotinha, não tava tão bonita assim e o dinheiro por dia já era pouco, foi então que eu fui parar catando lixo, meus irmãos estavam crescendo e eu não podia deixar eles sozinhos. Começar a catar lixo na minha idade é algo que por aqui a gente não vê muito não, exceto se a vida lá fora estiver pior que aqui dentro, não conseguia trabalhar de balconista, nem de caixa, nem pra limpar chão, catar lixo foi minha esperança pra não ter que me sentir pior que o lixo, me vendendo pela estrada, sabe?

Enquanto pesquisadora é difícil não se sensibilizar como mulher e com a história que estava sendo contada bem ali na minha frente e por mais que eu não quisesse, as lágrimas escorriam dos meus olhos ao ouvir ela se abrindo. A entrevista foi interrompida por alguns minutos para que eu pudesse me recompor e ela também. O fim que se mostrou um começo era isso que ela queria me contar e eu estava pronta novamente para ouvir.

Eu cheguei até o Polo tem pouco tempo, põe aí uns quatro anos quase, mas não foi catando, foi porque lá na associação eles davam cesta básica e eu pegava ajuda vez ou outra. Aqui dentro a gente se ajuda, mas não tanto quanto antes. Catar lixo sem ser na cooperativa não é que seja ruim, mas é que a gente não tem hora pra começar e nem pra acabar, a gente vai até onde o corpo aguenta e eu não sou tão nova, acho que podia fazer mais só que eu não aguento e parar aqui na cooperativa me ajudou a poder cuidar de mim e da minha família.

Devido à colaboradora C1 ter mencionado sobre sua família, a questiono se ela tem filhos, a quanto tempo mora em Jardim Gramacho e como é sua vida no bairro.

Não falei das crianças? Tenho cinco bênçãos, o pai das crianças me ajudou muito a enfrentar aquela vida que eu tinha antes, ele também cata lixo hoje, mas não é na cooperativa, é no depósito que também não tem tido muito material pra gente catar. Eu moro na Rampinha tem uns 14 anos, viver aqui não é bom, mas é o que eu tenho e se é o que eu tenho é melhor do que morar na rua né? A vida aqui é difícil, eu até fiz cadastro no Bolsa Família, mas são 7 bocas nessa casa e não dá pra nada, lá na cooperativa eu não tenho conseguido fazer mais do que 150 reais por semana, então a vida poderia ser melhor, mas eu não posso reclamar pensando na vida lá de trás, né? Ou melhor, posso, porque se aquilo não era vida, isso aqui também não é.

Questiono a colaboradora C1 sobre o que mudou ou não mudou a partir da profissão como catadora, se ela se recordava sobre o funcionamento do aterro e o que ela tinha a dizer sobre o fechamento do mesmo.

Aquele lugar era um inferno de gente, mas era o que muitos de nós tínhamos. Tentei trabalhar lá perto dele fechar, mas as coisas já não tavam boas [sic] e o dinheiro que alguns receberam gerou muita confusão aqui.

Pergunto se o dinheiro citado é a indenização e a colaboradora C1 diz que prefere não falar desse dinheiro, que ele causou discórdia suficiente. Sobre o Polo de Reciclagem, questiono se ela

tinha conhecimento das promessas para o Polo, é quando a entrevistada fala sobre a creche que seria montada no espaço e que até hoje não funciona.

Pra gente que é mãe as creches não dão conta aqui no bairro, é muita, muita criança mesmo espalhada, sem nada pra fazer e eu queria que realmente a creche funcionasse ali no Polo, seria melhor pra buscar as crianças, pra elas fazerem mais do que só passar o dia desocupada. Todo dia eu saio correndo pra poder chegar em casa e ficar com eles, tenho minha mais velha que me ajuda muito, mas ela não é a mãe, eu que sou. Se tivesse a creche aqui dentro seria bom pra mim e pra eles também, nada melhor que passar o olho nas bênçãos, saber se tão alimentado direito porque tem dia que o feijão com arroz não tem e comer na creche ajuda bem. Minha mãe sempre foi muito boa, na época ela precisava trabalhar muito e eu fiz o papel dela, não queria que minha filha seguisse minha vida e todo dia peço pra Deus não deixar tudo se repetir de novo na minha família. Eu enfrentei muita coisa, e superei muitas delas, mas acho que estar aqui no Polo e dar o pouco que dou pras crianças não são o suficiente pra manter eles longe da violência daqui, do dinheiro mais fácil, de uma vida que eu não pude ter e nem posso dar.

A colaboradora C1 teve uma vida que segundo ela não é exemplo, mas que em virtude da falta de oportunidades e dos sacrifícios feitos é sim de superação. Nesse momento de nossa conversa a entrevista estava se aproximando do fim, foi quando a questioneei sobre seu maior sonho:

Se não fosse tão tarde, eu faria tudo diferente do que eu fiz, tentaria estudar, quem sabe seria uma médica? Desde pequena eu cuidava das bonecas e pensava em como seria cuidar das pessoas, mas não consegui. Olha, pensei aqui, as minhas crianças felizes e bem é o meu maior sonho, não tenho nada que eu queira mais do que eles bem não. Poder ter uma casa melhor, num lugar melhor, acho que é um sonho distante, mas quem sabe deus me ajuda a realizar.

Diante dos relatos da depoente e do fim de nossa conversa para que ela pudesse voltar a suas atividades, nos abraçamos e finalizamos a entrevista. Transcrever os relatos dando-lhes os significados da conversa não é algo simples, talvez nem seja possível descrever com tanta exatidão o quanto esses pequenos momentos nos reservam uma aproximação com os colaboradores.

Fruto de outra oportunidade, a conversa com C2 se iniciou sem o gravador, na primeira conversa uma forte movimentação e barulho onde fomos almoçar (era véspera de dia dos namorados e o Feirão das Malhas estava com promoções nas vendas) interferia na gravação. Por essa razão, nossa conversa foi realizada em 2 (duas oportunidades). Na primeira, conversamos sem que eu fizesse gravações, apenas anotações no diário de campo. Já na segunda conversa é que de fato o relato foi gravado.

Em virtude desses dois momentos, a primeira conversa foi uma prévia, pois podemos nos conhecer um pouco mais, o que foi significativo para os relatos a seguir. Nossa conversa tem como pontapé inicial a indagação de como a colaboradora C2 virou catadora.

Bem, eu não morava aqui em Gramacho, era lá de Belford Roxo, morei lá até 2003 mais ou menos, e sempre trabalhei minha filha, sempre. Fazia comida num bar e lá fiquei durante uns anos, até que meu filho se envolveu com coisa errada e eu tive que vir embora, cheguei aqui e tudo era diferente, um pedacinho de chão e eu tive que me instalar nele, fugida, cheia das vergonhas, com medo, mas era meu filho, eu tive que fugir com ele pra cá porque era pra ele

viver e eu também. Só que pra fazer comida aqui não dava, eu não tinha assinatura na carteira, não sei arrumar as letras e eu ia fazer o que? Roubar é que não podia. Fui lavar roupa, passar, cuidar das filhas das vizinhas, mas o dinheiro era bem pouquinho. Aí consegui umas faxinas lá no Méier, na casa de uma conhecida e consegui aumentar o barraco e por lá, lá na casa dela fiquei até 2010. Mas trabalhar na faxina é muito pouco, a gente limpa tudo pra ganhar nem o da passagem, aí nos dias que eu ia na faxina[sic] comecei a catar pela rua de manhã cedo, vendia aqui perto nos depósitos e foi quando fui chamada pra trabalhar lá ganhando por semana 300 reais. Pra eu ganhar 300 reais na faxina precisava fazer uma todo dia, enquanto que no lixo eu tirava bem mais, uns 1200, 1500 por aí, foi aí que eu saí de lá e fiquei só pra cá.

O amor da colaboradora C2 por seu filho fez com que ela chegasse até Gramacho e conhecesse a realidade do lixo. A partir do seu relato inicial, questiono se a entrevistada chegou a trabalhar no AMJG, se ela podia me relatar suas lembranças sobre o funcionamento do mesmo.

Eu acho que não há uma só alma que não tinha ido trabalhar lá minha filha, porque aqui dentro mesmo não tinha emprego, era só lixo. Se você andar por essas ruas é mato e lixo, não tem outra coisa pra se viver ou ver. Às vezes eu pego uma condução e vou pro centro [sic] e não entendo por que as ruas de lá é tão mais bonita, é tão ajeitada e aqui é desse jeito. Se você entrar na minha casa você não consegue aguentar o cheiro, tem um valão logo atrás e do lado tem lixo até em cima, porque é desse lixo que muita gente daqui ainda vive. O lixão quando fechou tinha que ter conversado com a gente, eu to nessa lida há pouco tempo, mas tem gente que viveu e morreu naquele lixão. Se eu te levar pra conversar com as pessoas, você escuta sobre muita história e em todas elas o lixão é que deu o pão de cada dia, ele fechou e tirou o emprego da gente, tirou o nosso trabalho, o pouco que a gente tinha.

Para compreender um pouco mais sobre a visão da entrevistada sobre o fechamento do AMJG, questiono se a colaboradora C2 se recordava de como foi o processo de fechamento.

Minha filha, teve muita briga, teve muita gente que trabalhou anos ali dentro daquele lixão e não conseguiu um centavo, eu não recebi, mas eu nem tava nas listas, querer esse dinheiro é demais. Eu não posso falar pelos outros, mas conheço quem recebeu e não deveria receber e conheço também que merecia e não recebeu. Hoje eu to aqui no Polo e é muito bom ter como trabalhar, minha idade e minha falta de estudo não me deixa sair daqui, porque se desse é claro que eu sairia, mas é aquilo, se não for aqui dentro eu vou ter que catar lixo igual a todo mundo que ficou sem trabalho quando o lixão fechou: catando o lixo na porta de casa e eu não quero viver assim. O valor que eu recebo das crianças é deles, é do leite, do pão, de uma coisa ou outra. Pra mim mesmo só o que eu ganho na cooperativa.

Questiono a colaboradora sobre os ganhos na cooperativa e o que mudou na catação a partir de seu trabalho no Polo de Reciclagem.

É uma vida de incerteza, tem semana que é muito boa, mas tem semana que a gente não tem material nenhum. Se eu te levar lá agora você vai ver as bags tudo vazia, porque o galpão tá vazio. Meu trabalho melhorou, não posso reclamar dessa parte, porque hoje eu não pego um sol quente no lombo ou trabalho sem parar, tudo é mais certo lá dentro da cooperativa, mas a renda é pouca, tem amiga minha ali que ganha diferente, cada galpão é uma cooperativa e trabalham diferente, eles podiam se juntar, vender tudo junto e todo mundo ganhar bem, mas é uma história que eu não posso falar aqui sobre isso, não é da minha conta.

Pergunto à entrevistada se ela se sente confortável em me relatar sua compreensão acerca dessa venda que deveria ser em “rede”, me comprometendo a desligar o gravador para que não a

comprometa. Nesse momento o gravador é desligado e podemos conversar sobre essas questões, o relato a seguir é um resumo do que foi relatado:

Ali dentro cada galpão tem uma regra e uma divisão do dinheiro, por isso é que tem um que ganha mais do que o outro, o terreno é o mesmo, os materiais são os mesmos, o trabalho é igual, mas a entrega e o valor recebido é diferente [sic]. Oh, a XXX recebe por mês, eu recebo por quinzena, entendeu? É assim. Só que tem cooperativa que ganha por semana, e como eles ganham assim? Eu não sei, mas sei que é assim.

Devido cada cooperativa ter um modelo distinto de distribuição dos valores, questiono a colaboradora C2 se ela possui contribuição previdenciária, destinando algum valor mensal para a previdência social, ela sinaliza negativamente com as mãos dizendo que nunca teve essa chance de carteira assinada e contribuição.

Nesse momento a entrevistada sinaliza que recebe o Bolsa Família e que é desse dinheiro que pode dar uma vida digna aos seus filhos, mas que não sabe também como conseguir estar incluída na Previdência Social. Interrompi a entrevista para lhe explicar sobre o que seria a contribuição previdenciária e prosseguimos para as questões finais de nossa conversa. Assim como fiz com outros entrevistados, perguntei à colaboradora C2 se ela tinha algum sonho e qual seria. Seu sorriso é me dado como primeira resposta, há uma pausa e eis que:

Meu maior sonho era meu filho sair da vida errada, mas acho que esse deveria ser o sonho dele. Se eu pudesse realizar um sonho, pediria três, porque um só é pouco. Queria uma vida melhor pras crianças, que elas terminassem a escola e saíssem daqui pra um lugar melhor, com uma vida melhor. A gente que é mãe tem muitos planos antes dos filhos, eles chegam e a gente só consegue pensar na vida deles, esse é o sentido da vida de uma mãe. Eu tive o primeiro aos 13 anos, naquela época ele já era o meu bem mais precioso, depois dele vieram mais três e até hoje eu só posso querer que eles fiquem bem.

Finalizada nossa conversa, nos abraçamos e seguimos até o Polo novamente para que eu pudesse visitar a área externa em que algumas atividades ocorrem vinculadas a projetos da ACAMJ. A terceira conversa realizada com a colaboradora C3, ocorreu duas semanas após a entrevista com a colaboradora anterior e devido a particularidade de cada entrevista, essa foi realizada diretamente no Polo de Reciclagem, no galpão de uma das cooperativas, pois a colaboradora havia levado seu almoço e me pediu para conversarmos numa sala ali mesmo.

Para me aproximar mais da colaboradora C3 pedi a ela que me contasse um pouco sobre si mesma, se tinha filhos, há quanto tempo estava no polo, questões para “quebrar o gelo”.

Não sei se tenho algo interessante que você queira ouvir, mas se você disse que tenho, vamos lá [risos]. Eu tenho quatro filhos, que são meus amores, a melhor parte da minha vida. Acho que a única coisa boa que eu pude fazer até hoje foi colocar eles no mundo... é por eles que eu saio todo dia pra poder vir pra cá. Tô aqui [sic] no polo faz um tempo, porque o aterro fechou e eu fiquei lá oito anos, aqui deve ser uns cinco ou seis, pra ter exatidão eu não tenho, mas é desde o início dele.

Pergunto a entrevistada sobre a catação no AMJG e a catação no Polo, o que mudou nas condições de trabalho.

Catar lixo no lixão e catar aqui dentro é bem diferente, lá dentro a gente tinha que enfrentar as montanhas de lixo em sacolas, prensados e expostos a céu aberto. Já aqui dentro do polo o material chega nos caminhões, é um material melhor, que dá pra ganhar mais, porém é numa quantidade material menor do que antes. Lá eu podia trabalhar o dia todo e no final do dia sair com 250 a 400 reais por dia, aqui dentro eu recebo isso por semana, é uma realidade bem diferente e que eu sei que só piora, porque poucas são as empresas que doam material pra gente.

Pergunto à colaboradora C3 se ela podia me relatar suas lembranças sobre o funcionamento do AMJG, de como o bairro era na época, se ela ainda se recordava do processo de fechamento e eis que:

Trabalhar no aterro era bom demais, bem mais fácil de ganhar dinheiro porque todo material reciclável tinha quem comprasse, os depósitos mesmo funcionavam a todo vapor... hoje eu não to bem com o fechamento, mas teve quem ganhou muito dinheiro e foi até embora daqui. Eu se pudesse iria também, mas nem a casa do governo que prometeram pra gente conseguimos então me resta ficar aqui mesmo. Sobre o fechamento eu acho que fomos levados a acreditar que ele era eterno, nunca achei que ele fecharia de verdade, mas daí os depósitos foram fechando e os sinais foram ficando mais claros. O que o bairro tem hoje foi porque muitas pessoas de bom coração, das igrejas, vieram pra cá depois que o lixão foi fechado, porque se dependesse de alguém do governo acho que nem esse polo a gente teria não.

Questiono como a colaboradora C3 virou catadora, até que ela me relata que:

Sempre pedi a Deus que me desse forças, pois aos meus 9 anos minha mãe faleceu e eu fui morar com minha tia, irmã da minha mãe, meu pai bebia muito e ficar com ele não foi uma escolha, então eu fui pra minha tia e lá apanhava muito, era uma criança que aprontava, você sabe, a gente é criança e não sabe bem como as coisas funcionam...aos 11 anos eu já estava morando com o pai da minha primeira filha e aos 13 anos tive a primeira criança, mas apanhava muito do pai dela e com 16 anos voltei pra minha tia, estava na quarta série quando engravidei e depois não voltei mais pra escola, abandonei pra caminhar sozinha e apanhei muito, mas agora da vida, minha tia não me recebeu muito bem e eu estava grávida do segundo filho, acabei voltando a morar com o pai das crianças, até que o tempo foi passando e eu fui vivendo ali, a cada dia uma dificuldade diferente, mas daí já não era apenas uma criança eram duas e depois virou três. Aos meus 21 anos eu já tinha uma família violenta, que eu julgava ser a chance que tinha para ter minha família e uma casa, fui ficando ali e cansada de resistir acabei encontrando no lixão uma maneira de ganhar o meu dinheiro e me desvencilhei do meu antigo marido passei quatro anos ali, só que uma das crianças ficou muito doente e tive que cuidar mais dela, mas foi o suficiente pra me aproximar do meu atual companheiro e em seguida eu tive outras duas crianças, hoje tenho uma família que realmente é como eu esperava. Não tenho uma casa como sonhei, ele não é viciado, não estou na rua e somos unidos. Então já é mais do que eu tinha.

É difícil descrever como ouvir as narrativas dessas catadoras ali, frente a frente me chocou, a realidade quando confrontada dói, e revivê-las causando-as desconfortos não é algo que eu desejei em nenhum momento da entrevista. Por essa razão, interrompi a gravação para que pudéssemos conversar, ressaltando minha gratidão pela colaboradora C3 ter aberto seu passado comigo e meus



pedidos sinceros de desculpas por tocar nessas memórias, pois ao relatar sobre a seu passado foram muitas as lágrimas que C3 derramou.

Ao retornamos nossa conversa, questionei se a colaboradora C3 recebia Bolsa Família, ela disse que teve o benefício interrompido e que no CRAS já estava sendo tratado seu caso. Acerca do Polo de Reciclagem, questiono se nesse seu período de atuação na catação em Jardim Gramacho se ela tinha conhecimento das promessas que vieram com o fechamento do AMJG, é quando a entrevistada cita que:

A gente ouvia muita coisa naquela época e até hoje ouve muitas coisas, não posso dizer o que é de verdade ou o que é de mentira, conheci algumas pessoas que receberam o dinheiro pelo trabalho no lixão, mas elas gastaram tudo e hoje continuam tendo nada, porque aqui só teve esse dinheiro mesmo, eu fui em algumas reuniões [sic] e pelo que diziam era pro Gramacho ser igual, não era pra ser como é. Você conhecendo o outro lado, você vê escola, vê asfalto, casa pintada, aqui é tábuas e lona pra todo lado, esse foi o resultado do lixão pra todos nós, o resto, o que sobrou...

Para finalizar a entrevista, perguntei à colaboradora C3 qual seu maior sonho, se havia algum que ela gostaria de realizar, até que:

Eu acho que seria ter uma casa boa pra mim e pra minha família. Meus filhos estão crescendo e eu já sonhei deles tendo um quarto bonito, com televisão e brinquedos. Esse é o meu maior sonho, meus filhos com saúde e morando em um bom lugar, sendo honestos e vivendo com dignidade. A gente supera as coisas com o tempo, enfrenta as dificuldades, a fome, mas viver é assim mesmo um dia ruim, o outro um pouco melhor.

Finalizamos nossa conversa, novamente me despeço com um abraço e agradeço pela generosidade em compartilhar comigo um pouco de sua vida e experiência no âmbito da catação. Como citado no início desse tópico, as histórias das colaboradoras C1, C2 e C3 são muito próximas, e a cada caminhada pelas ruas de Gramacho, conhecendo e cumprimentando as pessoas percebi que a caracterização das casas são parecidas, que a constituição das famílias se iniciam muito cedo, que a precariedade é uma marca de cada um que mora ali.

Para encerrar a exposição das entrevistas realizadas com catadores do Polo de Reciclagem, a seguir será apresentada a conversa com o colaborador C4. A conversa se iniciou um pouco por acaso, ele se dispôs a me levar no local que eu poderia almoçar e foi aí que numa conversa informal podemos nos conhecer e o convidei a colaborar com a pesquisa.

Nossa aproximação assim como as demais se iniciou de maneira intencional, o objetivo era conversar o máximo possível com os catadores do Polo, mas registrar 32 entrevistas e ainda entrevistar ex-catadoras e catadores do antigo AMJG devido à extensão das informações coletadas não seria viável. E é por essa razão que foi entrevistado ao menos um integrante de cada cooperativa

atuante no Polo e com as lideranças da ACAMJ que é a associação que possui maior tempo de funcionamento e poderia colaborar mais efetivamente para a pesquisa.

Sendo assim, assim como com os demais, iniciei o diálogo a partir de perguntas “quebra gelo”, que consistiu em saber como o colaborador C4 virou catador.

Minha família toda vem da catação, meus pais e irmãos, então não tive muita alternativa a não ser contribuir pra renda de casa trabalhando por lá também, eu não sei escrever muito bem e não sei dirigir, então fazia um bico aqui e ali, mas esses bicos era levar sacola, entregar uma água ou um gás e não era bem um trabalho. Com 16 anos comecei a trabalhar como ajudante de pedreiro carregava muitos carrinhos com tijolo, entulho, pedra, batia laje tudo o que você possa imaginar de conserto eu fiz... aí meu pai decidiu que eu já tava na idade de ter uma responsabilidade e comecei a ir pro lixão trabalhar no turno da noite que era o melhor, foi assim que comecei a catar lixo bem dizer. E desde então me orgulho de ser catador e poder viver disso, porque tem muita gente que se perde devido não ter nada, eu ao menos sou quem sou, sou catador.

Foi a primeira vez que um dos entrevistados do Polo defendeu com tanto orgulho sua profissão. Para o colaborador C4, o trabalho de catação não é fácil, mas é o que ele sabe fazer melhor.

Em todas as coisas que eu fiz até hoje, eu me sinto muito útil fazendo o que eu faço. Quando escuto as pessoas falarem dos catadores me dá um pouco de orgulho, mas também de tristeza, só lembram de se importar com a gente quando tem algum evento, basta ver como foi no carnaval desse ano, a gente mobilizou muita gente na Sapucaí e foram muitas toneladas que a gente retirou de material de lá, isso é gratificante, mas poderia ser assim todo dia, com a gente sendo visto e aparecendo na TV pelo o que fazemos.

Pergunto ao entrevistado se havia alguma lembrança marcante da época em que o AMJG funcionava, até que o colaborador C4 relata que:

Acho que o objetivo de cada um que tirava o sustento do lixão era de ficar bem, não digo de vida porque a gente não tinha vida lá, era suado o trabalho, cada um tinha um material específico pra catar, quando você catava um material só, era certo que o lucro era maior, mas nem sempre dava pra fazer isso no escuro, porque trabalhar de noite era com lanterna e aí era muito perigoso. Pra mim, a lembrança mais marcante foi quando o aterro fechou e eu e meus pais recebemos o pagamento pelos anos que trabalhamos ali dentro. Foram muitos anos de trabalho ali dentro, muitos mesmo, acho que põe aí uns 20 a 25 anos dos meus pais vividos só ali, e encerrar o lixão ao menos teve esse lado bom, só que ele fechou e os problemas pra muitas famílias que não sabiam fazer outra coisa a não ser catar lixo foi se espalhando, aí sabe como é, a dependência dos pequenos lixões só aumentou ao longo dos anos e aí pra dentro o que mais tem é lixão a céu aberto e eu não sei pra que então fechou o lixão se outros pequenos também estão funcionando.

Sobre a catação no AMJG e a catação no Polo, questiono o que mudou nas condições de trabalho, eis que:

Ih, muita coisa, o tormento da COMLURB acabou, agora a gente é por a gente mesmo, não tem comparação, não tem como eu dizer que melhorou porque melhorar é até pouco pra falar assim. Olha, pra você ter uma noção: lá dentro havia áreas diferentes pra gente trabalhar e aqui também tem, eu sei, cada galpão é de um jeito, mas ainda sim a gente é amigo, trabalha como num trabalho qualquer, sem se sentir explorado, digo isso por mim. Gosto muito de todo dia ter pra onde ir e de onde chegar. Estar aqui no polo foi à esperança de dias melhores pra categoria que não é bem vista pela sociedade, muita gente me acha vagabundo, só porque eu vivo do lixo e isso entristece um pouco, mas aí eu lembro do que eu faço e de como vivo e passa.

Para compreender um pouco mais sobre a visão do entrevistado sobre o fechamento do AMJG, questiono se o colaborador C4 se recordava de como foi o processo de fechamento.

Assim, foi meio triste, muita gente se sentiu pior que na sarjeta. Quando me perguntaram assim que eu vim pro polo [sic] se eu sentia falta do lixão, não dava pra esconder que sair de lá e ter um lugar mais limpo e direito era melhor pra mim, mas eu não sou aquela quantidade de trabalhador, então falando por mim, o processo em si foi complicado porque a gente não sabia se a solução era na verdade um problema, toda a condução do pagamento pelo serviço prestado que era devido aos catadores demorou a sair porque teve muita gente de má fé, mas isso não é nem parte das pessoas que mereceram muito aquele dinheiro, poxa como mereceram. Dá saudade às vezes pelas amizades que a gente construiu ali dentro, dos meninos que a gente via fora da violência pra poder trabalhar, isso o lixão fez pra muito garoto aqui, deu emprego sem ser aquele que você sabe... bom, faz tempo e eu me lembro que fui trabalhar e do nada tava vazio, achei que algo estava estranho, os caminhões vinham pouco, as pessoas com cara de assustadas, o lixo já não era igual. Então pra mim foi um processo, como posso dizer, bruto, assim, de uma hora pra outra. Ter o Polo permitiu que a gente voltasse a fazer o que a gente fez esse tempo todo, então por isso que tem o lado bom também.

Questiono o colaborador sobre os ganhos na cooperativa, se o mesmo recebe algum benefício social e se há contribuição previdenciária, ao passo que assim como já havia ocorrido em outra entrevista, novamente outro catador desconhece o que seja previdência social e como contribuir. Interrompo a entrevista e realizo a explicação acerca do que consiste a previdência. Ao retomarmos a conversa o entrevistado sinaliza que:

A gente trabalha e não ganha como antes, isso é bem diferente daquela época, mas faz parte de estar ali na cooperativa, então tudo bem, até porque fora dali eu não teria o que ganho hoje, então é melhor do que não ter nada. Sinto falta de ganhar mais no mês? Claro que sinto. Mas também gosto de poder trabalhar com meus amigos aqui, então acaba que o pouquinho que eu recebo do governo mais o meu trabalho dão pro arroz [sic] e feijão diariamente. A gente corre atrás do pouco porque pouco com deus é muito. Eu nunca trabalhei de carteira assinada, então não contribuo com esse negócio da previdência, a última vez até que eu fui no CRAS [sic] estava vendo de aposentar mas não é algo que eu queira agora também era mais pra saber mesmo, porque ouvi que teve mudança, mas eles me mandaram ir num outro lugar que esqueci o nome agora, vou ver isso aí depois.

Devido nossa entrevista estar próxima do fim, perguntei ao colaborador C4 qual seu maior sonho, se havia algum que ele não realizou, mas que almejava realizar.

É pra dizer um só? Eu gostaria de ter vida o suficiente pra poder ter a chance de construir uma boa casa, ela já não é mais de taco, a gente aproveitou o dinheiro e construímos uma meia água, mas ainda falta muita coisa, então eu gostaria de aumentar e deixar ela com dois andares pelo menos pra ver a rua lá de cima. Acho que uma casa é o suficiente pra agora, com saúde pra aproveitar ela também.

Mais uma conversa finalizada, me despedi agradecendo as contribuições do colaborador para a pesquisa. No âmbito do Polo de Reciclagem meu objetivo de entrevistar ao menos um catador por cooperativa foi alcançado. Observa-se que a maior parte das entrevistas foi realizada com mulheres

porque essa é uma realidade do Polo, a maioria dos catadores são do sexo feminino e há histórias que são muito parecidas, realidades duras e quase sempre marcadas pela superação das dificuldades enfrentadas desde muito cedo.

No contexto do Polo de Reciclagem a faixa-etária variou entre 34 e 40 anos, nessa idade a inserção no mercado formal de trabalho é cercada de barreiras, uma delas é que a maior parte dos entrevistados não teve a alfabetização completa, não possuíram oportunidades de acesso a cursos e capacitações. Por essa razão, o Polo é uma das poucas conquistas que esses sujeitos possuem. Outro ponto relevante dentre os entrevistados da ACAMJ e também das cooperativas é que todos são negros e possuem ao menos três filhos.

No tocante ao recebimento de benefícios sociais, três dos quatro colaboradores afirmaram receber do Bolsa Família, demonstrando a importância dos programas de transferência de renda para essas pessoas como uma complementação de renda, principalmente no tocante a educação das crianças.

Outro ponto relevante a ser destacado se refere aos sonhos que as mulheres catadoras descreveram e ressaltaram: seu papel como mãe e a idealização de melhores condições de vida a seus filhos. Os entrevistados passaram por diferentes realidades, mas ambos esperam pela chance de uma moradia digna.

A maneira como o catador se enxerga no processo de catação também foi uma das indagações presentes nas entrevistas e cada colaborador se enxerga de uma maneira distinta, talvez devido ao modelo de participação que possuem dentro dos galpões e pela própria estrutura da cooperativa a que estão associados.

A partir dessas colaborações, chega o momento da apresentação do relato dos catadores fora do Polo de Reciclagem, que serão contextualizados no próximo tópico.

### **7.3 Ser/Estar catador: memórias de sobrevivência**

Diferentes notícias durante o levantamento bibliográfico e documental descreviam a situação de abandono a Jardim Gramacho após o seu fechamento. Em face dessas informações, fui a campo buscando compreender até que ponto a situação daquelas pessoas de fato tinham piorado ou melhorado. E como a busca por colaboradores fora do Polo de Reciclagem não foi um processo fácil, tentei ao máximo dar representatividade aos pontos mais precários do bairro.

Uma das limitações nessa etapa da pesquisa se referiu à questão da violência no bairro, pois conversar com catadores que não estavam no Polo era assumir que esses catadores estavam trabalhando na catação a partir dos vazadouros clandestinos ou nos lixões do tráfico e o Poder Paralelo não quer que essas questões sejam ditas muito menos fotografadas. Em virtude dessas limitações pedi ajuda aos catadores do Polo e a integrantes de projetos sociais que atuavam no bairro para que eu pudesse ao menos entrevistar o mesmo quantitativo de catadores que foram entrevistados no Polo de Reciclagem.

Nessa etapa de entrevistas consegui 7 (sete) colaborações, mas infelizmente por questões de segurança de uma das colaboradas seu depoimento foi retirado. A colaboradora teve uma vida marcada pela violência doméstica e como há muitos olhares acerca de quem está conversando com os catadores e suas movimentações, a mesma se sentiu ameaçada pelo ex-companheiro e por essa razão sua contribuição não será exposta.

O que trago dessa colaboradora como algo que marcou essa etapa da pesquisa foi à experiência de ouvir uma guerreira que lutou muito até hoje para sobreviver enquanto mulher, mãe, negra, periférica e catadora. E por mais que ninguém tenha a notado ao longo desses anos nessas condições de agressão, sua vida resistindo a tantos traumas nunca mais será esquecido por mim, tampouco seu sofrimento. Não pude amenizar sua dor, mas pude compreender que por trás de muitos sorrisos daqueles catadores e catadoras que me recebiam e me acolhiam, há muito mais do que geladeiras vazias e mãos marcadas pelo seu trabalho, mas sim muitas dores de um passado que muitas vezes se faz presente.

Como já citado nessa dissertação, é difícil enquanto pesquisadora e ser humano observar as condições de vida daquelas pessoas e não se envolver, não se chocar, não sofrer. Por essa razão, muitas vezes as entrevistas foram interrompidas, estar no lar daquelas pessoas presenciando aquelas condições de vida e segurar as lágrimas foi algo que por mais que eu planejasse, não consegui. Nessas páginas serão descritas ao máximo a experiência de ser e estar catador, retratando-se ao máximo as experiências de sobrevivência dos colaboradores entrevistados.

### 7.3.1 Memórias de uma vida de sacrifícios

Na minha visita a casa da colaboradora C5, eu presenciei uma criança com seu corpo cheio de moscas, descalça, com um sorriso no rosto e sem entender que aquela não era a vida que ela merecia ter. Sentei na beirada da calçada observando as condições daquela família, da ausência das

condições mínima de sobrevivência como um banheiro e de uma cozinha para preparo de seu alimento diário. Fui muito bem recebida pela colaboradora C5 que me disse estar muito feliz por eu visitá-la.

Eu nem sempre recebo visitas, os meus filhos já estão crescidos, seguindo sua vida e eu fiquei por aqui porque é aqui que eu me reconheço enquanto gente. Foram muitos anos andando de um lado pro outro, antigamente isso aqui não era assim, a gente foi montando essas ruas com um pouco de terra e com os materiais que vinham do lixão. Hoje é bem melhor do que antes, por conta da lama do mangue a gente se sujava muito e com a falta de água era mais difícil até pra tomar banho.

Nas idas até as casas, sabendo que a falta de água era constante, levava comigo um pouco de água e um lanche para compartilharmos enquanto conversávamos. O momento de compartilhar o alimento permitia que a gente se aproximasse um pouco mais e me abriu muitas portas durante as entrevistas, sendo um momento de conversa informal por mais formal que o processo de pesquisa se constituísse.

Indaguei à colaboradora C5 há quanto tempo ela morava em Jardim Gramacho e se havia trabalhado no AMJG.

Quando eu cheguei aqui meu marido trabalhava em obra e a gente tinha que escolher entre comer ou pagar aluguel, com a notícia do lixão ele veio primeiro, passava dias por lá e só voltava pra casa aos fins de semana. Como as crianças já iam pra escola sozinhas, resolvi ajudar nas contas e vim pra cá também, mas eu e ele tínhamos formas de trabalhar diferentes, ele catava os mais pesados e eu carregava papel, papelão e pet. Eram muitas subidas e descidas pra encher as bags [sic]. Durante anos ele trabalhava na tarde e na noite e eu pela manhã pra poder dar tempo de fazer a lida diária. Mas nessa minha vinda pro lixão [sic] eu comecei a notar que meu esposo bebia todo dia e o dinheiro ia tudo pra cachaça e minha ajuda no lixão acabou sendo a única renda da casa, porque agora eu tinha que pagar a conta de casa sozinha com as desculpas que ele trabalhava muito e não pagavam o justo. Chegou um dia e não aguentei mais aquela situação, peguei as crianças e vim morar aqui, já tava [sic] aqui mesmo todo dia, morar era consequência. A gente se esbarrou muitas vezes por lá, ele tem outra família já porque isso faz é tempo, mas eu não quis colocar ninguém dentro de casa não. Trabalhei feito burro de carga e não consegui meu teto até hoje, porque fiquei doente com uma das pernas muito inchada e o trabalho foi me deixando sem condição [sic] de ir todo dia trabalhar. Então se eu te respondi a pergunta, eu to aqui já tem muito tempo já e trabalhei lá por mais tempo ainda.

Questiono a colaboradora C5 se há saudade do tempo de trabalho no AMJG, se há alguma recordação marcante que ela possa compartilhar.

Que nome dar pra saudade? Eu não sei se tenho saudade, mas por mais ruim [sic], lá foi muito bom. Eu trazia tanta coisa pra casa que se for pensar no tanto de coisa que tinha lá e que eu podia pegar, desde comida até meu colchão foi tudo de lá que eu tirava, então sim pode ser que ter essas coisas seja saudade. Mas lá foi o fim da minha família, acho que o natural seria dizer que sim, mas eu não sei responder...ah, de recordação depende do que você quer saber, o que você gostaria de saber?

Para deixar a colaboradora à vontade, ressalto que não há questões certas ou erradas que eu queira saber. O motivo da nossa conversa é de resgatar sobre sua vida atuando no aterro, então o que

ela julgar importante me contar sobre o que se recorda do tempo que trabalhou é suficiente. Ela faz uma pausa, diz que pensará e depois se puder para eu perguntar novamente sobre isso.

Avançamos na nossa conversa, chegando ao momento em que a indago sobre como era o seu trabalho, a possibilidade dos ganhos e a quantidade de pessoas que trabalhavam no AMJG:

Era uma luta trabalhar lá, parecia um formigueiro, um mar de gente de tudo que era lado e de tudo que era tipo. Como já te falei, eu trabalhava carregando o que eu conseguia: papel, papelão e pet. Durante um cadastro deram pra gente alguns coletes, era pra facilitar a venda para os depósitos, então quem tinha o colete amarelo vendi para um depósito, quem tinha o colete laranja outro depósito, e assim que funcionava. Eu trabalhava de manhã cedo, dava umas 5h eu já ia pra lá cima e se eu via alguma coisa que queria pra mim já separava logo pra poder levar pra casa quando saísse. Mas era muita gente, então era bem disputado os materiais. O caminhão chegava e a gente corria pra ver o que podia resgatar e eu enchia por dia umas 4 ou 5 bags no máximo, porque era descida e subida pra já deixar separado, senão era catar e separar ainda dava muito trabalho, então já fazia de uma vez!

Visando compreender a opinião da colaboradora sobre o papel dos catadores de materiais recicláveis e a reciclagem, tem-se que:

As pessoas se enganam que o catador separa lixo, ele não separa, ele recicla, porque a gente ganha o valor do material que vai ser reciclado e vai voltar pra casa de todo mundo. O problema disso tudo é que as pessoas pensam assim: ah tem o catador pra separar, então junta todo e joga fora mesmo, pra eles terem o que fazer, mas não é assim. Se eu pudesse escolher ser outra coisa na minha vida, claro que eu não seria catadora, mas é muito digno tudo o que eu fiz no lixão e que ainda faço pra ter a comida na mesa.

Aproveito a exposição dada pela colaboradora C5 e lhe pergunto sobre o processo de fechamento do AMJG, se ela se recorda de como foi realizado e se ainda atuava como catadora na época.

Foi terrível... terrível. Até hoje não sei dizer por que fizeram isso com a gente, porque fizeram isso com Gramacho. A gente sempre viveu do lixo, mas a gente não era lixo, só que fomos tratados como um amontoado deles. Muitas vezes falaram que o lixão ia fechar, e ele até fechou, mas não durou muito, então foi se criando um buxixo e o buxixo virou realidade. Pensa assim: você chega num lugar deserto, sem caminhão, sem material, sem depósito aberto, sem nada. Esse foi o dia de fechamento. Eu trabalhava sim, por trabalhar tanto que recebi meu pagamento. Hoje me arrependo de não ter concordado em receber de pouco, achei que receber de vez fosse melhor pro dinheiro [sic] não sumir, mas pensando em como eu podia ter recebido as vez [sic] me arrependo de ter concordado em ter ele naquele bolo só. Paguei muita coisa, comprei a geladeira, a TV, mas na primeira chuva forte perdi tudo, então precisei comprar de novo e aí já tinha outras coisas e quando vi o dinheiro acabou.

Pergunto se a colaboradora C5 fez parte da cooperativa que funcionava no aterro e qual sua opinião sobre o trabalho cooperativado como o realizado no Polo de Reciclagem.

Eu não tinha tempo pra ouvir o pessoal dessa cooperativa não e tinha que sustentar a casa, na cooperativa ganhava muito menos, muito mesmo, então eu trabalhava pra mim só. Trabalhar em cooperativa tem como todo lado um bom e outro ruim. Eu vejo aquele galpão e é um trabalho bem melhor que no lixão, mas ninguém ali ganha o que a gente ganhava no lixão, por isso não sei se é tão bom assim não. No fim, trabalhar pra ganhar pouco é melhor não trabalhar pra eles.

Devido à colaboradora ter recebido a indenização e ter citado que participou de algumas reuniões, questiono sua opinião sobre as promessas do fechamento do AMJG, se ela se recorda de alguma promessa marcante.

Recordo, recordo sim. Até hoje só o Galpão mesmo e a indenização. Eu acho que se a gente tivesse recebido parcelado, o que foi combinado teria sido feito de verdade. Só que a gente teve olho grande de receber tudo e acabaram esquecendo da gente [sic]. Até hoje quando eu quero um remédio ou me consultar eu vou pro outro lado, lá pro Moacyr e podia ter médico aqui não só lá, Gramacho não é só de lá.

Para compreender como está a vida da colaboradora C5, lhe pergunto se atualmente a mesma recebe algum benefício social, se ela continua trabalhando como catadora.

Graças a Deus eu recebo, sem esse dinheiro eu não teria como viver. Ainda trabalho sim, cato um pouco aqui e ali, os mesmos materiais de antes, só que não na mesma quantidade porque com o fechamento do lixão é como se a gente não existisse.

Questiono de onde vem material que a catadora recicla e a mesma me sinaliza que vem dos caminhões que entram de madrugada em Gramacho e despejam os materiais ao lado da sua casa, é desse lugar e desse material que a colaboradora se sustenta atualmente. Nossa conversa é interrompida pela chegada de um grupo de pessoas que vieram fazer a doação de uma cesta básica para a colaboradora. Ela pede que eu me junte a eles para fazer uma oração e eu fico aguardando até que eles possam se retirar para finalizarmos nossa conversa. Assim como perguntei aos catadores do Polo, pergunto à colaboradora C5 qual seu maior sonho.

Ter saúde e sair daqui. Estou esperando a casa do governo, mas até hoje ainda não consegui. Quem sabe no próximo não chegue a minha vez?

Despeço-me da colaboradora e encerro a entrevista. Um dos pontos que mais chamam a atenção em Jardim Gramacho é a presença de igrejas evangélicas no local. Em virtude da pobreza e da desigualdade que se expande no local, as pessoas se sentem confortadas pela palavra de Deus e junto com a palavra chega o alimento diário. Sendo assim, grandes partes das entrevistas tiveram como pano de fundo a presença de algum grupo religioso levando doações de alimentos ou de móveis, tal como o cadastro para a entrega de fraldas e roupas para as crianças.

Em outra oportunidade, conversei com a colaboradora C6, uma mãe de 13 (treze) crianças e com mãos castigadas pelo trabalho pesado da catação. Nossa conversa surgiu através da indicação da colaboradora C2, que foi sua colega de catação no aterro e que me levou até sua casa. Por serem vizinhas, aproveitei a oportunidade para também conhecer a casa da colaboradora C2.

Ao chegar à casa da colaboradora C6 me surpreendi pelas condições da construção, pois o teto era feito de plásticos, carpetes, lonas e pedras. Não havia nenhuma janela, tampouco energia elétrica, só um fio que vinha da casa ao lado e que ligava sua geladeira. Na casa não havia TV e a



família dividia 2 (dois) colchões bem gastos para os 14 (quatorze) integrantes. A colaboradora C6 logo me mostrou como era sua casa, bem pequena e quente, sua geladeira naquele dia só tinha uma panela com arroz cozido e 2 (duas) garrafas de água. Quando perguntei como faziam para tomar banho e ir ao banheiro, a colaboradora me mostrou o terreno baldio de trás, é lá que faziam suas necessidades e se banhavam com as águas armazenadas nos galões.

Levar os lanches e a água comigo era uma maneira de levar alguma ajuda aos entrevistados, pois eu estava ciente que cada lugar era surpreendente na questão da miséria, mas naquele dia o que eu tinha levado era bem pouco e nesse dia meu caminho se cruzou a de uma ONG, a ONG TETO e através da mobilização dessas pessoas pude participar semanas depois, no dia 23/09/19 na construção de uma moradia nova para aquela família. Além disso, imediatamente foram conseguidos alimentos para a família ter como se alimentar durante aquela semana.

Interromper a entrevista naquele momento foi crucial para compreender que a ida até Jardim Gramacho não se tratava mais da busca por histórias para compor minha dissertação ou por engajamento em um trabalho social, mas me permitiu acessar as diferentes mobilizações que são realizadas no bairro com diferentes enfoques que se dividem em ONGS, Projetos e Organizações Religiosas, cada um tentando minimizar a sombria realidade de miséria do lugar. O fato de a ONG TETO levar moradia para aquelas pessoas melhorou e muito as condições de moradia de alguns moradores, assim como a distribuição dos alimentos auxiliou para que a fome pudesse ser evitada, mas ainda sim essas ações são mínimas perto do que é necessário ser feito pelo poder público no local.

Ao retomar a conversa com a colaboradora C6, perguntei-a há quanto tempo ela morava em Jardim Gramacho e se havia trabalhado no AMJG.

Desde criança eu moro aqui, desde bem pequena mesmo. Já perdi as contas de quantos anos fazem que tô aqui [sic]. Mas é desde moleca. Trabalhei no lixão a partir dos meus 18 anos, porque não deixavam mais criança trabalhar lá e aí eu não queria confusão, mas comecei a trabalhar aos 14 anos junto com a minha irmã numa casa de família lá no centro de Caxias. Quando pude ir pro lixão [sic] não perdi tempo, a possibilidade de ganhar mais era muito maior naquela época.

Questiono a colaboradora C6 se há saudade do tempo de trabalho no AMJG, se há alguma recordação marcante que ela queira compartilhar comigo.

Perdi amigos lá dentro. Era muito frequente um caminhão de lixo atropelar alguém e naquele monte de lixo ninguém notava que tinha sumido alguém, todo mundo tampava a cara com camisa pra poder respirar melhor porque era muito forte o cheiro e o gás, então só se dava conta na hora de ir embora, que a gente tomava nosso banho e parecia até gente de verdade. No lixão o mais marcante pra mim eram as cenas de mortes, porque vamos se acostumando com aquelas cenas, fica sendo algo normal estar ali todo dia. Eu não tenho saudade do lixão, mas da fatura que tinha nele. Não sei se me entende, é que ali eu podia ir atrás de qualquer

coisa, qualquer coisa mesmo. Era eu definir hoje quero isso, e tinha. Amanhã quero aquilo, e tinha também.

Indago à colaboradora C6 em como era o seu trabalho no AMJG, a possibilidade dos ganhos e a quantidade de pessoas que trabalhavam por lá.

Se eu disser que não ganhei dinheiro é mentira minha. Ganhei, ganhei sim, mas gastei e hoje não tenho nada, é como se o dinheiro sumisse, porque no intervalo de um filho e outro eu tinha que trabalhar mais e mais. Era muita gente, umas três mil por aí.

Para compreender a opinião da colaboradora sobre o papel dos catadores de materiais recicláveis e da importância da reciclagem:

A gente é muito importante pro meio ambiente, acho que sem a gente Gramacho era lixo em cima do lixo, porque só no lixão era um mundo de lixo e a gente tirou foi é muito lixo de lá. A reciclagem é importante pra gente porque é nossa forma de ganhar nosso dinheiro, é importante pra natureza porque evita que o lixo substitua a natureza, não tome conta dos lagos, nem acabe com os animais. A sociedade precisa saber do que a gente faz o nosso papel, mas acho que eles não querem. Uma vez fui no [sic] hospital levar os meninos e o meu cheiro incomodou a enfermeira, em situações assim é que a gente vê como que pensam da gente [sic].

Pergunto sobre o processo de fechamento do AMJG, se a colaboradora C6 se recorda de como esse fechamento foi realizado e se a mesma ainda atuava como catadora na época.

Atuava sim e acho que como todo que foi trabalhar naquele dia fui pega de surpresa. Na verdade o pessoal da cooperativa vinha falando que esse dia chegaria só que ninguém queria acreditar. Foi um dia estranho, não lembro detalhes, mas muitas pessoas choraram naquele portão fechado, eu voltei desolada pra casa pensando no que iria fazer.

Houve participação dos catadores no processo de fechamento do AMJG?

Não, não teve não. O que teve foi algumas reuniões [sic] depois que foi fechado pra que pudesse ser feito a lista de quem receberia o dinheiro, isso sim foi feito. Mas conversar com os catadores pra ver quem era a favor ou contra fechar, isso não aconteceu não. Não é que eu quisesse que o lixão fosse eterno, não é isso, mas foi um fechamento brusco, sem preparar as pessoas, nem anestesia nem nada deram na gente.

Questiono se a colaboradora C6 era cooperativada na época do AMJG e qual sua opinião sobre o trabalho cooperativado que é realizado no Polo de Reciclagem.

Eu até tentei trabalhar lá no Polo, mas é aquilo, o Polo veio pra poder dar trabalho a quem queria continuar catando lixo, mas na realidade só conseguiu dar emprego pra um ou outro e ganhando muito menos do que na época do lixão se ganhava.

Acerca de valores, pergunto se a colaboradora C6 foi uma das beneficiárias da indenização e pergunto sua opinião sobre as promessas do fechamento do AMJG, se ela se recorda de alguma promessa marcante.

Recebi sim, mas quando recebi acabei gastando sem muito controle. Visitei minha família que está na Bahia e só à ida com as crianças já custou um dinheiro. Quando cheguei lá ajudei um pouco minha família e ao voltar já era pouco dinheiro pra poder comprar as poucas coisas que você tá vendo aqui hoje. Olha, eu não entendo ainda do por que prometeram tantas coisas pra gente, acho que era pra gente parar de cobrar nossos direitos, talvez seja isso. Prometeram

que a gente teria um espaço pras crianças brincarem, uma escola melhor, uma creche e casa pros catadores [sic], mas não tivemos o tal fundo pro bairro não, pelo menos não que eu saiba, só se gastaram...

Visando compreender como a colaboradora C6 vem se mantendo, lhe pergunto se atualmente a mesma recebe algum benefício social, se o trabalho como catadora ainda é exercido.

Recebo o Bolsa Família, porque ainda é a única coisa que não tiraram da gente. A cada mês tenho medo que acabe, porque a chance das crianças terem as coisinhas deles vem desse dinheiro que eu recebo. Cato sim, mas não ganho como gostaria.

Questiono de onde vem o material que a catadora recicla, a mesma diz que não pode citar, mas que é o trabalho dela que basta eu olhar para entender como que funciona. Chegamos ao final da entrevista, me despeço da colaboradora e alguns dias depois nos encontramos novamente com a instalação da casa doada pela ONG TETO.

Meu retorno a Jardim Gramacho levou mais um mês e meio para acontecer devido à disponibilidade de caminhada com os guias pelos bairros. As conversas com os colaboradores C7 e C8 aconteceram em conjunto a pedido dos catadores, que são amigos e devido também ao fato da casa de C8 estar localizada em uma área menos violenta e facilitar meu acesso até eles por lá.

Nossa conversa é compartilhada, há um momento em que conversam entre si destacando desde quando e como se conheceram. A colaboradora C8 foi uma das cozinheiras no AMJG e por essa razão era muito conhecida por todos ou a grande maioria que por ali passou. É inacreditável a quantidade de lembranças que compartilham juntos e esse foi o momento perfeito para questioná-los há quanto tempo moravam em Jardim Gramacho e do que se recordavam sobre seu trabalho no AMJG.

Cheguei em Gramacho [sic] há um bom tempo atrás, alguns lugares eu olho e penso como as coisas mudaram! Essa casa aqui era lama e lixo até em cima, mas hoje a gente tem um canto melhor e foi graças ao lixão. Fui trabalhar lá porque trabalhei em muito bar fazendo comida, restaurante, mas o emprego foi acabando e eu não podia parar, dentro do lixão eu via um ingrediente ou outro sendo desperdiçado e os meninos não conseguiam comer direito, fazia as comida [sic] com o que eu achava e eles também achavam, cada um trazia uma coisa e eu cozinhava ali pra eles embaixo de uma lona, era tudo o que eu podia fazer sem precisar subir aquela monteira, eles me ajudavam muito e eu a eles, e assim seguimos em dia de sol, de chuva, cozinhando pra um pra outro pra todos. Fui muito feliz lá, muito mesmo, todos lá me adoravam era uma farrá só! O lixão tinha disso, você chegava triste e saía feliz porque encontrava um e outro pra conversar e dividir os fardos da vida. (Colaboradora C8).

Minha parada no lixão foi porque eu dirigia no caminhão do depósito do XXXX. Eu era motorista de ônibus e por conta das multas na carteira tive que parar um tempo de ter minha profissão de motorista, como não podia ficar sem meu dinheiro aceitei trabalhar no depósito do XXXX e lá ganhava menos do que lá na XXX, mas ainda era dirigindo. Só que teve uma vez que fui fazer uma entrega com o caminhão e perdi a carteira, aí não teve jeito tive que ir catar também como todo mundo que tava ali. (Colaborador C7).

Nesse momento de nossa conversa, pergunto aos colaboradores se eles sentiam saudades do AMJG e se podiam me descrever alguma situação que os tenham marcado.

Assim, se for pensar pelo lado das pessoas, muita gente eu conheci ali e isso já é marcante, a gente conviver 10, 15 anos com as mesmas pessoas é algo que a gente vai se acostumando e quando isso acaba é como se uma parte da gente tivesse ido embora também. Já teve dia de eu acordar e me dar conta que aquela vida, com aquelas pessoas, não voltam mais. O cheiro do lixão era algo que lá no início me incomodava muito, eu tomava banho, mas o cheiro não saía de mim, tava impregnado. E isso me marcou também. Hoje não tenho aquele cheiro, não convivo com aquelas pessoas, devia ser bom, mas a gente perdeu o trabalho e o que foi feito de lá pra cá foi só enganação. (Colaboradora C8).

Eu acho que quando foi fechado me marcou mais do que ele aberto. É que a eu vi muita vida se desgraçando, se você for ali na rampinha você vai entender um pouco, aquele pessoal ficou todo sem saber o que fazer, ninguém se preocupou em como passaríamos a vida depois do lixão fechado. Eu sinto saudades sim, sinto porque lá era como uma casa, a gente tirou muita coisa dali que nenhum outro lugar até hoje pode oferecer. (Colaborador C7).

Devido o fechamento do AMJG ter sido citado, questiono se houve participação dos catadores nesse processo, se eles compreendiam as razões do seu encerramento:

Eles diziam que o lixão contaminava a Baía, mas ninguém via o que não parava lá também por conta dos catadores no lixão, era muito lixo que saía dali dentro, muito mesmo. Não houve nada, nada de conversa com a gente não. A visão que eu tenho, pode ser ilusão minha, mas teve gente lá de dentro que ganhou com o fechamento, como um cala boca, é por isso que eu não acredito em ninguém que vem aqui falar que representa catador, porque os que estão assistidos hoje não é [sic] nem a metade da metade que trabalhava lá e daí você vê. (Colaborador C7).

Embora os colaboradores sejam amigos, nesse momento da conversa há um pouco de conflito entre eles, pois discordam das questões que envolveram o fechamento. A colaboradora C8 vem me explicar a sua versão:

Oh fazia muito tempo já que o lixão tava pra ser fechado, o XXXX chamava o pessoal pra ouvir e pra juntar o pessoal pra pressionar a prefeitura, mas o que acontecia? Ninguém queria parar pra ouvir o que ele tinha pra dizer, ninguém queria perder um dia de trabalho lá pra ir pra rua, logo a escolha de cada um ali dentro foi feita também, deixaram as empresas entrar e sair do lixão e quando não tinha mais jeito quem tava próximo tentou fazer o máximo que podia pra não perder os anos e anos que a gente trabalhou ali dentro. É isso que aconteceu, ninguém ficou rico as custas [sic] de catador nenhum não, isso é exagerado até pra você falar. (Colaboradora C8).

Em virtude das visões distintas, questiono se os colaboradores faziam parte da cooperativa na época do AMJG e qual suas opiniões sobre o trabalho cooperativado que é realizado atualmente no Polo de Reciclagem.

Não dá pra [sic] comparar o trabalho de hoje naquele Polo com o do lixão, isso não dá pra [sic] comparar mesmo, ali só participa amigo da associação, no lixão qualquer um com disposição ia pra [sic] rampa trabalhar. Não, eu não queria saber de cooperativa não. Nunca fiz parte não, catava só pra [sic] mim mesmo. (Colaborador C7).

Eu fiz parte sim, lidei com XXX, YYY e ZZZ, por isso que algumas eu sei, porque tava ali ao redor deles vendo tudo, o esforço deles de fazer da nossa vida uma vida melhor. Não sei quem é que diz e porque que diz que o trabalho do Polo é pra amigo da associação, olha

quanta gente da antiga que tá lá! Meu sentimento mais profundo é que precisavam culpar alguém e sobrou pro AAA. (Colaboradora C8).

É notório que a aproximação e também o distanciamento entre os catadores e as lideranças que fizeram parte do processo de mobilização no fechamento do AMJG colaboraram para que a versão fosse diferente. Nas entrevistas anteriores os outros colaboradores não expressavam diretamente sua frustração e decepção com as lideranças e o Polo de Reciclagem. Para evitar conflitos que eu não pudesse gerenciar, encerramos essa pauta e avançamos na conversa. Questionei aos colaboradores sobre a compreensão deles acerca do papel dos catadores de materiais recicláveis e da importância da reciclagem:

Sem os catadores a gente não estaria conversando aqui hoje, então eles são muito importantes sim. Foram e são importantes ainda, porque tem muito catador aqui dentro que continua limpando essas ruas, senão fossem o trabalho de catar [sic] as ruas estariam mais sujas do que nunca, porque as pessoas desconhecem o que seja lixo de verdade. Tudo aquilo que o catador vende não é lixo, é dinheiro e sem ele pra mexer no que é o lixo das pessoas não teríamos tanta coisa como hoje, então reciclar é dar nova vida pro que já estava morto. Reciclar é importante porque é através disso que as pessoas conseguem viver. (Colaboradora C8).

Até eu ter que ir catar, botar a mão mesmo no lixo eu achava que o catador era só o meio de eu ter o meu dinheiro, mas quando eu fui catar entendi que sem o catador nenhum outro tem o seu dinheiro, então é por isso que ele é importante, porque cada um que depende dele só tem dinheiro se o catador for lá catar. A reciclagem é importante porque ajuda na vida de quem vive do lixo, ajuda a natureza, mas saber no que mais ela é importante é difícil dizer por que se fosse mais do que isso as coisas seriam melhores por aqui, não acha? (Colaborador C7).

Nesse momento da entrevista, nossa conversa foi interrompida, pois o colaborador C7 teve que se retirar para poder fazer um “bico”, o agradei pela conversa e continuei conversando com a colaboradora C8, de maneira mais pessoal, perguntei sobre sua família, em como estava sendo morar no bairro após o fechamento, se algo havia melhorado na vida dela e das pessoas que ela conhecia. Pela primeira vez a colaboradora desvia seu olhar dos meus, mexe no seu vestido e o seu sorriso já não está presente.

A minha vida é isso o que você viu aqui hoje, o tempo passou e a vida foi ficando mais dura, acho que porque a idade vai chegando e a gente não tem mais valor, nada é como antes. Minha família tá crescida, os netos e os bisnetos são minha alegria de viver, o que dão sentindo de eu ainda estar aqui, mas as pessoas, as pessoas daqui não estão bem não, é uma mistura do que eu não consigo descrever, mas se a gente, por exemplo, sair de porta em porta perguntando tem o que pro almoço hoje?[sic] Não tem comida, vem comigo até aqui, olha os reservatórios, estão vazios e sempre foi assim, mas antes a gente não sentia porque tinha o lixão, de lá as famílias catavam desde o pão até o sapato que calçava e isso acabou, isso não tem mais. Então não houve melhora, porque as pessoas precisam se submeter a outro tipo de lixão que não dão nada, apenas a tiram e acabam levando sua família pra outra vida que não é a boa, não é não. (Colaboradora C8).

Questiono se o outro lixão a que a colaboradora se refere são os lixões do tráfico, ela sinaliza com a cabeça que sim, mas não quer falar sobre eles, porque não pode. Pergunto se a colaboradora tem noção de como é que o lixo vem parar ali e ela me faz sinal apontando para o gravador. Desligo-o e começamos a conversar sobre os lixões clandestinos, segundo a colaboradora o lixão do tráfico sempre existiu em Gramacho, a questão é que antes o problema era maior, o enfoque era o AMJG e como as empresas precisam destinar seus materiais os traficantes fizeram disso uma forma lucrativa de ganhar dinheiro se unindo aos donos de depósito.

Como era um assunto delicado para não narrar detalhes que pudessem a expor me comprometi em não descrevê-los, mas por isso sua tristeza, ter familiares envolvidos com essas pessoas tirava o sorriso de seu rosto e é como se a machucasse ainda mais ter que falar sobre eles. Mudamos de assunto, pergunto a colaboradora C8 sobre a indenização dos catadores, se ela também recebeu.

Recebi o dinheiro sim, pra receber tinha que estar cadastrado nas listas que passavam pra [sic] cadastro e eu estava nas listas direitinho. (Colaboradora C8).

Aproveito a fala sobre a indenização e pergunto se a colaboradora se recorda sobre as promessas do fechamento do AMJG, se há algum fato marcante que ela possa compartilhar comigo.

Ficaram de encontrar uma casa pra nós, fizemos o cadastro tudo conforme, mas até hoje não falaram mais nada das casas, as ruas continuam como antes, quando chove enche tudo e entra até dentro de casa porque a prefeitura não vem aqui fazer a manutenção do esgoto, a água é um problema, só cai as segundas e terças a noite e a gente tem que separar a do banho e da louça, as mangueiras são nossa única fonte de água até hoje, sem elas sem água.

Para compreender como a colaboradora C8 tem se mantido, lhe pergunto se atualmente a mesma recebe algum benefício social como o Bolsa Família.

Eu não recebo, mas as minhas duas filhas que moram aqui comigo recebem. Tenho feito salgado e tenho cozinhado no bar do seu XXX, é o que me garante os 500 reais no mês, tentei no CRAS solicitar uma ajuda do governo, mas cortaram os 120 reais que eu recebia, e o tempo passou e resumindo, não tive mais esse valor e então tive que aceitar fazer a comida ali no bar.

Aproximamos-nos do fim da entrevista e questiono se a colaboradora tem algum sonho que gostaria de realizar. Seu sorriso é a marca de nossa conversa e ela cita que:

Agradeço a Deus todo dia pela minha vida, da ajuda que recebo aqui e ali, da família que eu tenho, dessa casa, de ter saúde. Meu sonho é poder viver o quanto puder sem dar trabalho a ninguém, sendo feliz com eles. Meu sonho é esse, ser feliz, estar sempre aqui, mesmo que as coisas não estejam bem, ser feliz porque o tempo não volta!

Encerramos nossa conversa e sobre as conversas com a colaboradora C8 e sua recepção foi um momento bem aconchegante, pude conhecer sua casa, seus vizinhos e ter contato com outros dois colaboradores que eram seus amigos e que não receberam a indenização e que terão sua contribuição descrita a seguir. Minha visita as suas casas levou mais dois meses para ocorrer, devido um problema

de saúde do colaborador C9. Como eram as últimas entrevistas, me programei para realizá-las no mesmo dia, uma na parte da manhã e a outra na parte da tarde. Uma das entrevistas devido a esse planejamento ocorreu no Feirão das malhas com a colaboradora C10, aproveitando que a mesma tinha um dinheiro para receber por um trabalho feito para uma cooperativa. Há diferenças significativas das entrevistas conforme o local em que são coletadas, quando os colaboradores estavam em sua casa é como se a abertura para falar de suas vidas fosse um pouco maior.

Passei no dia da entrevista no CRAS de Jardim Gramacho para poder visitar o colaborador C9, ele precisava de alguns acompanhamentos e por essa razão a ida de um assistente até sua casa. Chegando a casa do colaborador ele estava um pouco melhor do que nas últimas semanas, mas tinha amputado sua perna e essa ausência de movimentos agora serviria para inviabilizar suas atividades enquanto catador, pois o colaborador C9 ainda sobrevivia da catação. O assistente social acredita que seu problema de saúde se agravou muito devido a sua vida no lixo, pois sua ferida em contato o lixo lhe trouxe complicações que geraram a amputação.

O colaborador me recebeu muito bem, agradecido pela preocupação e ida até sua casa. Combinamos que a qualquer tempo nossa conversa poderia ser interrompida e que se ele se sentisse mal para me sinalizar, aquela altura, eu já estava inclinada a desistir da entrevista, mas ele insistiu que queria me ajudar no meu trabalho. E só por isso, é que seu depoimento foi coletado. Lanchamos, deixei a Assistente verificar com ele sobre seu acompanhamento médico e foi combinado que ela retornaria em 1h para me buscar, pois havia outras duas visitas no entorno a outros assistidos, aproveitamos esse tempo para começar a gravação.

Iniciamos nossa conversa perguntado-lhe em como o colaborador chegou até o AMJG, a quanto tempo ele morava em Jardim Gramacho e do que o mesmo se recordava sobre seu trabalho no aterro.

É uma história no mínimo engraçada, eu trabalhava pra COMLURB, fazia parte da segurança dali do aterro e logo quando a S.A Paulista veio eu saí, ganhei o dinheiro da recisão e depois que o dinheiro acabou eu ia fazer o que? Fui fazer o que por anos achei que não faria, revirar lixo pra ter o que comer. É assim que eu virei catador, quando pesou o fato de que eu não tinha oportunidade de fazer nada acreditei que era hora de ganhar dinheiro como o pessoal que trabalhava lá. O trabalho não era como o de antes, assim, eu passava horas em pé monitorando antes quem entrava e quem saía, daí passei pro outro [sic] lado, catando, carregando peso, correndo e subindo nos caminhões, foi assim. Eu moro aqui tem uns 34 anos, por aí, por aí.

Questiono o que mudou na sua vida a partir da catação de matérias recicláveis, uma vez que ele tinha trabalhado de carteira assinada anteriormente.

Ó, o lixão era um vício, qualquer um que visse o dinheiro do dia, queria estar ali por mais tempo. De carteira eu não ganhava nem mil, no lixão por semana eu ganhava mil na semana ruim. Então mudou que eu tive mais dinheiro no lixão do que de carteira, só que o lixão

acabou e se eu tivesse que voltar no tempo preferia tá de carteira hoje, fiquei doente se tivesse trabalhando taria [sic] recebendo hoje, né? E hoje não tô [sic] recebendo nada.

Como o colaborador já havia citado sobre seus ganhos no AMJG, pergunto se o colaborador sentia saudades de sua vida de antes, trabalhando no aterro e se havia alguma situação que o tivesse marcado e que ele gostaria de compartilhar comigo. O colaborador começa a me relatar emocionado sobre sua vida de antes e devido seu relato, paro a gravação para poder ouvi-lo com mais atenção.

Foi durante esse momento que o colaborador me relata que sentia saudades de sua vida enquanto podia andar sozinho, pois ter perdido sua perna havia mudado sua vida tirando-lhe o que ele chama de liberdade de “ir e vir”. Sem família, apenas a ajuda do CRAS, sua vida tem se resumido a estar acamado seja deitado ou sentado devido suas dores desses últimos meses.

Devido sua deficiência física, está sendo solicitada junto ao INSS uma aposentadoria especial para o colaborador C9, esse valor segundo ele deixará que os irmãos da igreja ajudem outras pessoas que também precisam. Após essa pausa, confirmo se ele quer prosseguir na entrevista e retomamos a gravação.

Conversamos sobre o processo de fechamento do AMJG, o colaborador C9 descreve o que chamou de maldade:

Foi maldade mesmo o que fizeram, ninguém nunca disse pra quem tava lá que o aterro fecharia de verdade, diziam sim, que com o funcionamento de Seropédica teria redução no recebimento de lixo em Gramacho, só que de uma hora pra outra [sic] acabaram com o trabalho do pessoal. Quem tava [sic] desde o início ainda recebeu a sua parte, mas quem chegou depois não teve direito a nem um pouco do que trabalhou ali, isso que eu achei injusto.

Pergunto se houve participação dos catadores no processo de fechamento, se o colaborador se recordava de algum encontro ou reunião enquanto atuava no AMJG:

Participação nem pra fechar [sic] o portão! Não houve participação não. Olha, que eu me lembro tinha sim a cooperativa dentro do lixão que tentava com um ou outro conversar, algumas vezes eu enquanto trabalhava lá até tirei alguns manifestantes, mas se eu disser que lembro de reunião é mentira minha, não lembro não e eu não teve ou não participei.

Questiono se em algum momento enquanto catador o colaborador C9 sentiu vontade de fazer parte da cooperativa, indago também sua opinião sobre o trabalho cooperativado e se ele tem conhecimento da atuação no Polo de Reciclagem.

Tentei sim, fiz parte da COOPERGRAMACHO, mas durante pouco tempo, porque a questão é que eu não queria me envolver com política e às vezes eu acho que queriam exigir do catador um conhecimento das coisas que nem todo mundo queria, entende? O trabalho na cooperativa era bom, mas os ganhos eram poucos, por isso eu saí. Do polo não tenho o que dizer não, conheço quem trabalhe lá, mas não quis trabalhar lá e nem sei porque ele existe pra falar a verdade já que não emprega a quantidade de catador que deveria empregar, porque aqui o que mais tem é catador irregular, catando por trocado.



Nossa entrevista se aproxima do fim, pois preciso retornar com a Assistente devido à violência do local para o CRAS e as últimas perguntas visaram resgatar a memória do colaborador C9 sobre as promessas do fechamento do AMJG, se ele se recordava de alguma promessa específica. Nesse momento o colaborador faz sinal com as mãos, mostrando sua casa, dizendo que essa foi a maior promessa: moradia de verdade para os moradores através das casas do governo, o Minha casa, minha vida.

Assim como com os demais colaboradores, pergunto-lhe sobre seu maior sonho, se há algum que ele queira realizar.

Depois que eu fiquei sem as pernas, tudo mudou. Gostaria de ter minhas pernas de volta, pra poder dançar até o fim do dia, fingir que esse dia nunca existiu e que foi só um pesadelo. Ter as pernas de volta, ou então uma de mentira pra colocar no lugar e viver o quanto me restar dessa vida.

Despedimos-nos, e o caminho de volta para o CRAS é realmente bem diferente das outras ruas que eu já havia visitado, a situação de abandono, miséria e lixo é bem maior na Chatuba do que em outros lugares. Os registros fotográficos foram demonstrados no item 4.4 dessa dissertação e podem ser mais bem visualizados nesse tópico.

A última entrevista com a colaboradora C10, como já citado foi realizada no Feirão das Malhas, após almoçarmos juntas iniciamos nossa conversa com as perguntas “quebra gelo”, como as entrevistas anteriores, indagando há quanto tempo ela morava em Jardim Gramacho e se havia trabalhado no AMJG.

Tô morando aqui tem mais ou menos uns 24 anos, trabalhei no aterro ele fechar ia acompanhando meus marido e meus irmãos.

Questiono a colaboradora C10 se há saudade do tempo de trabalho no AMJG, se houve alguma recordação marcante daquele tempo que ela quisesse compartilhar comigo.

Daquele tempo eu me lembro das vezes que eu fui trabalhar grávida, tinha que trabalhar e aí um dia eu tava fazendo a catação de noite, comecei a passar mal e fui ganhar meu filho. Cheguei no hospital [sic] disseram que eu tava [sic] fedendo muito, se eu não tomava banho, sendo que eu tinha trabalhado o dia inteiro, se eu soubesse que ia ganhar a criança tinha tomado banho sim, mas catador se resume a sujeira pras pessoas. É por isso que foi melhor conversar aqui, se você ver onde eu moro você não vai querer voltar mais lá não, nem a gente aguenta aquela situação imagina quem vem de fora?

A maior parte das entrevistas que foram realizadas na casa dos colaboradores realmente era chocante, o mau cheiro devido o lixo acumulado, a lama misturada, os valões. Porém, essa é a realidade de Jardim Gramacho e não vivencia-la por completo não me permitiria conhecer de perto a situação dos entrevistados e das pessoas que ali residem. Prosseguimos nossa conversa falando sobre seus filhos, a colaboradora me perguntou minha idade e disse que tinha quatro filhos, um deles da

minha idade. Aproveitei a oportunidade para perguntar se eles já tinham trabalhado no AMJG, sobre como era o seu trabalho por lá e a possibilidade de seus ganhos na catação:

Não, nenhum dos meninos trabalharam lá não [sic]. Eu sei que não era um trabalho bom, mas eu também não esperava que eles quisessem ir pra lá, eu mesma não queria que eles fossem pra lá. Meus filhos estudam, não são como eu não, os mais velhos tem uma vida diferente da minha, eu disse pra mim mesma que eles não teriam que viver aquela vida, ainda bem.

O trabalho de catação para muitos dos entrevistados trouxe marcas significativas, no caso da colaboradora C10 o papel dos catadores de materiais recicláveis e da reciclagem é algo que ela não sabe descrever muito bem, ao questioná-la, a mesma diz que nunca parou pra pensar sobre isso. Pergunto a colaboradora sobre o processo de fechamento do AMJG, se ela se recorda de como foi conduzido e se na época ela ainda atuava como catadora.

Foi difícil ele fechar, eu desacreditava, porque desde que o prefeito começou a vir aqui anunciar que teria que fechar a gente pensava que era papo furado, porque todo ano tinha fofoca de fechar e nada. Mas aí, ele fechou e foi bom, porque só assim pra gente poder parar de se humilhar naquele lugar, eu não fui feliz lá não, não tenho saudade de nem um dia lá, nenhum.

Assim como indaguei aos outros colaboradores, pergunto se a entrevistada fez parte da cooperativa que funcionava no aterro na época de seu funcionamento e qual sua opinião sobre o trabalho cooperativado como o que é realizado no Polo de Reciclagem atualmente.

O trabalho do polo é algo que pouca gente entende, porque é um trabalho de um grupo, como uma empresa mesmo, só que com uma família que já trabalhava lá no aterro. Eu tentei fazer parte da cooperativa no lixão, mas era muita confusão e eu não queria perder meu tempo com lorota.

Questiono sobre o recebimento da indenização e sua opinião sobre as promessas do fechamento do AMJG, se teve alguma promessa marcante que a colaboradora gostaria de compartilhar comigo.

Não recebi porque não estava na indicação das listas, só em uma. Na hora de partir o dinheiro uns receberam e outros não. Teve gente que tinha mesmo que ganhar, mas teve outras que é aquilo, ganharam sem ter que ganhar. Era pro bairro [sic] estar igual o outro lado. Olha aqui pro feirão [sic], o que você vê? Você vê comércio, rua asfaltada, comércio e lá dentro? Você não vê nada disso, como se a gente estivesse ali de intruso, só esperando pra nos enxotar.

Para compreender como está a vida da colaboradora C10 em termos de renda, lhe pergunto se atualmente a mesma recebe algum benefício social, se o trabalho como catadora ainda é realizado.

Recebo o benefício do Estado, são 140 reais por mês, mas fora isso não recebo mais nada não, só meus filhos que me ajudam e eu vendo água, refrigerante e faço uns bicos na cooperativa sempre que chamam alguém de fora pra algum serviço em empresa assim.

Aproximamos-nos do fim da entrevista e pergunto sobre seu maior sonho, se há algum sonho que a colaboradora C10 queira realizar:

Posso pensar? Viajar pra algum lugar bonito, ver meus netos crescerem, meus filhos bem, qualquer coisa que os deixem felizes e com saúde é bom pra mim.

Agradei a colaboradora pela nossa conversa e assim como as entrevistas anteriores, cada palavra que ouvi é digerida no caminho para casa, os espaços entre as entrevistas me davam o tempo necessário para realizar as transcrições e visitar os depoimentos. Exatamente por isso, é que as questões aqui apresentadas foram as mais significativas, porque se puderam demonstrar as múltiplas visões sobre um mesmo evento a partir do relato de colaboradores entrevistados em locais diferentes, com memórias, sentidos e emoções diferentes.

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“(...) e aprendi que se depende sempre, de tanta, muita, diferente gente. Toda pessoa sempre é as marcas das lições diárias de outras tantas pessoas e é tão bonito quando a gente entende que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá. E é tão bonito quando a gente sente que nunca está sozinho por mais que pense estar”.*  
(GONZAGUINHA, Caminhos do coração, 1982).

A partir da análise detalhada e ampla das entrevistas realizadas, dos trechos selecionados do que foi dito e também silenciado pelos colaboradores, assim como o debruçar nos documentos coletados e a análise do ambiente estudado pode chegar até aqui, nas considerações finais para essa etapa, mas provisória no que se refere a Jardim Gramacho.

Inicialmente, cabe destacar que para chegar ao objetivo geral “Analisar através da oralidade os impactos do fechamento do Aterro de Jardim Gramacho e suas consequências percebidas pelos catadores que sobreviviam e ainda sobrevivem da venda dos materiais recicláveis” foi necessário percorrer os objetivos específicos desta dissertação, e foi evidenciado que na concepção dos catadores entrevistados o fechamento do AMJG agravou a situação da pobreza do local sem que fossem pensadas as consequências socioambientais acarretadas posteriormente, destacando-se a ausência do mais básico: moradia digna, água potável, saneamento básico e a falta de trabalho.

O funcionamento do AMJG permitiu que muitas famílias tivessem acesso a uma renda proveniente da catação e ao ouvir os depoimentos percebe-se que de fato as pessoas ganharam muito a partir da reciclagem, a questão é a que custo, uma vez que o catador vivia em um modelo de trabalho capitalista que o explorava, submetendo-o ao poder das empresas que se beneficiavam da reciclagem e da remuneração dos donos de depósitos.

Assim, pode concluir quanto ao primeiro objetivo específico - destacar a pobreza e a desigualdade socioambiental que invisibilizam determinados grupos e indivíduos - que a perpetuação

da miséria em Jardim Gramacho foi uma estratégia social, que envolveu durante décadas a máquina da reciclagem com o aval dos governos que passaram pelo poder em Duque de Caxias, posto que faziam com que os trabalhadores fossem subalternizados sem muitos questionamentos, afinal de contas o funcionamento do AMJG não trouxe nenhuma inserção profissional aquela sociedade operária, muito ao contrário, perpetuou gerações de famílias a seguirem o mesmo percurso de trabalho no antigo lixão. Conseqüentemente tais estratégias sociais maquiaram os problemas que o funcionamento do AMJG gerava para aquelas pessoas e que se acentuaram repercutindo até hoje.

Quanto ao segundo objetivo específico - compreender a origem da exclusão social dos catadores de materiais recicláveis no contexto de Jardim Gramacho - é possível destacar a ausência de políticas públicas e sociais ao longo dos anos no local e da ineficiência da inclusão daquelas pessoas em projetos sociais que as priorizassem efetivamente na busca de melhoria de vida.

Por essa razão, sem a intervenção social necessária e tão urgente, é que houve a perpetuação e a submissão de classes menos privilegiadas ao modelo de produção e consumo que se mascararam por trás da “reciclagem”. A reciclagem serviu de ferramenta para a exploração daqueles catadores durante anos e essa mesma exploração auxiliou na redução e no enfraquecimento da participação dos catadores na busca pelos seus direitos, posto que o trabalho cooperativado sempre foi mal visto devido a baixa remuneração devido a divisão dos lucros.

Durante essa dissertação procurei ao máximo me debruçar com o olhar para os resultados, buscando ao menos em parte responder a indagação da pergunta norteadora desta pesquisa. Por essa razão, o terceiro objetivo específico - acentuar o papel e a participação dos catadores em Associações e Cooperativas no AMJG - me ajudou a compreender a visão dos catadores acerca dessa indagação. Sendo assim, há muitos conflitos que envolvem a questão associativista e cooperativista em Jardim Gramacho, variando de acordo com a vivência de cada catador entrevistado, vide os depoimentos dos catadores atuantes no Polo de Reciclagem e os que lá não se encontram.

No que se refere ao modelo cooperativista, é preciso ressaltar ainda, que em Jardim Gramacho a primeira movimentação em prol da criação de uma cooperativa se deu através do interesse da COMLURB e da Queiroz Galvão, sendo um “movimento” com intuito de manter os catadores nas mãos das empresas e no âmbito de promessas que serviam apenas para controlá-los. Por essa razão é como alguns dos entrevistados se mantinham afastados do modelo cooperativista implementado durante o funcionamento do AMJG.

Não me cabe julgar quem tem razão, mas devido à articulação das lideranças - principalmente da COOPERGRAMACHO e da ACAMJG - terem sido cruciais para que a indenização ainda que m

tais condições pudesse ser conquistada, tal como a instalação do Polo de Reciclagem é que foi julgado relevante durante a elaboração desse trabalho de trazer o tema à tona no decorrer das entrevistas.

No que se refere ao “Legado de Gramacho” os catadores que seriam os beneficiados diretos descreveram-no como fictício, visto que não saiu do papel e o “desenvolvimento” prometido não foi alcançado e sequer usufruído, muito ao contrário, aparenta-se que mais pobreza foi gerada, tal como a devastação ambiental, desemprego e assimetrias sociais. Basta observar-se o número de entrevistados beneficiários do Bolsa Família, da citação dos lixões e vazadouros clandestinos, da ausência de emprego formal dos entrevistados e dos poucos catadores atuantes no Polo de Reciclagem que deveria suportar mais catadores do que atualmente.

Acerca do Polo de Reciclagem, observa-se que seu funcionamento também é precário. De acordo com o Layout e as promessas de instalações, o Polo seria um local que teria desde o funcionamento de creches até 8 (oito) galpões para que os catadores pudessem atuar em um espaço organizado e adequado, mas na prática são 4 (quatro) galpões, sendo um deles a céu aberto conforme imagens por satélite disponibilizadas ao longo da dissertação.

Ao usar da História Oral de Vida foi possível que cada catador – desde as lideranças da ACAMJG, até os catadores do Polo e ex-catadores do AMJG - pudessem falar, o que quisessem e como achassem melhor e esse momento foi oportuno devido cotidianamente essas pessoas serem silenciadas, oprimidas, subalternizadas. Nesse contexto, é que a contribuição da História Oral pode ser mais do que percebida e sim vivenciada, pois as vozes dos catadores enfim foram ouvidas.

Embora a realidade de vida dos entrevistados não possa ser modificada por essa pesquisa, pretendeu-se demonstrar a utilidade da história oral como um caminho possível para que as trajetórias dos sujeitos subalternos possam ser (re)conhecidas, visto que há muito a ser dito por essas pessoas. Como sugestões de pesquisas, sugere-se que os outros envolvidos no processo de fechamento do AMJG também sejam ouvidos: os pescadores. No decorrer das entrevistas, tive contato com pescadores que também foram impactados com o fechamento do aterro, uma vez que a empresa que atualmente explora o gás proveniente do chorume é acusada de poluir a Baía de Guanabara e que o TAC não tem sido cumprido.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALLA, M. M. A estratégia de triangulação: objetivos, possibilidades, limitações e proximidades com o pragmatismo. **VI Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade. Brasília/DF**, 2013.

ABDALLA, M. M.; FARIA, A. Engajando com o lado mais sombrio do mercado e da gestão, 2014. Anais do 38º Encontro da Anpad.

ACSELRAD, H. Justiça Ambiental: Narrativas de Resistência ao Risco Social. In: Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores, Brasília: MMA, 2005.

ACSELRAD, H. Vulnerabilidade ambiental, processos e relações. **Comunicação ao II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, FIBGE, Rio de Janeiro**, v. 25, 2006.

ALBERTI, V. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

ALMEIDA, J. R. de. História oral e movimento social: Narrativas públicas / Juniele Rabêlo de Almeida, (organizadora). – São Paulo: Letra e Voz, 2016.

ALMEIDA, V. H. de.; GURGEL, F. F. In: CAVALCANTE, S. ; ELALI, G. A. (Org.) *Psicologia ambiental: Conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente*. Editora Vozes Limitada, 2018. 269 p.

ALVES, M. C. S. de O. A importância da história oral como metodologia de pesquisa. In: IV Semana de História Oral, Universidade Federal de Uberlândia, 2016.

ALVES, J. B. A face oculta do lixo. Londrina: Mecenaz, 2017.

AMBIVERO, M. C. História Oral dos Moradores afetados pelo AHE Simplício – Queda única, Três Rios: Contribuições para a educação ambiental, 2016. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

AMBIVERO, M. C.; LOPES, A. F.; LOUREIRO, C. F. B.. Industrialização e Educação Ambiental escolar: um estudo sobre as demandas, práticas e expectativas de professores da rede pública de ensino do município de Três Rios (RJ). **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 10, n. 1, p. 241-256, 2015.

ANDRADE, M. T. de. O programa CATAFORTE e o trabalho inclui dois provadores de reciclagem: como ambivalências da economia solidária e sem limiar de precarização. 2017

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARONI, M. Ambigüidades e deficiências do conceito de desenvolvimento sustentável. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 14-24, 1992.

BARROS, R. P. de; MACHADO, A. F.; MENDONÇA, R. S. P. de. A desigualdade da pobreza: estratégias ocupacionais e diferenciais por gênero. 1997.

BASTOS, V. Catador profissão: um estudo do processo de construção identitária do catador de lixo ao profissional catador. 2008. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

BASTOS, V. P. O fim do lixão de Gramacho: além do risco ambiental. **O Social em Questão**, v. 33, p. 265-288, 2015.

BASTOS, V. P. Estudo dos impactos socioeconômicos e ambientais na vida dos catadores de materiais recicláveis pós-encerramento do lixão de gramacho. 2016. Tese de Doutorado. PUC-Rio.

BASTOS, V. P.; MAGALHÃES, A. O. Lixão de Gramacho: Impactos do encerramento para os catadores. *Temporalis*, v. 16, n. 31, p. 379-398, 2017.

BASTOS, V. P. OS SENTIDOS DO TRABALHO INVISIBILIZADO DOS CATADORES NA REALIDADE FLUMINENSE. **Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social**, v. 1, n. 1, 2019.

BAUMAN, Z. Entrevista para Zahar. Disponível em: <https://zahar.com.br/blog/post/entrevista-zygmunt-bauman-2> Acessado em: 02 out. 2019.

BOSI, A. (org.). Tempo e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOSI, A. de P. The capitalist organization of "informal" work: the recycled garbage pickers case. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 67, p. 101-116, 2008.

BOYER, Robert. Estado, mercado e desenvolvimento: uma nova síntese para o século XXI?. **Economia e Sociedade**, v. 8, n. 1, p. 1-20, 1999.

BRAGA, N. L.; LIMA, D. M. A.; MACIEL, R. H. "Sobrevivendo só da misericórdia": a vivência de catadores de materiais recicláveis. *CES Psicología*, v. 9, n. 1, p. i-xiii, 2016.

BRASIL. Lei nº12. 305 de 2010. Política Nacional de Resíduos Sólidos.

BRITSCHGY, L. F. C. Economia solidária e catadores (as) de materiais recicláveis: análise das ações e políticas públicas em Rio Claro-SP no período de 2009 à 2018. 2018.

BRUNDTLAND, G. H. (Org.) Nosso futuro comum. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

CÁRCAMO, M. I. C.; DE OLIVEIRA, R. M.; DA CUNHA, M. B. Configuração socioespacial e problemas de saneamento em uma periferia metropolitana: o caso do bairro Jardim Gramacho–Duque de Caxias. **Ágora**, v. 20, n. 2, p. 77-89, 2018.



CARVALHO, I. C. Movimentos sociais e políticas de meio ambiente. A educação ambiental aonde fica? In: FÓRUM DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 3, 1995, São Paulo. Cadernos... São Paulo: Gaia, 1995.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. Cortez editora, 2018.

COHN, Amélia. As políticas sociais no governo FHC. **Tempo Social**, v. 11, n. 2, p. 183-197, 1999.

COPETTI, C.; LOTTERMANN, O. Em busca da justiça ambiental e do desenvolvimento sustentável na sociedade de risco. **Desenvolvimento em Questão**, v. 8, n. 15, p. 133-152, 2010.

CORTES S. M. V. Técnicas de coleta e análise qualitativa de dados. Cadernos de Sociologia, v.9 Porto Alegre, jan/jul 1994, p. 11-47.

COSTA, W. B.; CHAVES, M. R. Informalidade e precarização do trabalho de catação de materiais recicláveis no Brasil: pontos para debate. **Proceedings of XIII Jornada do Trabalho Proceedings of XIII Jornada do Trabalho**, 2012.

COSTA, C. M.; PATO, C.. A constituição de catadores de material reciclável: a identidade estigmatizada pela exclusão e a construção da emancipação como forma de transcendência. Capítulo 4. **Catadores de Materiais recicláveis: um encontro nacional**. Rio de Janeiro: IPEA, p. 99-122, 2016.

CRESWELL, J. W.; CLARK, V. L. P. **Pesquisa de Métodos Mistos-: Série Métodos de Pesquisa**. Penso Editora, 2015.

DA COSTA, E. F. S.; DE ALMEIDA SILVA, G.; CORREIA, N. de L. F. Cooperativas no capitalismo contemporâneo: possível chave para a reestruturação produtiva. **Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social**, v. 1, n. 1, 2017

DAGNINO, E. (Org.) *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1994. p. 279-301.

DAGNINO, R. de S.; JOHANSEN, I. C. Os Catadores no Brasil: características demográficas e socioeconômicas dos coletores de material reciclável, classificadores de resíduos e varredores a partir do censo demográfico de 2010, 2017.

DA SILVA, H.; ROLKOUSKI, E. A(S) VOZ(ES) DO PASSADO – HISTÓRIA ORAL: PAUL THOMPSON X PHILIPPE JOUTARD. Anais do II SIPEQ – Seminário Internacional de Pesquisa e Estudos Qualitativos, 2004.

DE REZENDE MEDEIROS, L. F.; MACÊDO, K.B.. Profissão: catador de material reciclável, entre o viver e o sobreviver. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 3, n. 2, 2006.

DE SOUZA, R. A. Gestão compartilhada da miséria: estudo genealógico sobre sustentabilidade e situação de catadores de materiais recicláveis nos BRICS. **ECOPOLÍTICA**, n. 22, 2018.

DIEGUES, A. C. S. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. **São Paulo em perspectiva**, v. 6, n. 1-2, p. 22-29, 1992.

DOS SANTOS ALENCAR, T.; ROCHA, J. P. M.; DA SILVA, R. V. Política Nacional de Resíduos Sólidos e os catadores de materiais recicláveis: estudo de caso de cooperativas nos municípios do estado do Rio de Janeiro. *Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades*, v. 3, n. 20, 2015.

FERREIRA, J. A.; ANJOS, L. A. Aspectos de saúde coletiva e ocupacional associados à gestão de resíduos sólidos municipais. *Cadernos de Saúde Pública*. Vol. 17, n. 3, p. 689-696, 2001.

FERREIRA, R. G. P. S. et al. Condições de saúde e estilo de vida dos catadores de resíduos sólidos de uma cooperativa da Ceilândia, no Distrito Federal: Um olhar acerca dos determinantes sociais e ambientais de saúde. *Catadores de Materiais Recicláveis– um encontro nacional*. 1st edition. Rio de Janeiro. Brazil: Ipea, p. 151-68, 2016.

FÓRUM COMUNITÁRIO DE JARDIM GRAMACHO. Dados coletados em campo sobre Jardim Gramacho (2019).

FLEURY, M. T. L.; WERLANG, S. R. da C.. Sessão I-Rigor Metodológico nas Diversas Áreas de Conhecimento. 2017.

FREHSE, F. Ô da rua. O transeunte e o advento da modernidade em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2011.

FREIRE, P. Conscientização – Teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2005.

FREY, K. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. **Ambiente & Sociedade**, v. 9, n. 2, p. 115-143, 2001.

GALON, T.; MARZIALE, M. H. P. Condições de trabalho e saúde de catadores de materiais recicláveis na América Latina: uma revisão de escopo. *Catadores de Materiais Recicláveis*, p. 169, 2016.

GATTAI, S. As competências dos empreendedores solidários: estudo com catadores em cooperativas de coleta e tratamento de resíduos sólidos em São Bernardo do Campo. 2014. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo, v. 5, 2002.

GOMES, L. C. M. A Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Jardim Gramacho– COOPERGRAMACHO: uma nova identidade social a partir do trabalho cooperativo. In: *Anais do XVII Congresso Nacional do CONPEDI*. Brasília. 2008. p. 7976-7990.

GÓMEZ, J. R. M. Crítica ao conceito de desenvolvimento. *PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho*, v. 3, n. 1, 2002.

GONÇALVES, M. Transformações e permanências no trabalho de catação: organização e precarização. *Revista Pegada Eletrônica, Presidente Prudente*, vol. especial, 31 julho 2011.

GONÇALVES, L. M. A.; FREITAS, R. F.. Consumo e lixo: aspectos (in) visíveis no discurso ambiental, 2013.

GONÇALVES, C. V.; MALAFAIA, G.; CASTRO, A. L.; VEIGA, B. G. A. A vida no lixo: um estudo de caso sobre os catadores de materiais recicláveis no município de Ipameri, GO. *Holos*. Vol. 2, p. 1-13, 2013.

GOTHARDO, J.. O olhar sobre o outro descartável: A representação da categoria dos catadores de materiais recicláveis na mídia. *Razón y palabra*, n. 90, p. 40, 2015.

GUEDES-PINTO, A. L. Rememorando trajetórias da professora – alfabetizadora: a leitura como prática constitutiva de sua identidade e formação profissional. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

GIDDENS, A. *Modernidade e identidade*. Zahar, 2002, 236 p. Tradução Plínio Dentzien.

HERCULANO, S. Riscos e desigualdade social: a temática da Justiça Ambiental e sua construção no Brasil. I Encontro da ANPASS, Indaiatuba: SP, 2002.

HERCULANO, S. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. *INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*, v. 3, n. 1, p. 1-20, 2008.

HIGUCHI, M. I. G.; THEODOROVITZ, I.J.. Territorialidade(s). In: CAVALCANTE, S. ; ELALI, G. A. (Org.) *Psicologia ambiental: Conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente*. Editora Vozes Limitada, 2018. 269 p.

IBASE. Diagnóstico Social de Jardim Gramacho. Rio de Janeiro, 2005.

IBGE, Portal institucional. Dados das Cidades e Estados. Duque de Caxias. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/duque-de-caxias.html>? Acessado em 04 ago. 2019.

IETS. Estratégia de desenvolvimento urbano, socioeconômico e ambiental para o entorno do aterro metropolitano de Jardim Gramacho: diagnóstico socioeconômico de Jardim Gramacho. Rio de Janeiro, 2011.

IPEA, Diagnóstico sobre Catadores de Resíduos Sólidos - Relatório de Pesquisa. 2011. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/120911\\_relatorio\\_catadores\\_residuos.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/120911_relatorio_catadores_residuos.pdf) Acesso em: 02 set. 2019.

JACOBI, P. Dilemas socioambientais na gestão metropolitana: do risco à busca da sustentabilidade urbana. *Revista de Ciências Sociais - Política & Trabalho*, v. 25, p. 115-134, 2006.

- JACOBI, P. R.; TRISTÃO, M.; FRANCO, M. I. G. C. A função social da educação ambiental nas práticas colaborativas: participação e engajamento. **Cad. Cedes, Campinas**, v. 29, n. 77, p. 63-79, 2009.
- JOUTARD, P. *Esas vocês que nos llegan del pasado*. Trad. Pasternac, n.2ª Ed. Fondo de Cultura Económica, 1999.
- LAURENT, C. Desigualdades sociais, pobreza e desenvolvimento sustentável: Novas questões relacionadas aos modelos de conhecimento que fundamentam a ação política. **Política & Sociedade**, v. 8, n. 14, p. 145-180, 2009.
- LAVINAS, L. Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. 2003.
- LAYRARGUES, P. P. Educação ambiental com compromisso social: o desafio da superação das desigualdades. *Repensar a educação ambiental: um olhar crítico*. São Paulo: Cortez, p. 11-31, 2009.
- LAYRARGUES, P. P. A crise ambiental e suas implicações na educação. **Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente**, v. 2, p. 159-196, 2002.
- LIMA, J. C. Cooperativas, trabalho associado, autogestão e Economia Solidária: a constituição de um campo de pesquisa no Brasil. In: GEORGES, Isabel; LEITE, Márcia de Paula. *Novas configurações do trabalho e economia solidária*. São Paulo: Annablume, 2009.
- LIMA, M. R. P. Paradoxos da formalização: a inclusão social dos catadores de recicláveis a partir do caso do encerramento do aterro de Jardim Gramacho (RJ). *Horizontes Antropológicos*, n. 50, p. 145-180, 2018.
- LITTLE, P. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: BURSZTYN, M. (Org.) *Difícil sustentabilidade*. Política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- LOPES, M. V. C. A condição de trabalho da mulher catadora em materiais recicláveis da rede de catadores na cidade de Fortaleza: trabalho e pobreza, estudo realizado. 2014. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Ceará.
- LOPES, V. F. M. Território, identidade socioterritorial, conflito e (in)justiça socioambiental. In: ADDOR, F.; HENRIQUES, F. C. (Org.) *Tecnologia, participação e território: reflexões a partir da prática extensionista*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.
- LOPES, A. F.; AMBIVERO, M. C. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O PAPEL GESTOR AMBIENTAL. *Diversidade e Gestão* 1(1): 51-56. 2017. Volume Especial Gestão Ambiental: Perspectivas, Conceitos e Casos.
- LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental e gestão participativa na explicitação e resolução de conflitos. *Gestão em Ação, Salvador*, v. 7, n. 1, p. 37-50, jan.- abr. 2004.
- LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental crítica: contribuições e desafios. **Conceitos e práticas em educação ambiental na escola**, p. 65, 2007.

LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P. Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. **Trabalho, educação e saúde**, v. 11, n. 1, p. 53-71, 2013.

LOURO, G. L. A história (oral) da educação: algumas reflexões. **Em Aberto**, v. 9, n. 47, 2008.

LÖWY, M. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. **Revista outubro**, v. 1, n. 01, p. 70-80, 1995.

LUTINSKI, J. A. et al. CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: PERFIL SOCIAL E RISCOS À SAÚDE ASSOCIADOS AO TRABALHO. *Hygeia*, v. 13, n. 24, p. 162-174, 2017.

MAFFEZZOLLI, E. C. F.; BOEHS, C. G. E. Uma reflexão sobre o estudo de caso como método de pesquisa. **Revista da FAE**, v. 11, n. 1, 2008.

MARCONI, M. de A. et al. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, R. A. Princípios da pesquisa científica. In: MIGUEL, P. A. M (Org.) Metodologia de pesquisa em engenharia de produção e gestão de operações. Rio de Janeiro, Elsevier, 2010, p. 5-29.

MARX, K. Para a Crítica da Economia Política (Coleção Os Pensadores). **São Paulo**, 1999.

MATTAR, F. N.; OLIVEIRA, B.; MOTTA, S. **Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento, execução e análise**. Elsevier Brasil, 2014.

MEIHY, J. C. S. B.. Manual de história oral. 4º edição. São Paulo: Loyola, 2002.

MEIHY, J. C. S. B.; RIBEIRO, S. L. Salgado. Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias. 2011.

MEIRELES, P. A. Ações administrativas e participação especial em cooperativa agropecuária: um estudo de caso em Minas Gerais. Lavras: Esal, 1981. 81p. (Dissertação de Mestrado).

MELIM NEVES, L. et al. CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: PERFIL SOCIAL E RISCOS À SAÚDE ASSOCIADOS AO TRABALHO. *Hygeia: Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde*, v. 13, n. 24, 2017.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde. 9ª edição revista e aprimorada. São Paulo: Hucitec; 2006. 406 p.

MORAIS, P. T. D. (2016). Apontamentos sobre a história oral como técnica, método e metodologia de pesquisa. *Relevâncias – Revista de Geografia*. São Paulo. Ano 1. Nº 1. Jan/Jun de 2016.

NASCIMENTO, E. P. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. In: BURSZTYN, M. (Org.) No meio da rua: nômades excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. p. 56-87.

NASCIMENTO, A. G. do. Relações de gênero e sustentabilidade com mulheres catadoras de materiais recicláveis em uma Associação em Natal/RN. 2018. Dissertação de Mestrado.

NETO, A. de F. P.; MACHADO, B. A.; MONTENEGRO, A. T.. História Oral no Brasil: uma análise da produção recente (1998/2008). **História Oral**, p. 113-126.

OLIVEIRA, C. P. Lixo: problemas, caminhos possíveis e práticas diárias na percepção do cidadão. 2011. Dissertação de Mestrado.

ONG TETO. Relatório de Enquetes Jardim Gramacho (2013). Disponível em: <https://docplayer.com.br/6913123-Relatorio-enquetes-jardim-gramacho-2013.html> Acessado em 04 ago. 2019.

ONG TETO. Dados coletados em campo sobre Jardim Gramacho (2019).

ORLANDI, E. P. Análise de Discurso: princípios e procedimentos / Eni P. Orlandi. 12ª edição, Pontes editores, Campinas, São Paulo, 2015.

PAIVA, C. C. As relíquias do lixão: mulheres catadoras e o engenhoso trabalho de cooperar e resistir. 2017.

PAUGAM, S. et al. Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam. Ed. Maura Pardini Bicudo Vêras – São Paulo: EDUC, 1999. 142 p.

PEREIRA, M. J. A.; SOUZA, A. B. Cooperativismo ou capitalismo disfarçado? uma breve análise das cooperativas agrícolas em Roraima. **Revista de Administração de Roraima-RARR**, v. 3, n. 1, p. 59-81, 2013.

PNUD. Relatório de Desenvolvimento Humano 2016. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/2016-report> Acesso em: 22 set. 2019.

PNUD. Relatório de Desenvolvimento Humano 2018. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/2018-update> Acesso em: 22 set. 2019.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. Estudos Históricos FGV. V.5, n 10, p.200-2012,1992.

PORTO, M. F. S; FREITAS, C. M; BARCELLOS, C. In: ACSELRAD, H. (Org). Conflito social e meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.

PORTELLI, A. F. História oral como gênero. Projeto História, São Paulo, nº 14, p. 25-39, fev, 1997.

PRESTES, M. L. de M. A pesquisa e a constituição do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia. 3ª Edição. São Paulo: Rêspel, 2007.

RODRIGUES, A. S. et al. Análise das repercussões sociais do processo de desativação do Aterro Controlado de Jardim Gramacho em Duque de Caxias. 2014. Tese de Doutorado.

- RODRIGUES, A. M. Produção e consumo do e no espaço: Problemática ambiental urbana. São Paulo: Hucitec, 1998. 238p.
- ROSA, T. da S. et al. A educação ambiental como estratégia para a redução de riscos socioambientais. *Ambiente & Sociedade*. São Paulo, v. 18, n. 3, p. 211-230, 2015.
- SANTANA; M. A., ESTEVEZ, A. Trabalho, memórias e identidades: os usos do passado na experiência da cidade do aço. In: ALMEIDA, J. R. de. *História oral e movimento social: Narrativas públicas / Juniele Rabêlo de Almeida, (organizadora)*. – São Paulo : Letra e Voz, 2016.
- SANTOS, M (1993). *A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA*. São Paulo, Ed. Hucitec, 157 pgs.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 2000.
- SANTOS, M. O. Estado, os Monopólios e a Macroestruturação do Espaço. \_\_\_\_\_. *O espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- SANTOS, E L. et al. Desenvolvimento: um conceito em construção. **DRd-Desenvolvimento Regional em debate**, v. 2, n. 1, p. 44-61, 2012.
- SANTOS, E. & B., V. & S., R. & B., A. (2012). **DESENVOLVIMENTO: UM CONCEITO MULTIDIMENSIONAL**.
- SANTOS, D. B. dos. *Catadores de reconhecimento: a dimensão do reconhecimento social dos catadores de materiais recicláveis da ARCAN-Erechim/RS*. 2018.
- SCALON, C. Desigualdade, pobreza e políticas públicas: notas para um debate. **Revista Semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar**, v. 1, n. 1, p. 49, 2011.
- SIEDENBERG, D. R. Desenvolvimento: ambigüidades de um conceito difuso. **Desenvolvimento em questão**, v. 2, n. 3, p. 9-26, 2004.
- SILVA, E. L. D; MENEZES, E. M. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. 3. ed. rev. atual. – Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2005.
- SILVA, M. C. *Trabalho e saúde dos catadores de materiais recicláveis em uma cidade do sul do Brasil*. Universidade Federal de Pelotas, RS. 2006. Tese de Doutorado.
- SOUZA, J. 2003. *A construção social da subcidadania: para uma Sociologia Política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: UFMG.
- TADEU, H. F. B. et al. *Logística reversa e sustentabilidade*. São Paulo: Cengage Learning, 2014.
- THOMPSON, P. *A voz do passado: História oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- THOMPSON, P. *A voz do passado: História oral*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

TUZZO, S. A.; BRAGA, C. F. O processo de triangulação da pesquisa qualitativa: o metafenômeno como gênese. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 4, n. 5, p. 140-158, 2016.

VEIGA, J. E. da. Neodesenvolvimentismo: quinze anos de gestação. **São Paulo perspect**, p. 83-94, 2006.

VILAÇA, N. M. A IMPLANTAÇÃO DO PORTO DO AÇU: UM ESTUDO DE CASO SOBRE OS CONFLITOS AMBIENTAIS DO 5º DISTRITO - SÃO JOÃO DA BARRA/RJ. Dissertação de mestrado, 2017. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

VILANOVA, M. Pensar a subjetividade, estatísticas e fontes orais. História Oral e Multidisciplinaridade. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.

XEREZ, A. Mãe Rampa: os impactos do encerramento do aterro metropolitano de Jardim Gramacho nos catadores de materiais recicláveis. 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia) –Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

ZEELAN, A. J. W. M. V. Economia solidária e desenvolvimento humano: um estudo da sustentabilidade de empreendimentos econômicos solidários e das condições de vida de catadoras e catadores de materiais recicláveis. 2016.

## **APÊNDICE 1:**



## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

**Título do Estudo:** O Legado de Gramacho: A miséria sob o manto da invisibilidade e a Educação ambiental como ferramenta para o enfrentamento dessa crise

**Equipe do Projeto:** Bárbara Oliveira de Moraes (Mestranda do Programa de Pós- graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável / UFRRJ);

**Orientador:** Alexandre Ferreira Lopes (UFRRJ).

**Instituição Responsável pela Realização do Estudo:** Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO INSTITUTO  
DE FLORESTA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS EM DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (De acordo com a  
Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde).

Eu, \_\_\_\_\_ livre mente participo da pesquisa: **O LEGADO DE GRAMACHO: A MISÉRIA SOB O MANTO DA INVISIBILIDADE E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO FERRAMENTA PARA O ENFRENTAMENTO DESSA CRISE**, do trabalho de mestrado de Bárbara Oliveira de Moraes, sob a responsabilidade do Prof. Dr. Alexandre Ferreira Lopes, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ e da mestranda Bárbara Oliveira de Moraes.

Estou ciente do que se segue:

**Objetivo da pesquisa:** Analisar através da oralidade os impactos do fechamento do Aterro de Jardim Gramacho e suas consequências percebidas pelos catadores que sobreviviam e ainda sobrevivem da venda dos materiais recicláveis.

**Participação:** Sua participação nesta pesquisa consistirá nas respostas às perguntas formuladas.

**Riscos:** Há riscos mínimos como cansaço, desconforto pelo tempo gasto ao responder as questões propostas, e ao lembrar algumas sensações diante do vivido. Se isto ocorrer você poderá interromper a entrevista e retomá-la posteriormente, se assim o desejar.

**Benefícios:** Os benefícios para os integrantes desta pesquisa serão indiretos, pois as informações coletadas fornecerão subsídios para a construção de conhecimento na área, bem como para novas pesquisas a serem desenvolvidas sobre essa temática.

**Privacidade:** Os nomes dos entrevistados, assim como os demais dados serão confidenciais. Os resultados coletivos serão codificados e divulgados em relatórios e publicações científicas. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu (NOME)

---

estou de acordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

Duque de Caxias, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste sujeito de pesquisa ou representante legal para a participação neste estudo.

---

Bárbara Oliveira de Moraes

Mestranda no Programa em Práticas em Desenvolvimento Sustentável da  
UFRRJ Telefone: (21) 98694-5679

**ANEXO 1 – APROVAÇÃO PELO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA:**

---

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Pesquisa é muito importante para mostrar o que ocorreu com os indivíduos que sobreviviam do aterro sanitário e se o governo cumpriu com o prometido na Rio +20, de contratar e incluir os catadores.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Os termos obrigatórios estão de acordo com a resolução 466/2012.

**Recomendações:**

Recomendo que os resultados sejam divulgados em revistas e congressos.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Não há pendências.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Prezado pesquisador,

O Comitê de Ética em Pesquisa da UNIGRANRIO atendendo o previsto na Resolução 466/12 do CNS/MS APROVOU o referido projeto na reunião ocorrida em 19 de setembro de 2019. Caso o (a) pesquisador (a) altere a pesquisa será necessário que o projeto retorne ao Sistema Plataforma Brasil para uma futura avaliação e emissão de novo parecer. Lembramos que o (a) pesquisador (a) deverá encaminhar o relatório da pesquisa após a sua conclusão, como um compromisso junto a esta instituição e o Sistema Plataforma Brasil.

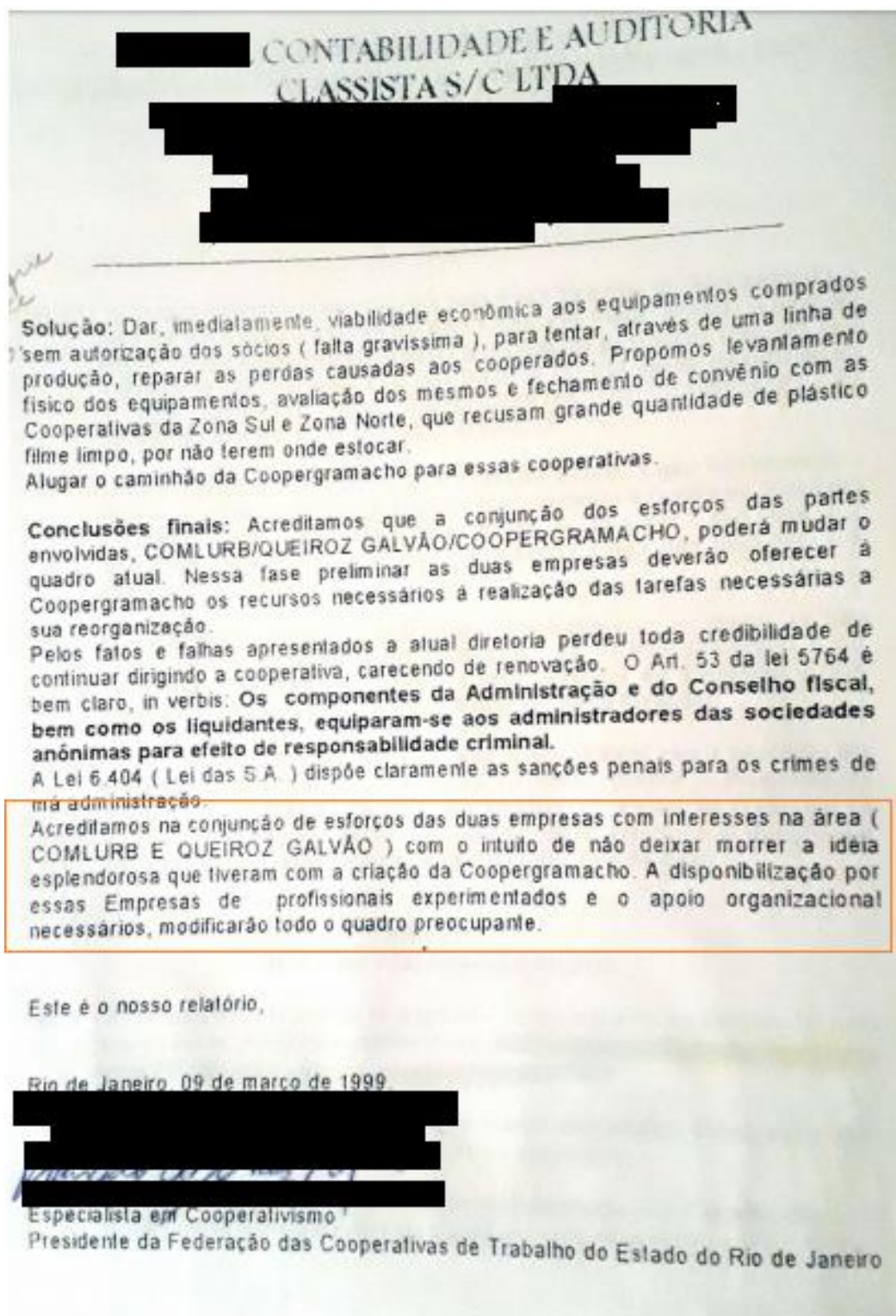
Atenciosamente.

CEP/UNIGRANRIO.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1290196.pdf	17/08/2019 20:04:06		Aceito
Outros	CARTAANUENCIA.pdf	17/08/2019 20:03:39	BARBARA OLIVEIRA DE MORAIS	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	17/08/2019 20:02:34	BARBARA OLIVEIRA DE MORAIS	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	17/08/2019	BARBARA OLIVEIRA	Aceito

**ANEXO 2 – CRIAÇÃO DA COOPERGRAMACHO A PARTIR DA COMLURB/QUEIROZ GALVÃO E DOCUMENTOS COM PROMESSAS DE MELHORIA PARA OS CATADORES NA DÉCADA DE 90:**





CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S.A.



- **DIA:** 15/05/96 - (4ª. feira) - das 7:30 às 8:30 horas
- **LOCAL:** Entrada do Aterro Sanitário

A Construtora Queiroz Galvão S.A., responsável pela Recuperação e Operação do Aterro Sanitário de Gramacho, convida a todos os catadores para reunião geral sobre a formação da Cooperativa, conforme assunto de discussão a seguir :



Companhia Municipal de Limpeza Urbana  
Rua Major Avila, 258  
CEP. 20.513-900 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

• Obras de Recuperação e Operação do Aterro.

Novas condições de trabalho e disciplina dos catadores organizados em Cooperativa .



Assuntos da reunião:

- 1º - Informações da Prefeitura/Comlurb/Queiroz Galvão sobre as obras de modernização do Aterro de Gramacho, com a exibição de um filme referente às experiências das Cooperativas de Catadores no Rio de Janeiro.
- 2º - Discussão sobre a melhoria das condições de trabalho e disciplina dos catadores organizados através da sua Cooperativa.
- 3º - Formação de uma Comissão representativa dos catadores pró-formação da Cooperativa de todos os catadores do Aterro Sanitário de Gramacho.

## O que vai melhorar nas condições de trabalho e de vida dos catadores organizados na sua cooperativa:

### 1º - Construção de um galpão central com as seguintes instalações :

- Banheiros para homens e mulheres
- Duchas de banho para homens e mulheres
- Mini posto de primeiros socorros e de prevenção contra acidentes de trabalho
- Local para armazenamento dos materiais reciclados
- Módulos com esteira de catação, em áreas cobertas

### 2º - Vestuários e equipamentos de segurança de trabalho :

- Uniformes
- Crachás de identificação
- Botas
- Luvas

### 3º - Plano de apoio social proporcionado através da Cooperativa :

- Fornecimento de quentinhas para os dois turnos, através do SESI
- Orientação e ajuda aos cooperados para tirar documentos pessoais
- Orientação e apoio para matrículas dos filhos menores dos catadores cooperados em creches e escolas
- Plano de seguro contra acidentes de trabalho
- Autonomia do INSS para efeito de aposentadoria
- Outros aportes sociais

### 4º - Maior ganho financeiro para os catadores cooperativados:

- Venda dos materiais catados por melhor de mercado, através da Cooperativa
- per*

## CONVOCAÇÃO

Convocamos todos os companheiros catadores dos turnos do dia e da noite para a formação da COOPERATIVA DE CATADORES DO ATERRO SANITÁRIO DE GRAMACHO, com apoio da Comlurb/Construtora Queiroz Galvão S/A.

### ASSEMBLÉIA GERAL

- Dia 5 de junho de 96, das 07:30 às 8:30 horas
- Local : Entrada do Aterro

### Pauta de discussão :

#### 1ª - Informações preliminares :

- Informes da Comissão sobre o andamento da Formação da Cooperativa;
- Exibição de filme com experiências de Cooperativas de Catadores da Cidade do Rio de Janeiro.

#### 2ª - Avaliação das mudanças no trabalho de catação, com as obras de remodelação do Aterro :

O que piorou e o que vai melhorar para os catadores, tanto do ponto de vista econômico como o social, com a formação da Cooperativa.

#### 3ª - Prioridades para a formação legal da Cooperativa :

- Elaboração do anteprojeto do Estatuto Social da Entidade;
- Funções e fortalecimento da Comissão Provisória Pró-Cooperativa.

#### 4ª - Assuntos gerais.

Assinam :

Catadores e membros da Comissão Provisória pró-formação da Cooperativa

Julio Cesar da Silva Gonçalves, Paulo Roberto Lourençim de Souza, José Geraldo de Freitas, Antonio dos Santos, Cleonice Berni, Edson de Oliveira Santos, José Severino da Silva, Saldano Francisco Generoso, Berone Santana Amaral, Manoel Barros da Silva, Maria de Lourdes, Maria da Penha, Maria Gertruda, Messias da Silva, João Geraldo dos Santos, José do Nascimento, Adnan Bastos Ferreira, Paulo Francisco da Silva e Jorge José Liribares

Apoio:



Companhia Municipal de Limpeza Urbana  
Rua Major Ávila, 338  
CEP. 20.519-900 - Rio de Janeiro - Brasil



Construtora Queiroz Galvão



## **Tarefas prioritárias para a constituição legal da Cooperativa de Catadores do Aterro de Gramacho:**

### **1) FUNDACÃO:**

- Relação do maior número possível de membros fundadores com documentação pessoal (identidade e CPF)
- A Fundação da Cooperativa tem que ter no mínimo 21 sócios fundadores, na condição de catadores autônomos, com interesses e objetivos comuns, segundo a Lei Federal nº 5 764/71, que regulamenta o funcionamento do cooperativismo no Brasil. O número máximo de sócios é ilimitado
- A Fundação da Cooperativa é dirigida por uma Comissão Provisória, apoiada e supervisionada pela QUEIROZ GALVÃO/COMLURB, com as seguintes tarefas:
  - a) - Convocar as Assembléias Gerais para discutir a fundação da Cooperativa, com ampla divulgação,
  - b) - Apresentação e discussão do anteprojeto do Estatuto Social da entidade, com a sua aprovação em Assembléia Geral, convocada especialmente para este fim, fundadores,
  - c) - Fazer ata da Assembléia Geral oficial de fundação da Cooperativa, acompanhada da assinatura de todos os sócios fundadores,
  - d) - Compete a Comissão Provisória, proclamar a fundação da Cooperativa, com eleição a sua primeira Diretoria, dando posse a mesma,

### **2) LEGALIZAÇÃO:**

- Registro na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro,
- Registro no Corpo de Bombeiros,
- Alvará de localização da Prefeitura Municipal,
- Registro na Organização das Cooperativas do Estado Rio de Janeiro.

Obs.: Os registros só podem ser feitos com a Ata de Fundação da Cooperativa, Estatuto Social devidamente aprovado, lista de presença dos sócios fundadores e a qualificação civil dos membros da Diretoria (endereço de residência, identidade e CIC).

### **3) OPERACIONALIZAÇÃO:**

- Local para funcionamento da Cooperativa
- Equipamentos para fazer funcionar a Cooperativa
- Uniformes e crachás de identificação,
- Orientações e cursos de assistência técnica operacional
- Orientações junto a indústria de reciclagem compradora dos materiais da Cooperativa

**Construtora Queiroz Galvão S.A.**

RIO DE JANEIRO  
Avenida Rio Branco, 156 - Cx. 2037 - CEP 20.041  
FAX 202.2093 - FAX 10211.240.9367 - TELEX 21.21712

RECIFE  
Rodovia BR-101 Km 02 nº 7123 - Dou Amélia - CEP 52.071  
FAX 441.1639 - FAX 10811.441.2042 - TELEX 81.1460

**queiroz galvão**

Duque de Caxias, 04 de julho de 1996.

Sr. Presidente,

A Construtora Queiroz Galvão em parceria com a Companhia Municipal de Limpeza Urbana-COMLURB, desde janeiro/96, vem investindo no processo de recuperação do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho no sentido de transformá-lo em Aterro Sanitário, entretanto há alguns anos, a cultura de trabalhadores na frente do vazamento de lixo / foi instalada, o que conseqüentemente o descaracterizou gerando / campos de trabalho e atraindo assim várias pessoas, que hoje encontram na catação de lixo, sua única fonte de sobrevivência.

Neste sentido, foi implantado em fevereiro/96 o Programa de Promoção Social, cuja finalidade é trabalhar a população de Catadores / para estruturarem uma cooperativa de material reciclável.

A equipe que desenvolve o trabalho é composta por uma socióloga e três assistentes sociais, que ao estudarem a área e realizarem o trabalho de campo, identificaram a presença de 960 pessoas entre / crianças, jovens, adultos e idosos e deste contingente 40% não estão munidas de documentação, o que vem inviabilizando, segundo a lei nº 5764/71 a oficialização e regulamentação do processo cooperativista.

Sendo assim, solicitamos à V. Sa., a possibilidade da instalação / do programa de ação social desta conceituada Instituição, no tocante à expedição de documentos, isto é, Registro Civil de Nascimento, carteira de Identidade, Carteira de Trabalho e Previdência Social, na garantia de assegurar a esta população o seu direito de cidadania.

Em nome de sua compreensão, desde já agradecemos, nos colocando a disposição de V. Sas. para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

Construtora Queiroz Galvão S/A.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocamos todos companheiros catadores dos turnos do dia e da noite, para a Assembléia Geral de fundação oficial da Cooperativa de Catadores do Aterro Sanitário de Jardim Gramacho, conforme dia, hora, local e pauta de discussão abaixo:

**DIA: 14 de Agosto/96 (4ª feira) - 9:00 horas**

**LOCAL: Entrada do Aterro**

### PAUTA DE DISCUSSÃO DA ASSEMBLÉIA:

- 1º - Apresentação e aprovação do Estatuto Social da Cooperativa
- 2º - Eleição da Diretoria
- 3º - Assuntos gerais

Rio de Janeiro, 26 de julho de 1996

**Assina:**

**Comissão Organizadora pró-formação da Cooperativa**

Apoio:



Companhia Municipal de Limpeza Urbana  
Rua Major Ávila, 358  
CEP. 20.519-900 - Rio de Janeiro - Brasil



Construtora Queiroz Galvão

**1º - Com direito a voz e voto:**

- Todos os catadores com documentação (identidade e CIC), que os qualificam como cidadãos em condições legais de constituição de uma entidade civil;
- Os catadores qualificados civilmente poderão votar e serem votados, assinando a ata de fundação da Cooperativa para efeito de registro da mesma, em cartório;

**2º - Com direito a voz:**

- Todos os catadores sem documentação poderão participar da Assembléia Geral de fundação da Cooperativa, votando apenas para demonstrarem sua concordância com a fundação da mesma;
- Serão sócios fundadores da Cooperativa, na condição de pré-cooperados, até a regularização de sua documentação, com apoio da equipe de profissionais da Comlurb/Queiroz Galvão.

**3º - Critérios de votações:**

- Em todas as votações serão utilizados 2 critérios:
  - a) Catadores com pleno direito de voz e voto, portando o crachá vermelho;
  - b) Catadores na condição de pré-cooperados, portando crachá branco, votando apenas informalmente sua concordância com a Cooperativa.

## ASSEMBLÉIA GERAL DE FUNDAÇÃO RAMACHO

### 4º - Critérios para indicação de chapas para concorrer à eleição da Diretoria da Cooperativa:

- Apresentação de chapa com todos os nomes que comporão a Diretoria, em bloco;
- Prazo para inscrição de chapas: até um dia antes da Assembléia, com a Comissão de Apoio instalada na sala das Assistentes Sociais.

### 5º - Depois de votado e aprovado o Estatuto Social e a Diretoria da Cooperativa, a Assembléia Geral votará a criação de duas Comissões extra-estatutárias:

- a) Comissão representativa e de trabalho de todos os pré-cooperados menores;
- b) Comissão representativa e de trabalho de todos os catadores de maior idade, sem documentação, na condição de pré-cooperados.



*Tenha pleno direito de voz e voto na Cooperativa !  
tire seus documentos,  
seja cidadão.*

**ANEXO 3 – LISTAS REALIZADAS EM 96 E 98 PARA LEVANTAMENTO DO QUANTITATIVO DE CATADORES NO AMJG:**



## URGENTE

De : [REDACTED]

Para : [REDACTED]

a/c : [REDACTED]

Fax : [REDACTED]

Atendendo solicitação COMLURB/QUEIROZ GALVÃO, referente à construção do módulo de catação/implementação da Cooperativa de catadores usuários do aterro, informo :

- 1) Foram cadastrados 960 catadores .Os dados tabulados e analisados com as estratégias necessárias a implementação da cooperativa/atendimento a grupos específicos fazem parte do relatório : população usuária do AMG , em fase de finalização :
  - 2) Período de maio/junho - Desenvolveram-se as atividades de cadastramento; articulação com a COMLURB; trabalho conjunto de definição de estratégias para mobilização dos catadores; implementação das estratégias - duas assembleias gerais, organização da Comissão, reuniões sistemáticas : Q.Galvão/COMLURB/Consultora;acompanhamento:Q.Galvão/COMLURB/Comissão .
  - 3) Dentro das etapas estabelecidas pela Queiroz Galvão/equipe de promoção social para viabilização do processo da cooperativa para julho/agosto/setembro, estão previstos : término do cadastramento ; entrega do relatório em julho (1ª quinzena) ; identificação dos grupos específicos que necessitam ações emergenciais : idosos, podrão, crianças/jovens, alcoólatras, recém-chegados, sem documentação (cerca de 300 pessoas), moradores do aterro (40 pessoas) .
  - 4) Concomitantemente, continuará o trabalho conjunto com a COMLURB para implementação da Cooperativa : documentação dos eleitos, projeto, estatuto, organização após a construção do galpão, definição do módulo .
- articulação institucional para atender as necessidades emergenciais - documentação, saúde, menores, idosos ;
  - montagem do plano de organização, implantação e acompanhamento da Cooperativa ;

- capacitação dos catadores responsáveis pelo gerenciamento/manutenção da Cooperativa ;

- fortalecimento das articulações com compradores, fábricas, etc.

Informamos ainda que o relatório detalhados das ações no campo será encaminhado pela equipe responsável, e que para fins de definição do módulo/esteiras deve ser considerado :

população total - 960 pessoas

menores de idade - 150 pessoas (até 20 anos)

idosos - 120 pessoas (+ de 60 anos)

anteriormente, ~~120~~ pessoas - 38 pessoas 188 -150 138

trabalham à noite - 100 pessoas (nas condições atuais)

catadores atraídos pelas mudanças que estão a menos de 6 meses 150

Portanto, pode-se estimar que as esteiras devem ser capazes de absorver cerca de 600 pessoas, lembrando ~~que com a melhoria das condições pode-se ampliar o contingente noturno (faixa de 25 a 39 anos)~~ que haverá um grupo que da sua situação irregular, não permanecerá no aterro em condições mais ordenadas de trabalho : podreão, dependentes químicos, moradores do aterro, ~~etc.~~ e envolvidos com a prática de ato infracional

É o que temos a informar, aguardando próxima reunião com a Queiroz Galvão, com urgência, para maiores informações .

30 de junho de 1996 .

alcolatas, <sup>portadores</sup> ~~de~~ 188  
deficientes, envolvidos c/ a prática de ato infracional.



## ANEXO 4 – SOBRE A PROPOSTA DE LEGADO PARA GRAMACHO ATRAVÉS DA REVITALIZAÇÃO DO BAIRRO:

### 2º Encontro de Integração Comunitária de Jardim Gramacho **Relatório dos Grupos de Trabalho**

#### Principais Questões de Jardim Gramacho PRIORIDADES / OBJETIVOS

**Objetivo Geral:** *Revitalizar o bairro de Jardim Gramacho, contribuindo para a melhoria das condições e qualidade de vida da população moradora e para a ampliação do seu acesso à direitos básicos.*

**Objetivos Específicos:**

#### **Educação:**

*Realizar Campanha de Valorização da população Moradora – que aumente a auto-estima e diminua a apatia e falta de interesse da população.*

**1. Aumentar a oferta de vagas em Escolas Públicas no bairro que atendam os segmentos: - Creche, Educação Infantil, 1º segmento do Ensino Fundamental, principalmente nas proximidades do Maruim e Chatuba (áreas mais pobres do bairro), 2º segmento do Ensino Fundamental e do Ensino Médio;**

- Construção de Creches;
- Ampliar o Portal do Crescimento, ampliando sua estrutura;
- Ampliar a estrutura e a oferta de vagas do ensino fundamental (já previsto – Acompanhar);
- Solicitar contato com a Coordenadoria Metropolitana para pressionar por melhorias na Dinamização das Escolas Estaduais do Bairro e diminuição do abandono;

**2. Ampliar a oferta de vagas dos cursos de alfabetização de adultos, oferecendo horário alternativo diurno e realizar campanhas de mobilização de adultos para participarem dos cursos oferecidos;**

- Realizar mutirões de divulgação nas comunidades (principalmente as mais recentes) realizar campanhas criativas;

**3. Incentivar a criação de cursos voltados para jovens (construção de uma escola técnica, cursos de capacitação profissional e outros);**

Estabelecer parcerias (CEI, SENAI, SENAC, CEFET) para a criação de Cursos Profissionalizantes / Escola Técnica facilitar a entrada dos jovens nesses cursos;

Identificar a demanda para esses cursos;

CIEP – oferece espaço físico para os cursos;

#### **4. Revitalizar a área onde se encontra o CIEP 218 – Ministro Hermes de Lima (segurança para área, realização de campanhas, etc.);**

- Melhorar o espaço físico do CIEP – Luz, segurança e Jardinagem.
- Criar uma Horta Comunitária – em parceria com o Conselho de Segurança Alimentar;

#### **5. Fomentar a criação de Bibliotecas com atividades culturais.**

- Fortalecer / Divulgar a Biblioteca existente no CIEP e biblioteca das Escolas Lara Vilela, Álvaro Negromonte.
- Criação de Atividades Culturais (oficinas de música/ Teatro) acontecendo na comunidade (praças públicas) e/ ou instituições que abram seus espaços. – Solicitar parcerias e intercâmbio Cultural;

### **Saúde:**

#### **1. Fomentar campanhas de Saúde no bairro**

- Aperfeiçoamento e ampliação do PSF (já está previsto – Acompanhar);

#### **2. Ampliar o atendimento do Posto de Saúde (24hs), principalmente para atendimento das comunidades mais recentes / mais pobres;**

- Ampliar o espaço-físico do Posto;
- Aumentar o número de profissionais e especialidades (Serviço Social, Psicologia, Nutricionista... );
- Realização de Campanhas e Palestras sobre a importância do Prê-Natal;

#### **3. Realizar programas que incentivem o Planejamento Familiar;**

- Realização de Campanhas de conscientização da população com o objetivo de combate a Pediculose;
- Capacitação de Professores e agentes de Saúde sobre orientação sexual / gravidez precoce (secretaria);
- Realização de palestras sobre orientação sexual / gravidez precoce;

## **Condição de Vida no Bairro:**

### **1. Mobilizar os órgãos competentes para a realização do total saneamento e pavimentação do bairro e ampliar e regularizar o fornecimento de água para as áreas mais pobres, de ocupação recente;**

- Mobilização de todas as lideranças (incluindo todas as instituições que atuam em Jardim Gramacho) para o encaminhamento de um ofício assinado por todos, para o Secretário de Urbanismo, o Secretário de Saúde e para o Vereador local solicitando a pavimentação total do bairro e que estes possam precionar a CEDAE para a efetivação das obras de esgotamento sanitário e do fornecimento de água.
- Locais que precisam destas obras com urgência: Parque Planetário, Maruim, Chatuba, Quipapá, Av. Monte Serra, Av. Monte Azul, Av. Rui Barbosa, Arutuípe, Caramuru, Rua do Depósito do Raimundo, Rua Almirante Midose.
- Realizar um dia de mobilização (reivindicação de Saneamento Básico) com todas as lideranças, com carro de som, chamar a imprensa e realizar uma caminhada pelo bairro batendo latas;

### **2. Melhorar as condições de habitação das áreas mais pobres do bairro**

- Erradicação das palafitas e barracos (PRIORIDADE ). Mobilização da Sociedade Civil, da Faculdade de Arquitetura e d Serviço Social da UFRJ e outras universidades dispostas a colaborar, em parceria com as três esferas de governo para realização de um programa que possa erradicar as palafitas e barracos.
- Pressão da população residente em Jardim Gramacho e de todas as lideranças (incluindo todas as instituições que atuam em Jardim Gramacho) para que as empresas que venham a se instalar no bairro tenham necessariamente uma ação de responsabilidade social para a melhoria do bairro. Elaboração de diversos ofícios assinados pela população e lideranças a serem entregues a Prefeitura de Duque de Caxias para que esta proposta se efetive.
- Solicitação do Programa de moradia PMDC e Organização do Mutirão de Moradia;

### **3. Melhorar o sistema de transporte coletivo do bairro, aumentando a oferta do número de ônibus / empresas.**

- Mobilização de todas as lideranças para a elaboração de um abaixo Assinado a ser entregue a Auto Aviação Regina's para acréscimo de linhas e itinerários;
- Transporte alternativo, caso a Empresa não cumpra a solicitação da comunidade
- Solicitação a Secretaria de Obras e de Meio Ambiente da Construção de Ciclovia;

#### **4. Fomentar ações nas áreas esportivas e culturais voltadas para jovens, principalmente nos finais de semana;**

Fortalecer e ampliar as atividades de esporte já realizado pela Associação Recreativa e Esportiva Xavier – AREX;

- ✓ Busca de Apoio financeiro para a ampliação e reforma da casa da Associação.
- ✓ Apoio para a alimentação (lanche) dos alunos;
- ✓ Patrocínio de uniformes e equipamentos.
- Pensar em Projetos para a utilização do CIEP nos finais de semana
  - ✓ Tentar trazer o "Escola de Paz" (projeto da UNESCO);
- Mobilização da Secretaria de Cultura para ter em Jardim Gramacho uma Casa de Cultura ou um Centro Cultural
- Construção de praças e utilização das praças com projetos sociais voltados a criança, adolescentes e terceira Idade;

### **Programas Sociais:**

#### **1. Reativar, ampliar e fortalecer os programas sociais existentes na comunidade incentivando a sua descentralização, levando-os às localidades mais pobres de Jardim Gramacho (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI; Programa de Saúde da Família – PSF; Bolsa Família, e outros)**

- Estimulo ao aproveitamento e produção do próprio alimento (curso de reaproveitamento alimentar da Pastoral);
- O Programa de Saúde da Família está deixando a desejar :
  - ✓ Revitalizar a equipe médica e aumentar o número de profissionais;
- Conversar com o Prefeito de forma articulada;
- Sala do MOVA – presença de crianças indicando a necessidade de salas para as crianças (complementação escolar);
- Os Projetos Sociais devem entrar "dentro" das Comunidades;

#### **2. Implantar o projeto "Jovem Pela Paz" do Governo do Estado do Rio de Janeiro;**

- O Projeto "Jovem Pela Paz" já está implantado. É necessário ampliar;
- Construção de um Ginásio Poliesportivo para reunir os jovens;

### **3. Estimular a realização de projetos voltados para a 3ª Idade.**

- Junto as Escolas (educação física) definir datas e horários para realizar atividades com a terceira Idade.
- Criar um momento de seresta (sexta ou sábado) para levar os Idosos para dançar e cantar.

## **Trabalho e Renda:**

### **1. Fortalecer a organização e consolidação da Associação de Catadores, visando a defesa de seus interesses, principalmente diante do fechamento do aterro**

- Há o compromisso da prefeitura em diálogo com a Associação de Catadores de ceder terreno para a construção de Galpões de reciclagem;
- Necessidade de um espaço próprio (uma sede) para a Associação de Catadores;
- Organizar encontros visando ampliar e aprofundar a discussão sobre coleta seletiva com as instituições de Jardim Gramacho;

### **2. Promover espaços de discussão e diálogo acerca de uma maior socialização dos postos de trabalho das indústrias localizadas no bairro para os moradores locais;**

- Polo Gás Químico: A proposta da Prefeitura é transformar a Rua principal (Monte Castelo) num polo de empresas.
- Que os empregos gerados pelo Polo Gás Químico possam beneficiar os jovens catadores - "abrir porta de forma especial"
- Seguir diálogos com a Prefeitura para ampliar a capacidade de gerar emprego da Cooperativa de Catadores;
- Viabilizar galpões adequados ao trabalho da reciclagem;
- O Secretário de Ação Social deve cobrar dos depósitos melhores condições de trabalho;
- Cuidado especial com a saúde dos catadores;

### **3. Fomentar uma extensa campanha de regulamentação da situação documental da população através do estabelecimento de parcerias que agilizem e potencializem sua viabilização.**

- Sensibilizar e mobilizar as pessoas para participarem da campanha - "se necessário ir nas casas";